

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

IX Legislatura Número: 129

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de março de 2012

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados deu-se início à apresentação dos diversos votos entrados na Mesa. A saber:

- Voto de Congratulação "pelos 150 anos da elevação da Freguesia da Serreta, no Concelho de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita leitura do voto pelo Sr. Deputado António Toste, usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação** pela passagem dos 100 anos da fundação da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

1

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares, para fazer a sua apresentação, e a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*).

- Voto de Protesto contra a realização de um espetáculo tauromático, no âmbito do II Fórum da Cultura Taurina, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados António Toste (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Usou ainda da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), para defesa da honra do Governo

Submetido à votação, o voto em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputado Hernâni Jorge (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Voto de Protesto pelo facto da "embaixada dos Estados Unidos da América, em Lisboa, e o Consulado Geral dos Estados Unidos da América, em Ponta Delgada" deixarem de emitir 'vistos' para emigrantes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Usaram da palavra sobre o mesmo a Sra. Deputada Zuraida Soares, a quem coube a apresentação do respetivo voto, e os Srs. Deputados José San-Bento (PS), António Pedro Costa (PSD) e Artur Lima (CDS/PP).

O voto supracitado foi aprovado por maioria

- Voto de Protesto "pela forma politicamente inaceitável como a Dra. Berta Cabral se recusou a enfrentar a verdade e a corrigir as suas declarações sobre a primeira versão do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2010", apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e José San-Bento (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

- Voto de Protesto "às entidades regionais tuteladas pelo governo e ao Ministério da Administração Interna, responsáveis pelo não pagamento atempado de serviços gratificados aos profissionais de Polícia de Segurança Pública", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Mário Moniz (*BE*), usaram da palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Clélio Meneses (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS/PP*).

Aquando da votação o voto foi aprovado por maioria.

- Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Paim de Lima Andrade, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Agenda da Reunião:

1 – Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/2011 – "Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário";

Usaram da palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*) e os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Catarina Furtado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado, tanto na generalidade, na especialidade, como em votação final global, por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputado Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*) e Catarina Furtado (*PS*).

2 - Petição n.º 18/2011 — "para o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores", apresentada por Vítor Nelson Garcia da Silva, na qualidade de primeiro subscritor;

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado Francisco César, relator da Comissão de Economia, proferiram intervenções os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), José Rego (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009 - "Elevação de Lagoa a cidade", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Apresentado o Projeto pelo Sr. Deputado José San-Bento, iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados_Aníbal Pires (*PCP*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e ainda do Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Aquando da votação o diploma foi aprovado por unanimidade, na generalidade, na especialidade e em votação final global.

4 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 11/2012 — "Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

5 - Projeto de Resolução n.º 11/2012 — "Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Zuraida Soares, seguindo-se o debate onde usaram da palavra os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), bem como a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

A continuação do debate e a votação ficaram agendadas para o dia seguinte, uma vez atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 59 minutos.

Presidente: Muito bom dia. Vamos reiniciar a nossa reunião plenária de hoje.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos começar naturalmente com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão Vaz

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

João Oliveira Teves

Joe Valadão Rego

José Gabriel Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nélia Maria Brito Nunes

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos do PTAP, com os votos.

Chegaram à Mesa sete votos de teores diversos.

Recordo que foram ontem distribuídos dois votos de protesto, um do PCP e um do BE.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com um voto de saudação do Grupo Parlamentar do PS sobre os "150 Anos da Freguesia da Serreta".

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

Deputado António Parreira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto da Saudação

"150 Anos" da Freguesia da Serreta

A Freguesia da Serreta, no Concelho de Angra do Heroísmo, assinala este ano 150 anos de existência. São cento e cinquenta anos de vida, repletos de história. De acordo com os documentos existentes, a sua elevação a paróquia ou freguesia independente concretizou-se a 1 de Janeiro de 1862.

Situada a Noroeste da Ilha Terceira, entre a freguesia das Doze Ribeiras e a freguesia do Raminho, encontra-se a nobre e bela freguesia da Serreta, com uma área de 14,37 Km2. De constituição do século XVII, pese embora o nome de Serreta ou Ponta da Baleia seja já referido por Gaspar Frutuoso no Livro 6.º das Saudades da Terra.

Ainda durante o ano de 1684, juntamente com a freguesia das Doze Ribeiras pertenceu à paróquia de Santa Bárbara, mas com a elevação das Doze Ribeiras a paróquia independente, passou então a fazer parte da paróquia das Doze Ribeiras até ao ano de 1861.

Nesse ano, com uma população a rondar as setecentas pessoas, distribuídas por cento e sessenta e três fogos, entenderam os seus moradores solicitar ao rei a elevação daquele lugar a paróquia ou freguesia independente pelo fato de terem as condições necessárias, nomeadamente, um número considerável de pessoas, uma igreja com todas as condições que serviria de matriz e passal para a residência do vigário, abundância de água, vastidão e fertilidade de terreno e também por ser um lugar distante da freguesia de S. Jorge das Doze Ribeiras.

A pretensão foi atendida e concedida por decreto de 16 de Outubro desse mesmo ano, tendo o Bispo D. Frei Estêvão, por provisão de 24 de Dezembro, promovido a paróquia com início a 1 de Janeiro de 1862.

Apesar de só a partir desta data se poder falar da Serreta como paróquia ou freguesia independente, reza a história, e de acordo com Luis Ribeiro, que aquele lugar já era conhecido pela devoção à Senhora dos Milagres desde o século XVI, ou então a partir do século XVII, segundo Ferreira Drumond.

A devoção à Senhora dos Milagres poderá ter-se iniciado no século XVI ou no século XVII, não se conhece ao certo, mas sabe-se que no século XVIII ela se mantinha bem viva, tendo até, a 11 de Setembro de 1764, um grupo de fidalgos pedido a sua interceção e se ter constituído em irmandade com o nome de Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora dos Milagres, quando a imagem primitiva se encontrava na igreja paroquial de S. Jorge das Dozes Ribeiras. Foi ainda deliberado promover uma festa anual em honra da Nossa Senhora dos Milagres.

A imagem de Nossa Senhora dos Milagres manteve-se na igreja das Doze Ribeiras até 10 de Setembro de 1842, data em que foi transferida para a sua ermida na Serreta, situada onde hoje se encontra o império. Desconhece-se a data em que a imagem foi recolhida na igreja paroquial. No entanto, sabe-se que se deveu ao estado de degradação em que se encontrava a primitiva ermida.

As festas em honra de nossa Senhora dos Milagres continuaram a ser feitas a expensas de alguns fidalgos terceirenses, de acordo com o voto de 1864 e até 1868, sendo neste ano seu promotor, o morgado João Bettencourt Correia e Ávila.

A 10 de Setembro de 1849, numa segunda-feira, teve lugar a primeira tourada à corda na Serreta, promovida pelo fidalgo João Pereira Forjaz de Lacerda, treze anos antes do lugar da Serreta ser elevado a paróquia ou freguesia independente.

As festas da Serreta ou "Festa em honra de Nossa Senhora dos Milagres" têm uma tradição longínqua, são uma referência para a freguesia da Serreta e para a sua comunidade, bem como para o Concelho de Angra do Heroísmo e para a Ilha Terceira. Existe uma interligação profana/religiosa que consegue galvanizar o encontro de forasteiros e de diferentes gerações, aliás, como se pode constatar na tradicional segunda-feira da Serreta.

As festas da Serreta movimentam uma ilha inteira, do mais novo ao mais velho, quer pela devoção, quer pela festa propriamente dita. Naqueles dias de festa todos os caminhos vão dar à Serreta, existe um ato de fé tão forte que de ano para ano são cada vez mais as pessoas que de toda a ilha se deslocam a pé àquele Santuário da Senhora dos Milagres em peregrinação constante nos dias imediatos que antecedem a referida festa.

Esta é uma pequena parte da história da freguesia da Serreta que de certa forma também nos esclarece como se foram criando freguesias pelas nossas ilhas, muitas delas com séculos de história que ao longo dos anos subsistiram e hoje não podem nem devem ser suprimidas a régua e esquadro como alguns pretendem. Estamos perante uma matéria delicada e complexa que deve ser

submetida a um estudo de impacto que defina critérios, objetivos e medidas a tomar.

O Poder Local Democrático foi criado em 1976, pela primeira vez, a 12 de Dezembro de 1976. O povo elegeu os seus órgãos representativos, nos Açores como em todo o País elegeram-se Assembleias de Freguesia, Câmaras e Assembleias Municipais.

Com a criação do Poder Local foi possível gerar novas dinâmicas de desenvolvimento nas freguesias, concelhos e ilhas da nossa Região, permitindo assim melhorar as condições de vida e bem-estar das populações. O Poder Local é aquele que está mais próximo dos cidadãos e, também é aquele que em primeira instância desempenha um papel preponderante e fundamental na resolução das mais variadas situações.

No entanto, com mais de três décadas do Poder Local, hoje, estamos perante um novo desafio, a Reforma da Administração Local.

Depois do aparecimento do Documento Verde da Reforma da Administração Local, agora, estamos perante a Proposta de Lei n.º 44/XII, a qual apresenta lacunas e dúvidas e, sobretudo não contempla uma diferenciação positiva de critérios para as Regiões Autónomas.

Somos uma Região periférica, arquipelágica e com especificidades muito próprias, nomeadamente, dimensão territorial e demográfica. São números importantes que devem ser considerados e tidos em conta.

O reforço da coesão e a melhoria da prestação dos serviços públicos locais não se fazem com a extinção e agregação de freguesias. É precisamente o contrário, devem ser criadas políticas de proximidade e descentralização dos serviços públicos.

Por isso, a extinção e agregação de freguesias não pode ser uma imposição cega. É fundamental que existam debates localmente discutidos, geradores de consensos e que sirvam para consagrar decisões planeadas.

A Freguesia da Serreta é terra de gente humilde e laboriosa, a sua população ativa está adstrita às demais atividades, sendo a principal, a agro-pecuária, até porque as condições naturais assim o permitem.

Hoje, a Serreta continua a ser uma freguesia preponderante e fundamental, inserida no Concelho de Angra do Heroísmo, pela sua atividade económica, desenvolvimento social e cultural, bem como ainda pela sua belíssima paisagem.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de 22 de Março de 2012, a aprovação de um Voto de Saudação pelos 150 anos da elevação da Freguesia da Serreta, no Concelho de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento à Junta de Freguesia da Serreta, Assembleia de Freguesia da Serreta, Camara Municipal de Angra do Heroísmo, Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e Conselho de Ilha da Terceira.

Disse!

Os Deputados Regionais, Berto Messias, António Toste, Nélia Nunes, Francisco Valadão Vaz e José Gaspar Lima

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também se vai associar a esta data, a esta importante data para esta freguesia da Terceira, devido ao seu importante contributo cultural, não só para o concelho mas também para a ilha. É uma referência já nos Açores a sua cultura e as suas manifestações religiosas.

O seu título de freguesia permite a fixação de serviços de proximidade.

Com isto estamos todos de acordo.

Apesar desta freguesia ter uma casa mortuária inacabada, já há 3 anos, tem um bom pavilhão desportivo. Não tem escola, acabaram com a escola, ou seja, há aqui uma política silenciosa.

É preciso dizer quem é que quer acabar com o poder local e com o poder de proximidade.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicitar o Sr. Deputado António Toste por nos trazer aqui este Voto de Congratulação à freguesia da Serreta e sobretudo às suas festas religiosas, com a aderência popular da Terceira e de algumas das outras ilhas. É uma festa realmente muito bonita de se ver, sentir e faz parte da nossa cultura açoriana.

Permita-me também que lhe diga, Sr. Deputado, que fez um levantamento exaustivo da freguesia da Serreta, mas parece-me que se excedeu um pouco no voto.

Excedeu-se, porque mascarou um voto fazendo uma intervenção que vai para além da congratulação dos 150 anos e das festas da Serreta e da freguesia da Serreta, entrando um bocadinho pela análise política, relativamente à extinção ou criação de freguesias, o que não me parece que seja muito correto de se fazer.

Em todo o caso, quero felicitá-lo por este voto, mas não posso deixar de fazer este reparo.

Em segundo lugar, dizer ao Sr. Deputado que se esqueceu de uma coisa muito importante (muito importante para a Serreta, muito importante para a Terceira, muito importante para os Açores, muito importante para Portugal e muito importante para a política internacional): o senhor esqueceu-se de referir a Estalagem da Serreta. A Estalagem da Serreta que serviu de cimeira, uma grande cimeira mundial entre Nixon e Pompidou, aliás pela primeira vez que escalou a Terceira. Faz parte da história da freguesia da Serreta essa cimeira que lá aconteceu e infelizmente o que acontece é que temos a estalagem da Serreta, que foi pelo vosso Governo entregue (não sei em que condições, ainda não percebi), a um grupo económico e está lá a degradar-se a olhos vistos e é

uma pena que não tenham tomado sequer o mínimo de atenção para um monumento histórico da freguesia da Serreta.

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o Voto seguinte.

Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativo ao centenário da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

Deputado Francisco Álvares (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Assunto: Centenário da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu

"Ainda no século XIX, a comunidade da Vila da Povoação, à data um pequeno aglomerado de mulheres e homens empreendedores, trabalhadores, ordeiros e culturalmente ativos, liderados pelo Padre Ernesto Jacinto Raposo, sentiram a "absoluta necessidade de dotar a sua terra com uma banda de música que fosse capaz de tomar parte e abrilhantar os atos processionais e religiosos, pois que nenhuma havia na vila"

E assim, aos 14 dias do mês de Abril de 1912, a Banda Marcial Troféu fez a sua primeira apresentação pública, ao incorporar-se na procissão do Sagrado Viático aos Enfermos que naquele ano se realizou na vila da Povoação. Volvidos que foram cerca de seis meses, a 26 de Setembro daquele mesmo ano, foram elaborados os primeiros estatutos que a 23 de Outubro de 1912, viriam a merecer a aprovação do então Governo Civil de Ponta Delgada, com o nome que hoje detém, *Sociedade Filarmónica Marcial Troféu*.

Foi Guilherme José Pereira Pontes o seu primeiro Regente tendo em 1918 sido substituído por António Baptista Vasconcelos que se manteve durante décadas ao serviço desta prestigiada agremiação tendo sido um brilhante maestro e seu importante mentor.

Mesmo que ao acaso importa igualmente evocar outros vultos sagrados desta instituição como Mestre Pedro Pacheco Araújo (44 anos ao serviço desta instituição musical), Maestro Fernandes Fão (angariador de fundos para aquisição do primeiro instrumental) e tantos outros que foram sócios fundadores e amigos desta nobre agremiação artística. A todos eles, a comunidade povoacense fica a dever, em termos de reconhecimento, o muito que ensinaram com sacrifícios sem conta, pelos valores que transmitiram a várias gerações de povoacenses e pela forma tão digna e gloriosa como representaram a sua agremiação aquém e além fronteiras.

A Marcial Troféu possui atualmente cerca de 100 sócios pagantes, 50 músicos executantes na sua grande maioria com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos.

A direção artística está neste momento a cargo do maestro Diogo Carvalho, também ele um jovem com 24 anos de idade, que se segue a dois distintos músicos povoacences, pai e filho, respetivamente Laurindo Araújo e Hugo Araújo.

Uma boa parte do sucesso musical desta Banda tem passado pelo enorme esforço que tem feito na formação dos jovens executantes e na excelência do ensino ministrado na sua escola de formação dirigida exclusivamente por professores com habilitação adequada e formação superior.

A notoriedade e a qualidade dos seus concertos musicais tem-lhe valido inúmeros convites para digressões ao exterior destacando-se para além das frequentes deslocações pelas ilhas açorianas três digressões ao continente português, em 1988 aos EUA e em 1991 ao Canadá.

Seguindo e prosseguindo os fins estatutários para que foi fundada, tem sucessivamente ao longo da sua longa história, participado nas mais variadas

solenidades públicas do concelho e, sempre que disponível, igualmente fora dele.

Mercê do reconhecimento do seu notável trabalho e dos relevantes serviços ao concelho a Marcial Troféu possui hoje um importante edifício sede construído e doado pela Câmara Municipal da Povoação em 1995.

A 20 de Outubro de 2005 ao abrigo do Decreto-Lei 460/77 de 7 de Novembro, o presidente do Governo Regional assinou o despacho que atribui à Sociedade Filarmónica Marcial Troféu o estatuto de utilidade pública sublinhando-se assim, a sua meritória ação no fomento do interesse pela aprendizagem e divulgação musical e o seu contributo para o enriquecimento social e cultural da Região Autónoma dos Açores.

E hoje num momento difícil para muitas filarmónicas dos Açores, a Marcial Troféu destaca-se pela sua manifesta jovialidade, garante seguro da sua sobrevivência. A elevada dinâmica que a atual Direção presidida por Norberto Carvalho lhe vem imprimindo, merece uma alta apreciação e estímulo, por todo o contributo e valorização dados em prol da cultura popular, da educação e formação musical dos jovens e dos relevantes serviços prestados à comunidade. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe um **voto de congratulação** pela passagem dos 100 anos da fundação da Sociedade Filarmónica Marcial Troféu e que dele seja dado conhecimento aos seus órgãos sociais aos músicos e a todos os sócios.

Horta e sala das Sessões, 21 de Março de 2012-03-19

O Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas, António Pedro costa, Clélio Meneses e Francisco Álvares.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é de costume este Grupo Parlamentar deitar foguetes antes da festa, até dizem que dá azar felicitar ou saudar um aniversário antes do mesmo acontecer.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não parece!

A Oradora: Nós iríamos na devida altura honrar a nossa filarmónica. Todavia, e como hoje, embora prematuramente, o assunto é trazido a esta casa, não podemos deixar de nos pronunciar.

As filarmónicas são um bem cultural, que o PS presta homenagem por envolverem, numa nobre expressão musical, jovens de todas as idades e músicos de várias sensibilidades.

Associamo-nos, portanto, a este voto transmitindo com ele uma palavra de apreço, não só à Filarmónica da Povoação, mas a todas as filarmónicas, executantes e dirigentes que através dos anos perduram e oferecem aos Açores a sua genuinidade, a sua alegria e uma manifestação da nossa cultura.

Muito obrigada.

Presidente: Creio não haver mais inscrições.

Assim sendo Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida para um Voto de Protesto, apresentado pelo PCP, relativo ao evento "II Fórum da Cultura Taurina".

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Notícias e imagens recentemente vindas a público comprovam a realização de uma tourada picada no âmbito do "II Fórum da Cultura Taurina", realizado no passado mês de Janeiro na ilha Terceira, tratando-se, de uma evidente, deliberada e consciente violação da Lei 92/95 de 12 de Setembro, que proíbe a denominada sorte de varas, um facto que é tanto mais grave quanto se enquadrou numa iniciativa apoiada por fundos públicos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sabe lá o que são touradas genuinamente acorianas!

O Orador: Não tem qualquer sentido a argumentação apresentada pelos promotores de que se tratou de um evento de natureza privada, pois a sua publicitação como um dos eventos do Fórum, bem como a própria denominação que recebeu de "tenta pública", contrariam claramente esta ideia. Igualmente, a mencionada lei 92/95 concerne à proteção dos animais, independentemente da natureza pública ou privada dos espetáculos. Mas poder-se-ia ainda acrescentar que, se o Fórum da Cultura Taurina efetivamente se tratou de uma iniciativa de natureza privada, não faria qualquer sentido que fosse recetor de apoios públicos, como efetivamente sucedeu.

Perante o que foi objetivamente uma ação de natureza ilegal, utilizando de forma ilegítima os apoios públicos recebidos, importa que as autoridades regionais, e nomeadamente o departamento governamental competente, atuem com celeridade dentro das suas competências, no sentido da instauração do respetivo processo contraordenacional.

Tal não apaga, no entanto, a necessidade de assinalar, no campo político, a maneira como os promotores usaram de má-fé, pretendendo e efetivamente conseguindo que a Região financiasse um espetáculo ilegal, que não há muito tempo, foi uma vez mais rejeitado por esta Assembleia como estranho e mesmo hostil aos costumes e tradições genuinamente açorianas,

Assim, a Representação Parlamentar do PCP Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra a realização de um espetáculo tauromáquico, no âmbito do "II Fórum da Cultura Taurina", envolvendo a prática da denominada "sorte de varas", no que foi uma atuação claramente ilegal e contrária às tradições genuinamente açorianas, circunstância que é agravada pelo facto de este Fórum ter sido apoiado por financiamento público e demonstradora, por

parte dos seus organizadores, de uma profunda má-fé e desrespeito pela

legislação em vigor na Região Autónoma dos Acores.

O Deputado do PCP Açores, Aníbal Pires

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, queria em primeiro lugar deixar bem claro, quanto à

sorte, foi uma decisão democrática aprovada aqui nesta casa, a qual o Grupo

Parlamentar do PS aceita e respeita muito.

Agora, quanto ao fórum propriamente dito queria esclarecer o seguinte:

realmente aconteceu o fórum na Ilha Terceira entre 26 e 28 de janeiro e acabou

com um almoço na Casa do Povo da Ribeirinha, que é a freguesia que eu

pertenço há 51 anos, com muita honra e orgulho.

Foi um evento importante para a Terceira e ainda ontem dizia aqui o Sr.

Deputado Jorge Macedo que é importante termos congressos, eventos, fóruns

nas nossas ilhas.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E touradas picadas!

Congressos do PS?

O Orador: Também pode ser!

O que aconteceu naquele fórum foi que durante cinco dias estiveram na

Terceira 200 pessoas de dez países, o que é muito importante para a economia

regional, neste caso particular da Ilha Terceira, ou seja não podemos estar aqui

a criticar que não se faz e não acontece e quando se faz vêm falar duma coisa

que aconteceu.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Touradas picadas!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É privado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É privado? É privado e não é proibido!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) Se é privado, não é

proibido!

18

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo.

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, o que eu queria deixar aqui bem claro é que tudo o que possa ou tenha acontecido para além do fórum em si propriamente dito está fora do contexto do fórum.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está aqui!

O Orador: O fórum iniciou-se a 26, terminou a 28 com um almoço na Casa do Povo da Ribeirinha, entre as 2 e as 4 da tarde.

Tudo o que possa ter havido daí para a frente não tem nada a ver com o fórum.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E numa tenda pública!

O Orador: Era isso que queríamos deixar claro e por essa razão o Grupo Parlamentar do PS vai votar contra o Voto de Protesto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não aconteceu isto, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. (*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor nesta matéria parece um monge copista em relação ao BE. A verdade é essa.

Deputada Zuraida Soares (BE): O BE não disse nada!

O Orador: O BE nesta matéria disse: mate-se! E o senhor diz: esfola-se!

O BE apresentou um requerimento sobre esta matéria. O senhor apanhou boleia e pretende falar sobre o mesmo assunto.

Agora, o BE, na minha perspectiva o que levantou foi uma questão junto das entidades regionais, e muito bem. Levantou essa questão e esse comportamento parece-me um comportamento racional. Tem dúvidas, apresentou uma questão, agora o que deve suceder, Sr. Deputado, é que esta informação deve ser prestada, a informação foi pedida pelo BE e o senhor quer tirar conclusões políticas sem que o assunto tenha sido algo duma informação suficiente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em defesa da legalidade!

O Orador: Não é isso que está em questão, o senhor sabe perfeitamente.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas a questão também é uma questão política e deve ser discutida aqui!

O Orador: O que o Sr. Deputado está a tentar é, de facto, nesta luta siamesa que tem com BE, apresentar este tipo de assunto, na minha perspectiva completamente fora de contexto.

Portanto, há aqui uma questão que é relevante: o que é uma iniciativa pública e o que é uma iniciativa privada.

O senhor não pode pretender misturar dois actos.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É isso que o senhor defende!

Deputado José Lima (*PS*): O que é que o senhor tem a ver que ele defenda ou não defenda?

Onde é que está o protesto do PCP contra os Touros de Barrancos?

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Deputado Aníbal Pires, temos que continuar o debate.

A Oradora: Relativamente a este Voto de Protesto do Grupo Parlamentar do PCP, tecer só três comentários.

Primeiro (não vou repetir aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de dizer) o BE não matou ninguém, limitou-se no uso das suas prerrogativas legítimas, inquirir o Governo, perguntar ao Governo, o que é que se passou, como é que se passou e portanto pedir os esclarecimentos a que todos os açorianos e açorianas têm direito sobre esta matéria.

Portanto não vamos acrescentar mais nada. Aguardamos com serenidade a resposta do Governo ao nosso requerimento. Nessa altura teceremos os comentários que entendermos.

Mas há uma coisa que eu penso que não pode passar em branco, até porque ela tem sido chamada à coação sempre que se fala (do nosso ponto de vista lamentável) neste acontecimento, que é a circunstância do privado.

Ora, eu gostaria de lembrar aos Srs. e Sras. Deputadas o seguinte, à lei e à transgressão da lei: o facto da lei se transgredir em privado, não invalida a transgressão Sras. e Srs. Deputados.

Se eu agredir, por exemplo, num acto de violência doméstica, uma mulher ou um homem no privado, não deixo de estar a cometer um crime.

Se eu consumir drogas ilegais no privado do meu lar, não deixo de estar a cometer um crime.

Portanto essa argumentação sui generis...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Governo Regional é cúmplice desta ilegalidade!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, os apartes são regimentais, mas estar a interromper o debate não pode ser.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Peço desculpa, Sr. Presidente.

A Oradora: ... de que se se fizer o mal, de que se se praticar uma ilegalidade no quentinho, no recto do privado, ela não tem mal nenhum, é verdadeiramente lamentável da parte de quem tinha a obrigação institucional de defender o cumprimento da lei.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto, em três penadas, disse-se aqui alguma coisa sobre isso. É o PCP na sua pior forma, porque até é de copista, relativamente a uma iniciativa doutro partido.

Eu nunca ouvi aqui o PCP e o Sr. Deputado Aníbal Pires, criticar os touros de morte em Barrancos.

Deputado José Lima (PS): Defendeu!

O Orador: Nunca ouvi, mas não se inibe de criticar o Governo da República.

Não critica a política do seu partido e os touros de morte em Barrancos. Isso o senhor não critica! Isso não é coerente! Isso não é sério!

Relativamente esta questão, uma questão absolutamente lateral, as touradas picadas, como já disse o Sr. Deputado António Toste, já foram resolvidas, está perfeitamente ultrapassado. Foi uma coisa à margem do fórum taurino que trouxe grande visibilidade à ilha Terceira e aos Açores, em canais de televisão internacionais, nas revistas da especialidade. Ainda ontem a Deputada Catarina disse que havia uma revista com 10 páginas de publicidade.

Deputado António Toste (*PS*): Essa parte é que é importante!

O Orador: Nessa, foram dezenas de páginas de publicidade, trouxe centenas de pessoas à Ilha Terceira, Sr. Deputado e trouxe um grande contributo para o nosso turismo e para a nossa cultura.

Aquele evento era privado, foi lá quem quis, era para os convidados do fórum e ocorreu um pouco à margem do fórum taurino.

De qualquer modo e respeitando obviamente a consciência e a liberdade de cada um, eu, na minha bancada dei liberdade de voto. Cada um votará como entender essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é a seguinte: a lei proíbe tourada picadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em Barrancos!

O Orador: Relativamente à realização do fórum taurino o PCP Açores não disse rigorosamente nada. Nada!

Deputado José Lima (PS): O senhor tivesse telefonado para a polícia!

O Orador: Relativamente a isto que aconteceu no âmbito da realização do segundo fórum que foi apoiado pelo Governo Regional, o que quer dizer é que o Governo Regional foi cúmplice deste espetáculo vergonhoso, ...

Deputado José Lima (PS): Não é verdade!

O Orador: ... foi cúmplice duma ilegalidade e dum espéculo vergonhoso.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade!

O Orador: A questão é esta pura e simplesmente.

Isto tem que ser denunciado politicamente. É isto que o PCP aqui traz.

Quanto a Barrancos ou outras situações, o PCP tem a opinião que tem e o Deputado do PCP Açores, relativamente aos espetáculos desta natureza, sejam touradas picadas, sejam touros de morte, é literalmente contra.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Defesa da honra do Governo

Presidente: Atendendo a que o Governo foi diretamente referido, apesar de não poder falar em matéria de votos, vou dar-lhe a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (André Bradford): Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto o Governo decidiu utilizar esta figura de protesto, não pela iniciativa em si, essa é da responsabilidade e fica com o PCP, mas sim pelo facto de agora o Sr. Deputado ter acusado o Governo Regional de cumplicidade na violação da lei.

Em primeiro lugar este é um espaço de debate político e de juízo político, não é um tribunal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se o Sr. Deputado acha que a lei foi violada deve dirigir-se aos tribunais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Aqui faz-se um juízo político.

Em segundo lugar o Governo Regional apoiou, publicamente, com interesse e empenho, uma atividade que considerou um evento de interesse regional e de promoção destas ilhas e de algumas das tradições destas Ilhas. Fê-lo porque isto dinamizava a economia, porque tinha interesse e projetava a imagem dos Açores. Fê-lo em nome da projeção turística da Ilha Terceira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Fê-lo com consciência e fê-lo no espaço estrito e no âmbito do fórum taurino que se realizou na Ilha Terceira.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo o que tenha acontecido eventualmente à margem desse apoio não é obviamente da responsabilidade do Governo Regional.

Não somos cúmplices de nenhuma violação da lei, somos cúmplices do esforço de promoção contínuo dos Açores no exterior.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS e do PPM: Muito bem!

Presidente: Para um contra protesto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, a questão não se trata do apoio legítimo a uma iniciativa que é considerada de interesse público.

A questão não é essa. A questão é ter-se conhecimento duma iniciativa feita no âmbito do fórum ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faça queixa ao Tribunal

Deputado João Costa (PSD): O senhor sabe lá o que é uma tourada picada!

O Orador: ... e que Vs. Exas. apoiaram e nessa perspectiva são cúmplices dum espetáculo que é proibido por lei, que é a tourada picada. A questão é essa.

O Governo a que V. Exa. pertence tem que ser julgado ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não vai ser julgado, porque não tem nada a ver com isso!

O Orador: ... politicamente por isto que aconteceu no fórum taurino.

As questões de âmbito legal e judicial serão com certeza num fórum próprio, mas Vs. Exas. não se podem inibir da responsabilidade que têm de terem sido cúmplices na promoção deste espetáculo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, tentando colocar alguma serenidade na exaltação do ânimo do Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito obrigado!

O Orador: ... vai apenas fazer uma análise daquilo que nos parece ser de facto importante na abordagem a fazer a este voto.

Este voto na nossa perspectiva assenta em alguns pressupostos errados, desde logo nalguma confusão relativamente ao conhecimento da realidade e daquilo que efetivamente se passou.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De resto, esta confusão tem sido utilizada por alguns meios, por alguns movimentos sociais ou partidos políticos, para tentar tirar algum proveito político.

Digo isto quando ouço e quando veja alguém confundir tourada à corda com sorte de varas. Eu já vi esta confusão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não sou especialista, mas isso sei diferenciar!

O Orador: Esta confusão não dignifica nada a resolução destas questões. Por isso gostaria de fazer referência a alguns destes pressupostos errados.

De facto, não houve uma tourada picada ou tourada de sorte de varas, como foi referido pelo Sr. Deputado e por algumas entidades que já se pronunciaram sobre esta matéria. Não houve tourada, houve uma tenta. Uma tenta que é uma técnica de seleção de ganadaria que é utilizada normalmente em todas as ganadarias, sem com isso se pôr em causa se é legal ou ilegal.

O que se passou foi uma tenta que é uma técnica de seleção de ganadarias, utilizada normalmente.

Deputado João Costa (PSD): Aprenda alguma coisinha!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É um subterfúgio, Sr. Deputado João Costa. Estamos brincando ou quê?

O Orador: Por outro lado, acho que quem tenta criticar aquela situação não sabe que estamos perante uma puía, que não é uma vara, são coisas diferentes. A própria bandarilha que é utilizada por essas praças todas do País, é legal e tem efeitos piores no animal do que a puía. São um conjunto de questões técnicas, de conhecimento.

Obviamente que no Grupo Parlamentar do PSD, como noutros grupos parlamentares, esta matéria suscita opiniões diferentes.

Por isso não estou (também gostaria de fazer esse parêntesis) a fazer uma apologia do que quer que seja. Estou apenas a tentar com o conhecimento que tenho e que chegou ao conhecimento de todos os Srs. Deputados daquilo que se passou, clarificar esta situação para acabar com alguns equívocos.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Se há coisa que prejudica as boas decisões são os equívocos e os males entendidos.

Para evitar isso estou a tentar dar este contributo.

Por outro lado, também que fique claro que esta matéria, por aquilo que foi a informação que nos chegou, não foi o resultado de qualquer financiamento público.

O financiamento público terá sido para a organização de um fórum que trouxe muita gente aos Açores, que teve importância em termos turísticos.

Esta questão terá surgido paralelamente e importantíssimo – vou dizer importantíssimo – não foi por iniciativa dos organizadores do fórum, mas por iniciativa da própria ganadaria que tem esta prática normal de proceder à seleção da espécie.

Por outro lado, finalmente gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD não alinha em acusações de carácter de quem quer que seja, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... muito mais de cidadãos que ocupam legitimamente cargos associativos. Acusar cidadãos que legitimamente ocupam cargos associativos de má fé, não nos parece que seja um bom contributo que o Parlamento dá à dinâmica da própria sociedade civil.

É este esclarecimento que queria prestar.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O PCP já aqui votou um voto de congratulação relativo à tauromaquia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar e vamos continuar passando à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Voto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE, 1voto a favor do PCP, 1 abstenção do PS e 2 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que a minha posição relativamente a determinados espectáculos tauromáquicos, onde se inclui os touros de morte e a sorte de varas, é manifestamente clara, já o demonstrei em diversas ocasiões nesta casa.

Entendo, como sempre tenho afirmado, que a Região tem um quadro legal absolutamente equilibrado neste domínio, que acautela todas as questões que uma sociedade moderna deve considerar e acautelar.

Aparentemente alguém terá promovido uma actividade ilegal. Não é claro nem o voto do PCP demonstrou que assim tenha sido.

Recordo que vivemos num estado de direito, um estado que se rege e deve reger pelas leis e um estado que tem autoridades que são competentes para investigar e eventualmente sancionar as infrações que venham a ser provadas.

Votei contra o protesto do PCP porque entendo que sem prejuízo da denúncia que qualquer cidadão tem o direito e deve fazer, e o Deputado do PCP não está naturalmente excluído disso, este Plenário não pode nem deve emitir juízos de

valor relativamente a determinadas ações de um cidadão ou grupos de cidadãos e muito menos deve substituir-se às entidades administrativas ou judiciárias que têm a competência e a capacidade para investigar e julgar eventuais infrações da lei.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do PPM: Muito bem! Muito bem! Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referenciar que também na minha perspectiva este voto acaba por exceder aqui a insultos gratuitos e fundamentalmente ficou provado que o Governo Regional não apoiou qualquer atividade ilícita e há outro valor que é um valor fundamental e que o PCP tem que perceber que é o princípio da separação de poderes.

O princípio da separação de poderes é algo absolutamente fundamental nas democracias ocidentais. Entidades administrativas é uma coisa, outra coisa é tomar posições políticas e, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, posições demagógicas sobre este assunto.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Temos um Voto de Protesto apresentado pelo BE relativo à **Emissão de vistos** pelo Consulado da América em Ponta Delgada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O fluxo migratório de Açorianos e Açorianas para os Estados Unidos da América é parte integrante da História da nossa Região, com impacte social e económico significativo.

Ao longo do século XX e XXI e consoante as condições sócio-económicas, Açorianos e Açorianas procuraram e procuram melhores condições de vida, nos mais diversos continentes, com maior incidência nos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil, dando origem a comunidades açorianas com dinamismo assinalável, assim promovendo a inserção social dos novos emigrantes.

A emigração não ficou no passado e continua a ser uma realidade atual, até mesmo a emigração ilegal, agravada pelas políticas restritivas de emigração dos países de destino e pela carga burocrática que, há muito, carateriza o processo de legalização dos nossos emigrantes.

É do conhecimento geral, que os Estados Unidos da América têm vindo, ao longo dos últimos anos, a impor práticas restritivas que atingem os emigrantes, incluindo os emigrantes de segunda geração, o que resulta num crescente êxodo de repatriamento para os Açores de emigrantes com um elevado risco de exclusão social, devido ao seu desenraizamento da realidade da nossa Região.

Um dos sintomas da crescente vaga de emigração ilegal para os Estados Unidos da América, são as constantes ameaças de exclusão do nosso país do programa 'Visa Waiver' de atribuição de 'vistos' para turistas, emitidos pelos Estados Unidos da América. Trata-se de um sistema, simplificado de atribuição de 'visto', que permite aos portugueses e portuguesas viajar para os Estados Unidos da América, recorrendo ao preenchimento de um formulário.

A embaixada dos Estados Unidos da América, em Lisboa, e o Consulado geral dos Estados Unidos da América, em Ponta Delgada, deixarão de emitir 'vistos' para emigrantes, dificultando dessa forma, a intenção dos portugueses que desejem emigrar para os Estados Unidos da América, pois terão de suportar os custos de uma deslocação à embaixada dos EUA em Paris, a mais próxima do nosso país e que emitirá 'vistos' para emigrantes. Trata-se pois, de mais uma barreira que incentivará a emigração ilegal para os Estados Unidos da América. Assim, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento, propõe que, em forma de voto de protesto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

reconheça a importância da manutenção da emissão de 'vistos' para emigração no Consulado geral dos Estados Unidos da América, em Ponta Delgada.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República e ao Consulado geral dos Estados Unidos da América, em Ponta Delgada.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zuraida Soares e Mário Moniz

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 30 minutos.

Agradecia a vossa pontualidade. Até já.

(Eram 11 horas e 02 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 39 minutos)

Foi apresentado o Voto de Protesto do BE, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, nós concordamos com o voto aqui apresentado, registamos a moderação que a senhora recorreu na formulação deste voto, pouco habitual no BE, deixe-me confessar.

Queria também abordar numa intervenção rápida, algumas questões que nos parecem importantes e oportunas, sobre a questão que a senhora aqui apresenta.

Nós temos seguido com grande preocupação as várias alterações que têm decorrido relacionadas com a presença dos Estados Unidos, quer nos Açores, quer no nosso país e, de facto, esta notícia da passagem dum conjunto muito significativo de funções, competências e atribuições para a embaixada dos Estados Unidos em Paris, é algo que nos deixou de facto preocupados e até surpreendidos de certa forma.

Nós compreendemos que a reavaliação das prioridades da política externa e de defesa dos Estados Unidos, parecem indicar uma transformação no relacionamento entre os nossos dois países, não podemos deixar de reflectir sobre isso.

Hoje há mesmo quem questione se aquilo que muitos consideravam a relação especial entre os Estados Unidos e o nosso País, se afinal não era apenas uma relação que decorria da lógica da geopolítica e da geoestratégia da guerra fria.

Nós todos temos que refletir sobre estas questões.

É preciso compreender, Sr. Deputado Artur Lima e eventualmente respondendo ao seu aparte de há pouco, que do ponto de vista dos Estados Unidos a integração do nosso País na União Europeia de certa forma retira-nos alguma autonomia pela necessidade óbvio de nós, em muitas questões, naturalmente alinharmos pela posição do conjunto dos 27 países.

Não podemos ignorar esse raciocínio americano, mas achamos que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa tem que manobrar no sentido de impor aquilo que é a tradição da diplomacia portuguesa e que são imperativos do nosso País, nomeadamente salientar, em primeiro lugar, a importância dos Açores, o factor Açores, que nos deu o passaporte para membro fundador da NATO e um arquipélago sem o qual os Estados Unidos não tem a capacidade de projetar a força com a velocidade e com a celeridade que necessitam em situações de crise. A República Portuguesa tem essa obrigação.

Em segundo lugar Portugal necessita de relembrar a relevância das nossas comunidades nos Estados Unidos e a importância da nossa língua (creio que a sexta língua mais falada) e que também é uma chave para o acesso à lusofonia.

Em terceiro lugar salientar que a nossa relação com os Estados Unidos é muito importante porque nos confere uma entidade própria no seio da União Europeia e permite a construção da ponte transatlântica.

Para terminar gostaria de salientar que a República Portuguesa deve trabalhar no sentido de reverter esta situação e também de refletir as posições e as preocupações dos Açores.

É sempre oportuno e importante salientar estes aspetos.

Nós temos a esperança que se calhar, quem sabe, com os apelos do Governo da República à emigração dos jovens, talvez o Ministro Relvas dê uma ajuda para que a Embaixada dos Estados Unidos em Portugal possa voltar a ter as competências que agora infelizmente parece que perderá.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Causa grande estranheza para nós a decisão dos Estados Unidos ao anunciar que a sua embaixada em Portugal e o Consulado Geral em Ponta Delgada, deixarão de emitir vistos de emigração, passando o processo a ser assegurado pela representação norte americana em Paris.

Sabendo-se, como se sabe, que muitos dos candidatos portugueses à emigração para os Estados Unidos têm origem nos Açores e o facto de passarem a ter que se deslocar a Paris, a nossa Região sai desvalorizada e tratada numa segunda linha, dado que o modelo atual funcionou durante todos estes anos.

A história daquela grande nação confunde-se, muitas vezes, com a relevante história das gentes dos Açores nos Estados Unidos e aqui entre portas.

Daí a nossa estranheza por esta decisão da política externa dos Estados Unidos.

O Grupo Parlamentar do PSD reconhece que os Estados Unidos tem o direito de aplicar uma política de emigração restritiva, sobretudo depois do 11 de Setembro, contudo esta medida tomada por um país amigo não deixa de constituir uma surpresa enorme para a nossa Região onde se encontra uma importante Base Norte Americana.

Esta é uma forma surpreendente de tentar dificultar a concessão de vistos e de abusivas entradas no país, pois a partir de agora o candidato a emigrante tem de se sujeitar a uma deslocação a França custeando os respetivos encargos.

Segundo sabemos desde o início de Março, já seis açorianos deslocaram-se até França para obter o seu visto para irem trabalhar para os Estados Unidos.

No entanto queremos também realçar o papel da política externa portuguesa que neste caso teve o cuidado de acompanhar esta situação ...

Deputado José San-Bento (PS): Desculpe...

O Orador: ... e de alguma forma se preocupar em salvaguardar uma situação que é de Portugal não sair da política da 'Visa Waiver', que é tão importante para nós e por isso o papel que foi determinante neste aspecto para nós é de realçar.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Deputado, tenha a coragem de subscrever! **O Orador:** Por isso o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor do voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares a quem reconheço coerência em muitas matérias, que nesta não está a ser coerente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares e o BE indignaram-se, salvo erro o mês passado, porque o embaixador dos Estados Unidos tinha vindo dar palpites sobre a nossa política interna e sobre o que nós devíamos fazer sobre os transgénicos.

A Sra. Deputada Zuraida Soares vem agora fazer a mesma coisa ao imiscuir-se numa decisão de política interna dos Estados Unidos. Não deixa de ser uma falta de coerência extraordinária.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Essa é muito rebuscada, Sr. Deputado! Pelo amor de Deus!

O Orador: Não é rebuscada, é a realidade.

Agora, obviamente que esta decisão do Sr. Secretário de Estado do PSD, José Cesário, explica bem essa decisão dos vistos...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Estou a citar notícias.

Estou a citar o Sr. Secretário de Estado do PSD, José Cesário, que diz que a prioridade é efetivamente a negociação dos vistos "Waiver Visa".

Efectivamente está aqui bem citado e portanto o Sr. Secretário de Estado tem aqui estas declarações.

Agora, nós nestas matérias somos coerentes, Sr. Deputado José San-Bento e concordo consigo quando diz que nós devemos exigir do Governo da República, o máximo para as negociações que envolvem dois países amigos, como são Portugal e os Estados Unidos.

Nessa matéria estamos os dois de acordo e acho que deve ser essa a nossa atitude.

Agora, não é com votos deste que nós vamos lá.

Lamento profundamente que quer, sobretudo, o PSD, mas também o PS, aprovem um voto destes que não vai engrandecer nada, nem enriquecer, nem favorecer a diplomacia entre dois estados amigos.

Deputado Francisco César (PS): Como diz o outro o senhor defende o indefensável!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores é que deviam ter vergonha na cara!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com toda a vergonha na cara eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima o seguinte: antes disso, congratularmo-nos pela adesão de alguns Grupos Parlamentares, pelo menos daqueles que já se pronunciaram e pelo

entendimento que fizeram da boa-fé e sobretudo da legitimidade deste Voto de Protesto da bancada do Grupo Parlamentar.

Dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que misturar alhos com bugalhos não costuma ser boa política, a não ser uma manobra de diversão para distrair de facto a atenção daquilo que é verdadeiramente importante.

Sr. Deputado, a ingerência e os comentários infelizes, do nosso ponto de vista, do Sr. Embaixador dos Estados Unidos sobre decisões legítimas tomadas pelo Governo Regional desta Região são uma coisa. Outra coisa é este voto reclamar o tratamento diferenciado e de respeito a que nós, açorianos e açorianas, pensamos ter direito no relacionamento com um país que desde sempre classificámos de amigo para o bem e para o mal.

Um amigo, que é aquilo que nós chamamos à administração norte americana, não trata assim um povo amigo.

Portanto são duas coisas diferentes: uma, é assinalar o desrespeito, a outra é exatamente assinalar o mesmo desrespeito num contexto diferente.

Incoerência, nenhuma! Vergonha na cara, toda!

Acho lamentável que na realidade o CDS, por razões de mero fundamentalismo ideológico, não se associe a este voto.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Segue-se agora um Voto de Protesto apresentado pelo PCP relativo ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e à autarquia de Ponta Delgada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

pela forma politicamente inaceitável como a Dra. Berta Cabral se recusou a enfrentar a verdade e a corrigir as suas declarações sobre a primeira versão do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2010"

No passado dia 01 de março foi divulgado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao ano de 2010, da responsabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Deste documento consta uma análise económica e financeira das contas das autarquias locais referentes ao exercício económico de 2010 e inclui, ainda, uma análise do setor empresarial local.

As tabelas de "rankings" de desempenho económico e financeiro, apresentados no Anuário têm como base 15 indicadores distintos, sendo que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, na primeira versão, surgia em primeiro lugar no ranking respeitante ao menor passivo líquido exigível por habitante.

A divulgação do Anuário mereceu, naturalmente, por parte da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada uma reação pública de elogio à excelência da sua gestão o que levantou algumas dúvidas pois, outros indicadores e fontes desmentiam de forma clara e inequívoca a publicação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Alguns dias depois da divulgação do Anuário, das declarações da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da controvérsia pública que entretanto se instalou, o PSD Açores pela voz do Vice-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, na qualidade de dirigente partidário veio a público insistir no erro.

Mais tarde a agência LUSA, citando o Coordenador Técnico responsável pelo documento aludido, em que este teria reconhecido "(...) que havia um erro na

aplicação do indicador relativo aos municípios com menor dívida líquida exigível por habitante." Esclarecendo, ainda que, "(...) feita a correção Ponta Delgada não entra sequer nos primeiros cinquenta lugares da lista."

Afinal a excelência com que a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e líder do PSD Açores adjetivou a sua gestão autárquica ruiu como um castelo de cartas.

Errar é humano e todos nós, dirigentes partidários, erramos.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor é bem humano!

O Orador: A assunção pública dos nossos erros, para além de constituir um ato de humildade democrática é, também uma forma honrosa de dar crédito à nobre atividade que desenvolvemos e que só nos pode engrandecer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente a líder do PSD Açores não foi capaz de assumir a sua precipitação e engano perante um indicador que lhe era favorável mas que contrariava a realidade e, como depois se verificou, estava errado. Por outro lado, com a sua atitude afirmou, uma vez mais a sua falta de solidariedade para com os autarcas do seu próprio partido situação que, como nos lembramos, não é a primeira vez que se verifica.

A Líder do PSD Açores não só não assumiu a sua precipitada e errada posição, como responsabilizou a agência LUSA para quem remeteu a exigência de um pedido de desculpas público.

Esta não é uma atitude aceitável por parte de ninguém, muito menos de uma dirigente partidária que se apresenta ao Povo Açoriano como candidata à Presidência do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não há candidatas a presidente do Governo! Está enganado!

O Orador: Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe a aprovação do seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pela forma politicamente inaceitável como a Dra. Berta Cabral se recusou a enfrentar a verdade e a corrigir as suas declarações sobre primeira versão do Anuário Financeiro dos Municípios de Portugueses de 2010, entretanto corrigidos, numa segunda edição e apela, em nome de um saudável confronto político fundado na ética, na transparência, no rigor e do bom nome das instituições que a líder do PSD Açores assuma publicamente o seu erro e a sua precipitação.

Horta, 22 de Março de 2012

O Deputado do PCP, Aníbal C. Pires

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Voto de Protesto apresentado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, assenta num pressuposto que repudiamos e num equívoco que lamentamos profundamente.

O pressuposto é um ataque pessoal à Dra. Berta Cabral.

Deputado Berto Messias (PS): Explique lá isso!

O Orador: Aliás não é a primeira vez que o Sr. Deputado Aníbal Pires o faz, já uma vez o fez de forma infeliz, despropositada e desproporcionada e até de alguma forma com falta de lisura.

Deputado Berto Messias (*PS*): O importante é que explique as declarações da Sra. Presidente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje, aqui, em letra de forma renova esse tipo de atitude.

Portanto nós repudiamos este comportamento.

A segundo questão, no repudio deste pressuposto, tem a ver com aqueles que frequentemente aqui se queixam de que estamos a trazer campanha eleitoral aqui para dentro, que já estamos aqui em atitudes quase comicieiras e aqueles que se queixam desta campanha dentro da Assembleia Regional, certamente

terão aqui uma oportunidade para manifestar um posicionamento de repudio a este tipo de comportamento.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Em relação ao equívoco, fazer da Assembleia Regional uma mera discussão daquilo que poderia ser feito numa Assembleia Municipal, não deve ser trazido para aqui.

Deputado Francisco César (PS): E a defesa!

O Orador: Aquilo que nós vamos marcar com o nosso natural voto contra é a marcação de que repudiamos o pressuposto que o traz aqui e lamentamos profundamente o equívoco como quer fazer desta casa um espaço de ataque pessoal à Dra. Berta Cabral e fazer disto uma mera Assembleia Municipal.

Deputado Francisco César (*PS*): E o facto em si, Sr. Deputado?

O Orador: Contra isso Sr. Deputado Aníbal Pires, nós marcamos a nossa posição.

A sua aproximação ao PS fica naturalmente à sua responsabilidade e as consequências que daí advirão para si também naturalmente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No nosso entender as declarações que foram proferidas na altura, efetivamente a Sra. Presidente da Câmara excedeu-se na euforia e foi despesista nesta mesma euforia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Também queremos dizer que aquando da correção dos factos a Sra. Presidente da Câmara foi muito poupadinha nesta mesma correção.

Convém relembrar que a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada tem responsabilidades como líder de um partido que ambiciona comandar os destinos desta Região.

Devia ter tido maior disponibilidade para comentar exatamente a correção deste mesmo anuário financeiro.

Também quero dizer o seguinte: nos 50 municípios com menor passivo líquido exigível, por habitante, não estão incluídos nenhum da RAA.

Os 50 municípios com maior passivo líquido, por habitante, nesta Região estão incluídos 7 municípios: Povoação, 5 000€ por habitante; Nordeste, 2 644€; Calheta, 2 406€; Corvo, 2 336€; Vila Franca do Campo, 2 993€; Velas, 1 806€; Lajes do Pico 1 510€.

Isto também deve preocupar e devem ser também esses autarcas responsabilizados sobre a actuação que têm tido nessas autarquias e deviam pedir desculpa ao povo que os elegeu pela forma despesista como têm actuado a favor do bem público.

Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lembrar desde já o seguinte: no Plenário passado apresentei aqui um voto de protesto relativamente a palavras proferidas pelo Presidente do PS/Açores, sobre questões que tinham a ver com a reforma administrativa e com as autarquias.

Deputado Luís Garcia (PSD): Proferidas enquanto Presidente do Governo!

O Orador: Tanto quanto me lembro, Vs. Exas. aprovaram esse voto.

Portanto, quanto à lisura, eu desafio o Deputado Duarte Freitas a dizer-me quais são os termos que estão utilizados na formulação deste voto que se constituam como um ataque pessoal à Dra. Berta Cabral, porque não existem, de facto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Parece-me que é perfeitamente legítimo, até porque a Dra. Berta Cabral não é uma cidadã qualquer, é a líder do PSD/Açores e assume-se segundo essa figura que se destina a confundir os eleitores, como candidata a Presidente do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Portanto não é uma pessoa qualquer e tem de ter algum cuidado relativamente àquilo que afirma.

Relativamente a um outro facto que V. Exa. aludiu aqui, vamos esclarecer o seguinte: essa frase que foi retirada duma intervenção minha, no calor do debate, não tem nenhuma comparação com este voto que eu aqui apresentei hoje. Nenhuma!

V. Exa. foi abusivo na forma como interveio, uma vez que não há aqui nenhum ataque à Dra. Berta Cabral, há apenas um reparo e um apelo para que o debate político seja conformado pela ética, pelo rigor e pela honestidade intelectual. Isso sim.

Portanto V. Exa. fez uma interpretação claramente abusiva, do voto que eu aqui apresentei e não é nenhum ataque pessoal, até porque isso não faz parte da forma de fazer política do PCP.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Freitas, acho que foi abusivo na interpretação que fez do voto que eu apresentei, com todo o direito. A Dra. Berta Cabral não é só Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, é líder do PSD/Açores e assume-se a um cargo com a importância que tem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Aníbal Pires, que considero que este voto de protesto é um completo despropósito nesta Assembleia Legislativa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Logo o senhor!

Deputado Francisco César (PS): Que subserviência!

O Orador: O facto de termos eleições em Outubro, não deve desequilibrar e não deve afetar os trabalhos desta Assembleia.

O que estou aqui a dizer foi o que disse ontem a propósito do voto da petição sobre a rua de Miragaia.

Disse isto precisamente ontem e mantenho esta coerência.

Trazer para a Assembleia Legislativa este tipo de votos sobre conteúdos que são de matéria municipal é um erro terrível e um péssimo serviço que o Sr. Deputado faz à democracia dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): A Dra. Berta Cabral já disse isso! Tem que ser mais realista!

O Orador: A partir de agora se esta situação não fosse denunciada hoje, então amanhã eu também podia trazer um voto de protesto para falar dos assuntos de âmbito municipal de Angra do Heroísmo onde o PPM não está representado.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Então traga, Sr. Deputado!

O Orador: Poderia trazer um voto de protesto em relação ao Sr. Presidente da Câmara da Praia da Vitória e também não estou representado na Praia da Vitória.

Faço a mesma coisa em relação à Horta e nós baixávamos imediatamente aquele que é o nível, aquela que é a nossa função aqui na Assembleia Legislativa.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É o que o senhor está a fazer! Está a baixar o nível!

O Orador: O que eu considero é que o PS é um partido que deveria ter responsabilidade nesta matéria, responsabilidade de defender a dignidade deste Parlamento, em que se discutem assuntos que são de âmbito regional e não se transforme a Assembleia Legislativa numa caixa-de-ressonância das políticas e daqueles que são os problemas concretos de cada município.

Não se pode transformar numa caixa-de-ressonância e portanto os senhores nesta matéria já fizeram intervenções a condenar exatamente intervenções noutros âmbitos.

Portanto, aqui existe uma contradição total e não é assim que os senhores ganham credibilidade para governar os Açores. Não é transformando esta Assembleia Legislativa numa caixa-de-ressonância das diversas entidades ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas está a falar do PCP ou do PS!

O Orador: ... e de diversos interesses municipais.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, este voto não é nosso!

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino dizendo apenas isto: considero que é importante votar contra este voto de protesto exatamente para que não se abra este precedente aqui.

O PS tem a responsabilidade de não abrir esta caixa de Pandora, pois a partir daí não se queixem porque toda a gente vai trazer votos de protesto sobre todos os presidentes da câmara e depois vão ver em que é que se transforma o Parlamento dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): O senhor acaba de desresponsabilizar todos os municípios e todos os Presidentes de Câmara!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer, embora parta do princípio que não haverá dúvidas a esse respeito, que nem eu, nem o BE/Açores pertence a qualquer clube de ataque pessoal à Dra. Berta Cabral ou de ataque pessoal seja a quem for, até porque farão o favor de reconhecer, Sras. e Srs. Deputados, que não é o estilo desta bancada parlamentar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não é por aí de maneira nenhuma que penso que a análise e o debate deste voto devem ser feitos.

Também penso que estamos agora a confundir duas coisas: este voto de protesto refere-se a uma atitude passível de crítica na opinião do proponente, não fala das contas da Câmara nem de outras contas de outras Câmaras.

Poderão ser objeto doutros votos e doutros momentos de debate, mas não é isso que está neste momento em questão e portanto não vou referir-me de maneira nenhuma às contas da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Agora não posso deixar de referir, como aliás terão feito inúmeros cidadãos e cidadãs, quer do município de Ponta Delgada, quer da Região em geral, a seguinte situação: há um político, no caso uma política, que se deixou levar por uma informação errada. Primeiro ponto.

Uma informação errada que, no calor da alegria não confirmou, desconhecia e portanto deixou levar-se e arrebatar por ela.

No seguimento desse arrebate inusitado e injustificado como se viria a perceber depois, diz que a Agência Lusa que foi portadora da notícia é que é responsável e exigiu um pedido de desculpas público à Agência Lusa.

Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada tem toda a legitimidade de exigir um pedido público de desculpas à Lusa, como eventualmente alguns de nós e alguns membros do Governo até poderão fazer e tê-lo-ão já feito relativamente a notícias publicadas e que se revelaram falsas.

Mas há uma coisa, é que a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ao fazer isto com toda a legitimidade, esquece-se de uma coisa é que ela tem o dever de fazer exatamente a mesma coisa para com os cidadãos e cidadãs desta Região, nomeadamente para com os munícipes de Ponta Delgada. Esta é a verdade e não há nenhum tipo de partidarite ou de jogo político partidário, tática política pré-eleitoral, que possa negar.

A Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada enganou-se, ou porque foi induzida em erro ou porque lhe deu jeito o erro, não estou a fazer juízos de valor. Enganou-se! E como se enganou tinha obrigação moral de pedir desculpa pelo engano, da mesma maneira que tem o direito de solicitar esse pedido de desculpas à Agência Lusa e já agora também ao tal anuário financeiro que é banda desenhada, porque depois vem dizer que afinal tem um errozinho, afinal não é assim. Esta entidade é uma entidade pouco credível do nosso ponto de vista, a partir deste momento.

Embora, possa aceitar que a linguagem utilizada neste voto poderia ser mais moderada, talvez suscitasse mais adesão ao seu conteúdo, o objectivo principal que é chamar a atenção à Sra. Presidente que, já tarde, não é preciso sequer uma desculpa de chapéu na mão, é assumir um erro que cometeu, um erro de avaliação, um erro de argumentação. É assumi-lo com toda a dignidade democrática a que todos nós dentro e fora desta casa temos obrigação de estar sujeitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas há um ditado que diz, faz uma referência muito oportuna para o momento que aqui atravessamos: "aquele que cobiça o que não lhe é devido, perde o que é da sua própria pertença".

O Sr. Deputado vir aqui refugiar-se no pressuposto e no equívoco é algo que deve merecer um sublinhado desta Assembleia.

O Sr. Deputado Duarte Freitas refugiou-se atrás destas duas desculpas para não tentar sequer justificar o injustificável.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Nós compreendemos bem o seu transtorno, porque apesar das divergências e das diferenças, digo-lhe isso com toda a sinceridade, o senhor tem uma postura diferente. Nós reconhecemos no Sr. Deputado Duarte Freitas e em muitos outros parlamentares do PSD a capacidade de serem leais e de não ultrapassar os limites da transparência, da verdade e da ética no debate político.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Esta justiça o PS faz ao PSD e o problema é precisamente esse, nós estamos a falar duma personalidade política que é candidata à presidência do Governo, uma pessoa que está obrigada, quer enquanto autarca, quer enquanto líder do seu partido, aos mais elevados padrões de ética.

Isso para nós são aspectos absolutamente centrais. Haveria muito a dizer sobre este voto mas falar por fim tem a desvantagem de eventualmente nos podermos repetir.

Queria só referir que para nós é de facto lamentável e é um incómodo confrontarmo-nos com uma situação dessas.

O PS desejaria que essa situação tivesse sido resolvida doutra forma e que nós não estivéssemos hoje perante esta situação que mancha a própria democracia nos Açores.

Não é admissível que se tenha um comportamento destes, que uma pessoa seja tão lesta, tão longa a comentar os méritos que afinal não tinha ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e depois não seja capaz de admitir esse erro e ainda por cima ponha as culpas numa agência noticiosa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É de facto triste estarmos confrontados com isso.

Sr. Presidente, para terminar eu gostava de dizer o seguinte.

Penso que os Srs. Deputados reconhecem que não é propriamente o meu estilo vir aqui exprimir estados de alma ...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD, CDS/PP, BE e PCP).

Pelos vistos não reconhecem, mas eu vou dizer na mesma.

... mas queria dar um testemunho pessoal e acho que não é propriamente habitual da minha parte, mas sinto esta necessidade.

Queria dizer que me considero como um pessoa que conhece bem a Dra. Berta Cabral. Nós já trabalhamos juntos há muitos anos, é uma adversária política no plano autárquico, mas foi sempre uma adversária que mereceu sempre o meu respeito e a minha lealdade.

Devo confessar, Srs. Deputados, que estou decepcionado e incrédulo, com esta atitude.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Não esperava que a Dra. Berta Cabral fosse capaz de ter uma atitude destas e lamento-o profundamente.

Só me ocorre citar Camões quando refere um soneto dos Lusíadas que diz: "Ó glória de mandar, ó vã cobiça, desta vaidade a quem chamamos fama!".

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O Zorrinho também fazia a mesma coisa!

bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Depois deste momento de poesia vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Voto de protesto do BE relativamente ao acesso à formação da PSP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

A Polícia de Segurança Pública é uma Instituição que requer condições dignas de funcionamento para que possa corresponder às suas funções. Dela depende, em grande parte, a segurança e a integridade dos cidadãos e cidadãs da Região Autónoma dos Açores e do país.

A formação profissional é condição essencial ao bom desempenho dos profissionais de polícia, sendo, ainda, por exigência da tutela, condição *sine qua non* para a sua progressão na carreira.

Presentemente, estes profissionais estão impedidos de aceder ao "Programa Operacional para o Potencial Humano", programa que é financiado com fundos europeus, sob a incompreensível desculpa de que o Governo Regional dos Açores não se candidatou a este programa, quando ele é da responsabilidade do Governo da República.

Assim, os profissionais de polícia dos Açores são duplamente penalizados porque lhes é recusado o acesso à formação e porque essa recusa lhes impede a progressão na carreira.

Não bastando esta injustiça, as condições de operacionalidade são inqualificáveis, com viaturas paradas por falta de verba para combustível ou reparações e equipamentos administrativos sem funcionar por falta, de consumíveis. O Ministério da Administração Interna, estrangulando financeiramente esta Instituição, põe em causa a sua operacionalidade e a missão dos seus profissionais.

Como se não chegassem estas condições degradantes de trabalho, algumas instituições regionais, nomeadamente, hospitais atrasam o pagamento de gratificados. O mesmo tipo de comportamento tem o Ministério da tutela que não paga os serviços prestados, no âmbito do apoio ao desporto jovem, por exemplo. Neste último caso, os referidos atrasos de pagamento reportam-se a mais de oito meses e ascendem a várias centenas de milhar de euros, na Região Autónoma dos Açores.

Perante os factos acima descritos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento desta Assembleia, propõe que:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o seu mais veemente protesto pela atitude do Ministério da Administração Interna em discriminar os agentes da PSP em serviço nos Açores, penalizando-os na sua formação profissional e na sua progressão na carreira e, ainda, por não

proporcionar os meios que permitam a regular operacionalidade da PSP na Região Autónoma dos Açores.

De igual modo, manifestar o seu protesto às entidades regionais tuteladas pelo governo e ao Ministério da Administração Interna, responsáveis pelo não pagamento atempado de serviços gratificados aos profissionais de polícia que os prestaram.

Do presente voto de protesto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, ao Presidente da República, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo Regional dos Açores, ao Comando Regional dos Açores da PSP e à Associação Sindical dos Profissionais da Policia (ASPP/PSP).

Horta, 22 de Março de 2012

O Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zuraida Soares, Mário Moniz

Presidente: Estão abertas as inscrições.

O PCP e o BE terminaram o seu tempo no PTAP.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Reiniciamos os nosso trabalhos às 12 horas e 35 minutos.

(Eram 12 horas e 22 minutos).

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 44 minutos)

Estão abertas as inscrições na sequência deste voto de Protesto.

Para já tenho inscrita a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Cecília Pavão** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As condições em que operam as forças de segurança, na nossa Região Autónoma, são de relevante importância e motivo de preocupação para o Governo Regional.

Do mesmo modo, as políticas e os programas de formação são indispensáveis, não só à progressão na carreira, mas também à actualização de conhecimentos visando uma melhor adaptação às mudanças da sociedade, são fundamentais para o bom exercício destes profissionais.

A Polícia de Segurança Pública merece-nos um maior respeito e nesta conjuntura de algumas dificuldades parece-nos prudente não contribuir para o alarmismo, a instabilidade ou o desânimo.

O Grupo Parlamentar do PS vai abster-se relativamente a este voto por discordar da sua forma e de alguns dos seus pressupostos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As dificuldades da Polícia de Segurança Pública não são de agora, são de há muitos anos.

O poder político (como sabem tenho alguma experiência nessa matéria há quase duas décadas e tenho a certeza que as coisas não têm mudado muito, pelo contrário) tem cada vez maiores exigências em relação à Polícia de Segurança Pública e não cumpre em relação às garantias que tem que lhe dar em termos de condições de trabalho, em termos de dignidade profissional.

Portanto, o teor do voto do BE corresponde à realidade, uma realidade que é cada vez mais dramática para as forças de segurança pública. Nas condições sociais e económicas que nos encontramos, com o aumenta do nível de criminalidade, aumenta de facto a tarefa que a Polícia de Segurança Pública tem que desempenhar e as condições são cada vez piores, com material desgastado, com falta de recursos.

Há realmente um conjunto de condições que estão a degradar-se muito rapidamente. Vêm de há muitos anos, vêm de há muitas legislaturas e agora, por força destas circunstâncias e também pela dificuldade em projetar, do ponto de vista orçamental, o dinheiro suficiente para fornecer à Polícia de Segurança Pública, estas condições têm vindo a agravar-se.

Portanto, não considero que seja excessiva a forma como o BE descreve a situação, pelo contrário. Até nalguns casos ainda é pior do que foi descrito pelo BE e por isso vou votar favoravelmente este voto do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente de voto deve ser abordado de acordo com um conjunto de questões, desde logo a relevância da segurança nas sociedades modernas.

A segurança é de facto um indicador de desenvolvimento nas sociedades modernas que deve ser abordada com a dignidade institucional e a importância que tem.

Por outro lado, também, entendemos que para isso é essencial promover-se, a todos os níveis, a dignificação do exercício das funções dos profissionais de polícia.

Achamos que é essencial.

O PSD já apresentou iniciativas a esse nível e achamos que é essencial, em qualquer circunstância, essa permanente promoção da dignificação do exercício das funções.

Isto não está de acordo com algumas situações pouco dignificantes do exercício das funções neste momento nos Açores.

Os factos relatados neste voto são reais e suscitam a preocupação daqueles que diariamente têm de procurar exercer as suas funções de acordo com aquilo que são as suas responsabilidades.

Deve haver um esforço progressivo para melhorar essas condições e acabar com alguns destes casos pouco dignificantes.

Por outro lado, entendemos que esta matéria da formação é essencial em qualquer atividade profissional e aqui também não pode deixar de ser.

De resto, os Deputados do PSD, na Assembleia da República, têm manifestado as suas preocupações, sucessivamente. Não é uma questão nova.

Por tudo isto entendemos que não há qualquer prejuízo que o Parlamento dos Açores assuma uma posição de manifestar esta preocupação. O que não entendemos é a tibieza do Grupo Parlamentar do PS, que é tão célere a votar a favor do voto de protesto contra um autarca e agora, com uma questão desta importância, abstém-se.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): Falta de espinha! Não têm coluna!

O Orador: Não entendemos como é que há essa incongruência relativamente a estas matérias.

Termino referindo que é, de facto, responsabilidade do Governo da República, mas por exemplo na Madeira, que é tão criticada, o Governo Regional assumiu essa responsabilidade e tem um programa próprio, que é o programa RUMOS, que assume a formação profissional dos agentes da PSP.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E aqui também! Disponibilizámos uma verba de meio milhão de euros!

O Orador: Nos Açores não existe essa matéria ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade. Teve um apoio de meio milhão de euros!

O Orador: Há o programa RUMOS, que foi candidatado a fundos comunitários do Governo da Madeira. O senhor não sabe o que é que está a dizer, como de costumo. Esta é que é a realidade.

O PSD mantém a sua postura firme e convicta.

Para o PSD não importa as siglas partidárias.

Para o PSD não importa o símbolo do partido que tem responsabilidades na República e na Região. Para o PSD o que interessa é a valorização convicta e consciente daquilo que achamos importante.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá fazer queixinhas à comunicação social!

O Orador: Achamos que esta matéria é importante, por isso vamos votar a favor do voto do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP reconhece o trabalho que tem desempenhado a PSP nos Açores. Apesar de todas as dificuldades com que se tem deparado, tem conseguido realizar o seu trabalho com eficácia na Região.

No entender do CDS/PP, estas dificuldades não são de agora, advém desde há muito, mas são precisas ser colmatadas e ultrapassadas, quer pelo Governo Regional, quer pelas instituições regionais, que devem pagar os gratificados à PSP, bem como pelo Governo da República que deve transferir as verbas necessárias para o bom desempenho da PSP nos Açores.

Por tudo isto o CDS/PP votará a favor deste voto.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 30 abstenções do PS.

Presidente: Segue-se um voto de pesar "pelo passamento do Sr. Adriano Paim Andrade"

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

No passado dia 24 de Fevereiro de 2012, com 67 anos, Adriano Paim de Lima Andrade perdeu a vida que a tantos deu.

Nascido no seio do Ramo Grande, nas Lajes que honram o seu filho com o nome que decidiram dar à rua que o viu crescer, Adriano Paim deixou a marca da sua personalidade, da sua capacidade e inteligência em todos quantos o conheceram e na obra que perdura.

Licenciado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em Julho de 1970, desde cedo revelou aptidões únicas para a cirurgia, área onde concluiu o Internato Complementar, a 23 de Dezembro de 1977, com a classificação final de "Muito Bom com Distinção e Louvor".

Paralelamente, exerceu funções académicas, sendo-lhe confiadas várias turmas práticas de Propedêutica Cirúrgica e, posteriormente, de Iniciação Clínica e Gastroenterologia Cirúrgica.

No exercício da sua atividade, registou com reconhecido mérito a sua passagem quer pelos lugares mais avançados do país como os Hospitais da Universidade de Coimbra, como pelos lugares precários da Guiné da Guerra Ultramarina, onde foi condecorado, vindo a iniciar a sua atividade nos Açores, em Fevereiro de 1978, na ilha das Flores, onde assumiu a chefia hospitalar, tendo um papel preponderante na afirmação dos interesses nacionais e na pacificação das relações entre os sectores português e francês da respetiva unidade de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso aí já é excessivo!

O Orador: A partir de Maio de 1978, passa a integrar o Serviço de Cirurgia do Hospital de Angra do Heroísmo, mantendo a sua ligação ao Ensino na Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Em quase 42 anos de atividade médica, o Dr. Paim, como passou a ser conhecido, revelou qualidades inatas para a prática cirúrgica, sendo classificado por colegas como "perfeccionista" na sala de operações.

Um dos seus primeiros chefes caracterizava-o como "cirurgião rigoroso, bem informado, exigente consigo próprio e com os colaboradores, crítico severo da actividade do serviço, eficiente no verdadeiro sentido da palavra, assíduo e

extremamente cuidadoso com os seus doentes, cujos pós-operatórios o mobilizam a qualquer hora".

Homem de forte personalidade que não deixava ninguém indiferente e de grande capacidade de trabalho, o Dr. Adriano Paim é qualificado como pioneiro e visionário, pela forma como caminhava sempre na linha da frente das novas técnicas e práticas médicas, introduzindo nos Açores e sendo do primeiros em Portugal a utilizar as suturas mecânicas e a cirurgia laparoscópica.

Sempre em busca de mais formação e conhecimento em Portugal e no estrangeiro, promovia, de forma efetiva e expressa, a evolução e crescimento profissional dos colegas, sendo referida, por um seu antigo Diretor de Serviço, a "quase doação relativamente aos internos mais novos".

Neste âmbito, fez parte da Comissão de Internato Médico, foi Orientador de formação de vários colegas, criou as Jornadas Cirúrgicas dos três Hospitais da Região, fundou o Congresso de Cirurgia do Hospital de Angra do Heroísmo, para além de organizar vários cursos.

Todas estas competências e capacidades levaram a que ocupasse vários cargos de responsabilidade, sendo, durante dois anos, Diretor Clinico do Hospital de Angra do Heroísmo, a unidade de saúde a que dedicou quase toda a sua vida profissional e da qual foi Diretor, durante cinco anos, Diretor de Serviço de Cirurgia, durante 8 anos, e, mais recentemente, Diretor do Departamento Cirúrgico, para além de responsável pela Medicina de Catástrofe, entre outros cargos de relevância na Saúde da Região.

Era, à data do seu falecimento, Vice-Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Cirurgia.

Para além da sua vida profissional, o Dr. Adriano Paim, assumiu os seus deveres de cidadania de forma convicta e empenhada, sendo, nomeadamente, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória durante dois mandatos. A relevância do inestimável papel desempenhado no desenvolvimento da Saúde na Região fundamenta, assim, que este órgão manifeste, nestes termos, o seu Pesar.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, na

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta um Voto de

Pesar pelo falecimento de Adriano Paim de Lima Andrade.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Março de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas, Clélio Meneses, António Pedro Costa, António

Marinho e Paulo Ribeiro

Presidente: Não sei se há intervenções.

Creio não haver.

Assim sendo Sras. e Srs. Deputados passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se

encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao

Sr. Secretário da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

Pausa

Por proposta de alguns líderes parlamentares e por acordo unânime, vamos

recomeçar os nossos trabalhos, hoje, excepcionalmente, às 15 horas e 30

minutos.

Vamos terminar os nossos trabalhos por agora.

Até lá e bom almoço.

(Eram 12 horas e 59 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 37 minutos)

56

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento dos pedidos de esclarecimento que ontem me foram solicitados, tinha um esclarecimento a prestar ao Sr. Deputado Aníbal Pires, mas em virtude dele não estar na sala, prossigo com aqueles que foram os pedidos de esclarecimento feitos.

Na sequência daquilo que foi trazido à coação pela Sra. Deputada Zuraida Soares, sobre o documento e a alteração a que o documento estava sujeito.

Efetivamente Sra. Deputada, como ontem tentei explicar, correndo o risco de não ter sido absolutamente clara, esta Proposta de Decreto que aqui trazemos, não faz uma alteração profunda ao documento que existe, ou seja, em termos de funcionamento continua, no fundo, a ter uma base muito comum, o regulamento do concurso, àquilo que já existia. Uma das alterações mais salientes é a questão da periodicidade, que não tem nada a ver com o funcionamento.

Portanto, não está de forma nenhuma, no nosso entendimento, em causa a forma como o concurso já funciona, os procedimentos que são feitos e as atualizações que têm sido sucessivamente feitas no sentido da celeridade, da melhoria, da capacidade de resposta que o concurso tem dado.

Por outro lado, as justificações que a Sra. Deputada me pedia sobre a questão da quadrienalidade e a opção por ela, tentei explicar isso ontem.

Dado o percurso que fizemos, o decurso temporal que houve entre a última alteração, que é de 2003, até aos dias de hoje, várias coisas se alteraram para melhor no sistema educativo regional.

Uma delas é o facto de termos uma estabilidade no nosso quadro docente.

É precisamente porque essa estabilidade existe que não há a necessidade de anualmente procedermos à admissão de docentes para o quadro da Região. Esta é uma das razões.

A resolução desta situação, como os Srs. Deputados bem se recordam, é da responsabilidade, como ontem também tentei explicar, do PS, muito por via das prioridades regionais que foram introduzidas.

A Sra. Deputada seguramente lembrar-se-á disso, durante cerca de 20 anos, quando o PSD ainda governava a Região tentou-se através doutras medidas, nomeadamente os incentivos à fixação, resolver um problema que era ancestral. No entanto, tal nunca foi conseguido, apesar dos incentivos, incentivos generosos, que em alguns casos havia, esse problema persistiu e não se resolveu efetivamente.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Não havia professores! Olha a conversa!

Deputado António Marinho (PSD): É uma tristeza!

Deputado João Costa (PSD): Adão e Eva eram socialistas em 96!

O Orador: Por esta razão, é justo também que se reconheça que foi por via das prioridades regionais, que foram no nosso entendimento excessivamente diabolizadas em alguns casos e ainda são excessivamente diabolizadas, que se conseguiu aquilo que hoje temos, que é esta estabilização, até nas ilhas que tradicionalmente teriam mais dificuldade nessa estabilidade.

Por outro lado, entendemos também que, embora essa estabilidade já exista como disse, o alargamento do concurso para quatro anos, permite a permanência de docentes por mais um ano, criando a possibilidade de continuidade do projeto educativo de escola, de continuidade pedagógica e, em consequência, da melhoria do sistema educativo.

Também, por outro lado, o Governo teve um aspeto que julgo que por acaso ontem não referi, mas certamente os Srs. Deputados que analisaram o diploma terão notado, é que a quadrienalidade passa a ter como o ano de referência, o ano de 2012, ou seja, o próximo concurso será em 2016, daqui a 4 anos.

No entanto e porque houve docentes que se candidataram ao abrigo das prioridades, colocamos uma norma transitória que prevê que haja um concurso em 2014.

Portanto, isto para vos dizer que na prática só haverá concursos passados 4 anos, a partir de 2016, porque até lá teremos um, excecional, em 2014 e um ordinário, digamos assim, em 2016.

Para além disso nós tivemos outro cuidado que a Sra. Deputada também deve conhecer e deve ter visto com atenção, que é a questão de mantermos a afetação

por prioridade com caráter anual. Isto para permitir a mobilidade, a aproximação às famílias e também a contratação. A contratação mantém esse caráter anual, porque julgamos que seria a forma correta de articular, no fundo, aquilo são aqui as componentes.

Do nosso ponto de visto é mais benéfico este alargamento para os 4 anos, assegura outras condições.

Uma última questão que focou e parece-me importante, tinha a ver com os números do sistema educativo.

Para lhe dar uma ideia, Sra. Deputada, nós consideramos que efetivamente esta estabilidade estando assegurada e por que é que o Governo entende que não há necessidade e tem que haver cautela na admissão de novos docentes para o sistema de ensino, Nós, hoje, por exemplo, ao nível do pré-escolar temos atualmente 457 docentes dos quadros que asseguram este nível de ensino.

Necessitaremos no próximo ano letivo de acordo com o número de turmas estimado que temos atualmente, de 342. Portanto conseguimos ter na Região e temos um rácio médio neste nível de ensino de 16 alunos por docente.

Ao nível do 1°. ciclo do ensino básico temos 1199 docentes, atualmente. Prevemos que em 2015/2016, sejam necessários 531 professores para um rácio de 1, para 25 alunos, o que significa que temos já atualmente o dobro, sensivelmente, do número de docentes necessários neste nível de ensino, que asseguram, como sabe, os apoios, as substituições, etc.

Ao nível de 2º. ciclo, temos 1138 docentes para um rácio de 25 alunos por turma. Prevemos em 2015/2016 necessitarmos de 907.

Tudo isto que estou a dizer-lhe, é de acordo com a diminuição do número de alunos.

Ao nível do 3°. ciclo e secundário, temos 2129 docentes, estimamos no mesmo ano letivo de referência necessitar de 1851 alunos, o que significa Sra. Deputada que, por exemplo, a proposta que o BE faz, neste enquadramento, perde sentido, porque é evidente que num mundo ideal, num cenário ideal, seria possível termos todos os professores no sistema de ensino. Mas isto não seria desejável nem sustentável e seria mesmo orçamentalmente incomportável.

Nós não podemos ter todos os docentes que são licenciados em ensino, na Região. Devemos ter aqueles que necessitamos e aqueles que podem contribuir por exemplo, ao nível do apoio, para a melhoria da qualidade do nosso ensino.

Nós temos escolas na nossa Região, a maioria delas, com um rácio superior a 50% dos docentes das turmas que tem. Significa que se tivermos 30 turmas, temos na maioria das escolas, 30 docentes titular de turma, mais cerca de 15 que asseguram os apoios, na generalidade delas, sendo certo que há umas que aumentam para 70 e para 90%.

Portanto é este o quadro que temos e neste quadro não podemos e não devemos com responsabilidade exigir mais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Terminou o tempo do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Provavelmente o problema deve ser nosso. Nós ainda não entendemos a razão pela qual se faz um concurso desenhado para dar estabilidade àquilo que já tem estabilidade. Não entendemos! O Deputado Paulo Rosa também não entende, a Deputada Zuraida Soares também não entende, o Deputado Aníbal Pires também não entende, portanto o problema deve ser evidentemente nosso.

Por outro lado é preciso não esquecer – eu suponho que está a haver aqui uma confusão muito grande – que uma coisa é estabilidade pedagógica, outra coisa é permanência.

Evidentemente como em todas as profissões existem bons profissionais e outros menos bons.

Ora com esse concurso que obriga, não à estabilidade pedagógica, mas sim à permanência dos docentes durante 4 anos numa escola, a pergunta que eu faço à Sra. Secretária, é se não acha que é uma violência ter por exemplo, um desses profissionais menos bons e obrigar as crianças, obrigar os jovens, a ter que estar perante essa mesma pessoa durante 4 anos? A pergunta que eu faço é se não é uma violência?

Outra das questões que gostaria de saber é a seguinte: se a Sra. Secretária diz que os quadros estão praticamente esgotados, estão praticamente preenchidos, que o valor é residual, eu pergunto se não é benéfico para o Sistema Regional de Educação e se não é benéfico, sobretudo para os alunos açorianos, terem a possibilidade de nestes casos residuais, em que os quadros ainda permitem alguma mobilidade, ter novos docentes que de algum modo acrescentam uma nova dinâmica, uma nova maneira de ser, uma nova experiência? A pergunta que eu faço é se isso também não é benéfico para o Sistema Educativo Regional?

A Sra. Secretária disse que uma das razões pelas quais o concurso não poderia ser de um ano, como nós e todos os partidos da oposição assim o desejamos, era porque isso permite uma redução da despesa, nomeadamente com o pagamento de horas, em relação à equipe que está adstrita em exclusividade ao concurso de professores. A minha pergunta é esta: o que é que essa equipe que está adstrita em exclusividade ao concurso de professores, neste momento, está a fazer? Para já era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dado que o Governo Regional não tem tempo, vou tentar não colocar questões directas, por uma questão de honestidade intelectual e política, mas devo começar pela última intervenção da Sra. Secretária, a primeira que proferiu hoje e a última que proferiu ontem, em que falava da diabolização das prioridades regionais e da estabilização dos quadros docentes que foi conseguida através dessas prioridades regionais.

Devo lembrar esta casa, que em diversas ocasiões, já expressámos a nossa concordância com a existência destas prioridades, reconhecemos o mérito que elas introduziram na estabilização dos quadros docentes da nossa Região e reiteradamente fizemo-lo até ao longo desta Legislatura.

Portanto esses méritos já foram reconhecidos e obviamente que tinha que reafirmá-lo aqui.

Agora, a última intervenção da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação de ontem, não posso deixar de referir-me a ela, quando afirma que o número de alunos por turma não significa nada, invoca estudos e diz que isso é um mito.

Oh Sra. Secretária é um mito, é um indicador, é necessário haver um indicador, se não tínhamos 100 alunos por turma.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Diga isso à República, porque o diploma existe! Turmas de 27 alunos existem!

O Orador: Nós não estamos na República. Isso é outra discussão que iremos ter.

Agora é um indicador, tal como a graduação académica nos concursos em que o professor mais graduado não é necessariamente o melhor professor, mas temos que seguir um critério objetivo.

Quando se defende uma maior individualização do ensino, obviamente que reduzir de 25 para 20 o rácio, seria quanto a nós muito mais benéfico.

Quanto ao que se passa na República, Sra. Secretária, como sabe, nós temos uma República que José Sócrates deixou falida ...

Deputado Francisco César (PS): Já não dá!

Deputado José Lima (PS): Nem sequer pelos F-16!

O Orador: ... e temos uma Região que respira saúde financeira.

Portanto, a questão não pode ser colocada nesses termos.

Isto Sra. Secretária é obviamente a nossa posição.

Quanto à necessidade ou não de abrirmos um concurso anual, que é onde a Sra. Secretária centrou a questão. O que se passa aqui, no fundo, é se há ou não necessidade de abrirmos um concurso anual, questão da periodicidade.

Diz a Sra. Secretária que na Região não se justifica. Para nós justifica-se claramente, porque as necessidades do Sistema Educativo Regional, são e devem ser aferidas anualmente.

Isso é que é rigoroso.

Esta matéria divide-nos de forma incontornável.

A questão dos QZP que foram extintos em 2007: foram sim senhora, Sra. Secretária, agora reporta-se à insistência e sacrifícios pessoais dos dois docentes que estão no epicentro desta norma transitória do artigo 2°.

Sra. Secretária, eu não quero fulanizar esta questão, não conheço os dois docentes em questão, não sei estes sacrifícios e insistências que V. Exa. invoca a que é que se referem especificamente, sei que eles estavam obrigados a concorrer a todas as unidades orgânicas das ilhas cujos Quadros de Zona Pedagógica pertenciam, ou seja, num caso havia uma docente que estava obrigada a concorrer a todas as escolas de Santa Maria e de S. Miguel e noutro caso havia um docente que estava obrigado a concorrer a todas as escolas da Terceira, S. Jorge e Graciosa.

Lembro que os Açores tem 9 ilhas e lembro que há centenas de docentes, muitos dos quais saídos de QZP, que concorrem para 9 ilhas.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Por acaso não são!

O Orador: Lembro a Sra. Secretária que há por exemplo uma vaga de Biologia no Corvo, neste momento.

Portanto, a questão dos sacrifícios é uma questão que nos devia levar a pensar um pouco mais, refletir um pouco mais. Obviamente que estas pessoas poderiam ter já solucionado o problema por outra via e podem continuar a solucionar o problema pelas vias normais, assumindo que esta Região tem nove ilhas, tem muitas unidades orgânicas e os sacrifícios obviamente não foram tão extensos como poderiam ter sido.

Não nos parece legítimo que uma ultrapassagem administrativa seja a solução para isto, prejudicando outros docentes com graduação académica superior, docentes de quadro de escola e que pretendem legitimamente mudar para um quadro mais próximo da sua família ou da sua residência.

Portanto, nesta questão também somos inabaláveis na nossa conviçção.

Em relação a isto, Sra. Secretária, fazer-lhe justiça em relação à norma transitória do artigo 28°., que interpretando o caráter quadrienal que pretende

introduzir aos concursos como uma fatalidade da qual não abrirão mão, esta norma transitória ao menos minora a injustiça e permite que os docentes que neste momento vão cumprir 3 anos não saiam lesados desta situação e obviamente que quanto a essa norma específica iremos votá-la favoravelmente e concordamos em absoluto com ela.

Quanto às contradições invocadas pela Sra. Deputada Catarina Furtado, ontem, em que eu dizia que era uma medida economicista mas que não via ganhos, é uma contradição aparente. Mas quem falou em desperdício de recursos não foi o Deputado Paulo Rosa, foi a Sra. Secretária.

Portanto, quando se fala em desperdício de recursos, há uma questão de economia – nem que seja economia de esforço, como viemos ontem a comprovar em relação à equipa que trabalha nestes concursos – e eventualmente o pagamento de horas extraordinárias, aquando da fase de maior trabalho.

Também a dúvida levantada pelo Sr. Deputado Rui Ramos, é legítima: o que é que esta equipa que está adstrita a estes concursos faz, quando eles não estão a decorrer ao longo do restante ano?

Nunca vi nenhum Deputado da maioria, nem do Governo Regional, reportar-se aos professores, com a mesma preocupação em relação ao trabalho que eles fazem após o seu horário laboral, quando vão para sua casa e têm imenso trabalho ainda para fazer e obviamente que isso tem um caráter e um prolongamento ao longo de todo o ano letivo, ao contrário desta situação específica.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava talvez pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, a questão economicista. Ontem quando o senhor falou na questão economicista, devo confessar que pensei ter lido bem, quando pensei que era para poupar com os professores, com os docentes.

Esta medida é uma questão de recursos, não visa esta teoria economicista relativamente aos docentes ou aos alunos do nosso sistema educativo, que é sempre bom termos em atenção, que são e devem ser a nossa maior preocupação, é neles que temos que centrar todo o nosso Sistema Educativo Regional.

Isso para ligar a sua questão com a do Sr. Deputado Rui Ramos. É exatamente porque a preocupação deve estar centrada nos alunos, Sr. Deputado Rui Ramos, que a sua teoria e a sua pergunta só pode ser de retórica.

Um professor menos bom – para parafrasear o Sr. Deputado – que vai ficar obrigado a estar num sítio por quatro anos, ...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Não conhece casos desses, Sra. Deputada?

A Oradora: Deixe-me acabar! Ouviu-o caladinha.

... o senhor acha que se deve dividir o mal pelas aldeias, e em vez de ele ficar ali quatro anos, vai de escola em escola.

Nós achamos que o melhor é usarmos os dispositivos que o sistema tem para saber o que é que se passa de errado na sua função pedagógica como professor, o que é que se deve fazer para que a ação deixe de ser um professor menos bom e passe a ser um professor bom, integrado no sistema, a bem de todos os alunos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Nós também!

A Oradora: Portanto, creio que a sua pergunta era de retórica.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Está a precisar de voltar às escolas, dar umas aulas, para ver o que custa a vidinha!

A Oradora: Em relação ao que disse o Sr. Deputado Paulo Rosa, na questão do indicador, tanto é indicador o número de alunos, como a Sra. Secretária disse, como as necessidades já foram bem explicadas. As necessidades são aferidas de forma planeada, pelo que percebemos dos números que a Sra. Secretária falou dos docentes que temos, distribuídos por cada um dos ciclos ...

Deputado Paulo Rosa (PSD): São 4 anos!

A Oradora: Deixe-me terminar.

... e dos que vamos precisar com um horizonte em 2015, isto é um planeamento global, que é como deve ser feito, com estratégia.

Isso não implica que anualmente essas necessidades não sejam revistas pelos mecanismos que continuam abertos e disponíveis para concursos que decorram anualmente para colmatar essas necessidades pontuais.

Portanto, fica aqui salvaguardado, por um lado, o planeamento e a organização do sistema e, por outro lado, as falhas e as necessidades que surjam ano a ano com os mecanismos disponíveis e abertos a concurso anualmente.

Obrigada S. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem! Não percebem porque não querem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que eu gostava de dizer sobre esta situação é que o Governo Regional se prepara para concretizar um autêntico escândalo no concurso de professores. É esta a questão.

Digo-o com este dramatismo porque esta é uma situação de grande injustiça. São fundamentalmente dois assuntos que quero aqui referenciar.

O primeiro é em relação à norma transitória referente ao Quadro de Zona Pedagógica.

Esta questão, para que todos percebam, é muito simples: administrativamente este Governo Regional pretende colocar dois docentes no quadro de escola, superando dezenas de colegas seus, que têm muito mais tempo de serviço, subvertendo completamente as regras.

Para que os Srs. Deputados tenham a perceção do que é isto, é a mesma coisa que os senhores nas vossas respetivas carreiras serem ultrapassados por gente que tem muito menos tempo de serviço e provavelmente também uma graduação do ponto de vista académico inferior.

Portanto, isto é, dizem os senhores, fazer justiça a dois docentes. São só dois, portanto vamos fazer justiça aqui a dois docentes.

Os senhores para fazerem esta justiça a dois docentes, estão a cometer quatro mil injustiças, que são todos os outros professores que esperaram pela sua vez,

que concorreram para as diferentes ilhas todos os anos, que se submeteram a não estar junto dos seus filhos, das suas mulheres, das suas famílias, que se submeteram a essas regras e estes docentes optaram por não fazer ainda este ano, porque como bem disse o Sr. Deputado do CDS, existe uma vaga de Biologia para o Corvo.

Por que é que não concorre para o Corvo? O senhor já tinha a situação resolvida no quadro de escola no Corvo. Não! Vai ser colocado num lugar onde existem outros colegas com muito mais tempo de serviço, nalguns casos com 15 anos de serviço e mais, que há muitos anos pretendem ficar naquele lugar, mas vão ser ultrapassados porque vamos ter aqui uma solução administrativa que é um roubo, em relação aos docentes que têm estes direitos adquiridos.

É por isso que eu considero que isto é uma coisa sem precedentes na autonomia açoriana e é de facto escandaloso.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sem precedentes não será, mas que é mau, é!

O Orador: Por isso não interessa que sejam, 2, 4, 5, 6, bastava que fosse uma situação em que alguém passa à frente dos outros, por uma decisão administrativa, que não tem nenhum critério pedagógico, que não tem nenhum critério economicista, porque a vaga não existia. As pessoas não estavam a ficar colocadas porque a vaga não existia. Vejam bem este critério economicista. A vaga não estava lá, então a pessoa como está naquela escola (não estava no quadro de escola) tem sorte de ficar lá.

Quem esteve a concorrer e quem tem mais 15 anos de serviço e que andou anos e anos a concorrer para aquele lugar é ultrapassado. Digam-me se acham isto correto. Eu considero que isto é um escândalo.

Por isso além de o denunciar aqui com esta veemência, como todos os outros colegas da oposição já o fizeram, espero levar esta situação até ao limite, porque isto significa ultrapassar a lei, ultrapassar a ética nesta situação.

É esta a primeira situação que gostava de referenciar nesta primeira intervenção que estou a realizar sobre este assunto.

Isto é algo absolutamente escandaloso, uma injustiça tremenda.

Gostava de falar em relação ao facto de deixarmos de ter concursos anuais.

Numa situação em que aumenta o desemprego, em que o PS e o Governo Regional dizem que querem estabilizar, queremos dar oportunidade às pessoas de terem emprego e de terem alguma estabilidade.

Bom, o que é que o Governo do PS decide fazer? Vamos realizar os concursos de 4 em 4 anos e deixam-se de se realizar anualmente, porque isto já está estabilizado.

Nós vamos ter sempre vagas. Nós temos gente que está contratada e que está a ocupar lugares há 10, 15 anos naquela escola. Aquela escola nunca se transformou em lugar de quadro, mas há professores a dar aulas consecutivamente, há muitos anos (conheço vários casos que posso aqui referenciar) em que se procede à abertura daquela vaga para contrato, mas depois não é colocada a concurso e não é colocada uma vaga de quadro.

Pergunto se isto tem alguma coisa a ver com a vossa retórica em relação ao combate ao desemprego e à estabilização profissional das pessoas.? Tem alguma coisa a ver este concurso? Claro que não tem.

Portanto, estas alterações não contribuem para melhoria nenhuma, o que se pretende fazer é explorar as pessoas; explorar os professores, porque um professor contratado é muito mais barato e se o tiverem contratado durante 4 anos e não fizerem a abertura do lugar, isto é muito mais barato para toda a gente, mas sai muito caro para aquela família e sai muito caro aos trabalhadores e professores açorianos. É evidente que sai muito caro e por isso é que é preciso denunciar, porque falar em estabilidade da carreira é pura demagogia. É o que os senhores têm estado aqui a fazer: pura demagogia!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não acredito!

O Orador: A verdade é esta: os senhores pretender explorar o professor que está contratado, que recebe menos. É tão simples como isto.

As coisas estão informatizadas em relação aos concursos. Qual é o problema? Até tem funcionado com relativa eficácia. Uma equipa de duas, três pessoas faz perfeitamente o concurso. Qual é o problema de fazer um concurso da forma como está hoje em dia organizado e da forma como hoje em dia é tão fácil de rentabilizar esses recursos humanos?

O que acontece é que a administração quer trabalhar menos, o Governo está de acordo que se trabalhe menos. É tão simples como isto.

Eles deveriam trabalhar aquilo que trabalham, aproveitar os recursos, para quê? Para favorecer a estabilidade das pessoas, para favorecer a estabilidade realmente do nosso sistema de ensino e favorecer em última análise os nossos alunos.

Esta alteração que o governo aqui nos traz só tem pontos negativos. Não vejo nenhum factor positivo. Só vejo injustiças tremendas, só vejo criar aqui um sistema que explora as pessoas, explora os professores e estas alterações só têm como objectivo fazer isso: favorecer alguns em detrimento de muitos, prejudicar e explorar os professores que estão contratados, em que aquelas vagas já existem há 7, 8, 9, 10 anos, que são colocados sempre na mesma vaga e na mesma escola e essa vaga não é criada. Posso dar-vos exemplos a seguir.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou no fim, deixou-se ficar para o fim, porque nos trazia a luz, a verdade e trouxe a verdade a esta casa, como o senhor disse.

Pena que essa verdade e essa luz não seja assim tão legalista em outros aspetos que o rodeiam muito mais, mas o senhor é também o campeão da funalização e não vou fulanizar.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso foi tudo perfeitamente desnecessário!

A Oradora: Vou apenas dizer-lhe que o que o senhor acabou de dizer não era nem inédito, nem injusto e se calhar o esclarecimento é para a câmara e para quem nos está a ouvir, para que se perceba do que é que se trata.

Não é inédita a norma transitória, porque já aquando do encerramento da Escola de Educação Especial, os docentes dessa escola foram colocados exatamente da mesma forma.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Isso tem uma semelhança que é uma coisa terrível!

A Oradora: Quando foi reestruturada a escola das Capelas foi colocado da mesma forma. Agora, quando o Governo acabou com os QZP, em 2007, como já foi aqui dito, também obrigou a determinadas regras. Os QZP não são uma vantagem para quem os teve lá.

É preciso lembrar que dos QZP que existiam, Angra, Horta, Ponta Delgada, havia docentes que eram obrigados a concorrer às ilhas que envolve o QZP e no máximo havia docentes do da Horta, que tinham que concorrer para S. Jorge, Pico, Faial e Flores. Portanto ficavam nessas 4 ilhas.

Os da Terceira eram obrigados a concorrer a todas as escolas da Terceira, a todas as escolas da Graciosa e os de S. Miguel eram obrigados a concorrer a todas as escolas de S. Miguel e a todas as escolas de Santa Maria.

Portanto, não se pense que estes docentes estiveram deitados ao sol à espera da norma transitória.

Esses docentes seguiram as regras a que estavam obrigados nos QZP a que pertenciam, concorrendo todos os anos a todas as escolas.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Concorreram para o Governo?

A Oradora: Igualmente a questão de não ser inédito é porque já se fez com estes Governos, similitude nas mesmas circunstâncias, quando se encerraram outras escolas, quando se reestruturam outras escolas.

Era esse esclarecimento do que é que são os QZP, os Quadros de Zona Pedagógica, para que saibamos todos o que é este jargão e esta sigla que estamos a falar – são Quadros de Zona Pedagógica – que como o nome indica e na nossa dispersão geográfica, não abrangem uma ilha, não há um único que seja duma ilha só. Há, do mínimo de duas ilhas, ou máximo de 4 ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a alteração?

A Oradora: Portanto não há aqui qualquer tipo de injustiça e não é inédita a medida.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, sei que o Governo não tem tempo, portanto não lhe vou fazer mais nenhuma pergunta, vou apenas registar agradecendo-lhe as respostas que procurou dar-me, mas dar-lhe também nota de que não me senti esclarecida na sua plenitude, sobretudo a três níveis das perguntas que anteriormente tinha feito e vou registar apenas isso.

Primeira: ontem perguntei à Sra. Secretária, no geral, o porquê da alteração dum regime concursal que foi e é unanimemente (há sempre vozes discordantes), mas é o mais consensual possível e é tido como exemplar, funcional e aceitável. Porquê? Não é porquê esta medida ou outra, é porquê alterar agora este regime concursal.

A Sra. Secretária voltou-me a responder por uma questão de estabilização, mas aceitará que a estabilização, como ontem ficou aqui provado à exaustão, não pode ser a causa e a consequência, simultaneamente. Se não está estabilizado este novo concurso só vai criar mais instabilidade. A mesma ação não pode ser causa e consequência.

Portanto desse ponto de vista eu não fiquei esclarecida. Porquê? Continua a ser a razão, a ser a pergunta que se impõe e a resposta, Sra. Secretária, não foi dada. Relativamente ao levantamento, à nossa velha querela, das necessidades permanentes e transitórias do sistema. Se ontem e de há alguns anos para cá, desde que temos aqui representação parlamentar, esta é uma questão importante, a partir do momento em que a Sra. Secretária me respondeu o que respondeu, a preocupação e a urgência é ainda maior e tenho que perguntar e alguém do PS terá que me responder, porque o Governo não tem tempo, se estou a tirar uma ilação legítima.

A Sra. Secretária Regional fez um levantamento do número de professores existentes e que correspondem às necessidades do sistema e do número de professores que no planeamento para os anos futuros vão ser excessivos.

Primeira pergunta que se impõe: esses professores estão condenados ao desemprego? É a primeira conclusão legítima, penso eu, que se tira, do levantamento – também legítimo – feito pela Sra. Secretária.

Mas se estão condenados ao desemprego e pareceram-me que não seriam tão poucos como isso, os primeiros a serem vítimas deste desemprego, são exatamente as centenas de professores contratados.

São as centenas de professores contratados que, ao longo de anos e anos e alguns muitos anos, têm dado resposta às necessidades permanentes mas, assumidas oficialmente como transitórias e ninguém tem a mínima dúvida que são esses os primeiros a serem despedidos.

Se este é o caso temos que o assumir claramente e o Governo Regional tem que o dizer claramente.

Agora, também não podemos deixar de estranhar que se venha alterar um regime concursal que não tem levantado até agora, enfim, uma querela de maior, aumentando uma precaridade e um desemprego que hoje é a maior chaga desta Região.

Portanto, encerro como comecei ontem e como encerrei ontem, porquê alterar os concursos agora, neste momento?

Porquê pôr a classe docente desta Região em pé de guerra? Porquê fazer um levantamento quando nenhuma razão objetiva o indicaria, bem pelo contrário temos todas as razões nesta Região e no momento de crise que estamos a viver, para não tocar naquilo que estava bem.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão, volto a ela, é grave.

É uma questão pela qual cerca de 700 professores subscreveram uma petição.

Uma senhora professora apresentou essa petição. Ninguém do Grupo Parlamentar do PS lhe colocou uma única questão. Em Comissão ela apresentou a situação e demonstrou, claramente, que alguns professores com muito mais tempo de serviço seriam prejudicados.

A questão é esta: os senhores não têm o direito, não vos protege a lei, não vos protege a ética, de colocar professores com menos tempo de serviço à frente dos

outros, em lugares dos outros, superando os outros professores que têm esse tempo de serviço, como acabei de referir, com 14 e 15 anos de serviço a mais.

Portanto é essa a questão.

Esses professores poderiam deixar de estar no quadro de zona pedagógica se tivessem concorrido por exemplo, como acabei de referir a título meramente de exemplo, à Ilha do Corvo.

Quero também referenciar o seguinte: na Constituição, artº. 13º., "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei".

Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, em relação a este tipo de questões.

Portanto esta norma é claramente inconstitucional.

Penso que isto tem que ter consequências políticas, porque o PS, o Governo Regional e a Secretária da Educação foram claramente elucidados para a inconstitucionalidade, através duma petição e através deste debate.

Se a Sra. Secretária da Educação reitera que quer conduzir esta questão até ao fim deve assumir, se a mesma for considerada inconstitucional, as consequências políticas e as consequências políticas não podem deixar de ser a sua demissão imediata a partir do momento em que esta norma for considerada inconstitucional e é claríssimo como água que é inconstitucional, ...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Claro que não é, e vai perceber que não é!

O Orador: ... porque privilegia dois docentes em detrimento de muita gente.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): O senhor sabe que é falso o que está a dizer

Não estamos a beneficiar ninguém!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

Informo que o PPM e o BE terminaram o seu tempo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida, vou ter que ser eu a tentar explicar-lhe. Espero ser elucidativa.

Há pouco, e já ontem, quando se falou das necessidades dos professores, da contratação e das necessidades do sistema, falou-se que há muitos professores do quadro – o meu caso e o caso de tantos outros colegas cá dentro – que são

professores de quandro de escola e que estão destacados há alguns anos, uns

mais que outros a desempenhar outras funções.

Nós sabemos que os contratados, como a senhora disse e bem, há vários anos,

estão em muitas situações a ocupar estes lugares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Há muitos anos!

A Oradora: Há muitos anos. Há tantos quantos aqueles que estão a

desempenhar funções. Alguns passam de uma dúzia de anos.

Agora, também há que ponderar por parte do sistema, se nós temos capacidade

de absorver todos esses contratados para quadros de escola e se temos

capacidade de absorver todos os outros que regressarem. O que é que fazemos a

esses excedentários todos que ficarão dentro do sistema?

Julgo que é preciso uma questão de equilíbrio. Por um lado perceber que de

facto a situação dos contratados não é a melhor, mas por outro lado aqueles que

têm direito ao seu lugar e que estão a desempenhar outras funções, igualmente

reconhecidas e importantes na sociedade, também têm direito aos seus lugares

quando essas mesmas cessarem.

Todos entendemos que uma grande parte, um grande bloco desses contratados

estão nessas situações, o que não quer dizer que não haja casos reminiscentes, o

que não quer dizer que não haja casos específicos de alguma injustiça e de

alguma precariedade, mas o grosso desse número, sabemo-lo bem, que numa

Região como a nossa, onde é que está e é preciso ter a lucidez e às vezes há

dificuldade de decidir quem está no poder, de ponderar, se temos capacidade

para absorver todos os outros contratados e os outros quando regressarem.

Julgo que é neste equilíbrio e neste bom senso que o Governo tem agido.

Obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

74

Creio que podemos passar para a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos então para o debate e votação na especialidade.

Vou colocar à votação o artº. 1º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de eliminação para ao art°. 2°., dum grupo de Deputados: PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 2º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 4º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora para os artigos do anexo.

Artigo 1°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Artigo 2°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar a gora a proposta de alteração de Deputados do CDS/PP, PSD, BE e PPM, para alterar o artigo 3°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artº. 4º.

Sr. Deputado Paulo Rosa, pede a palavra para?

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Para uma interpelação à Mesa.

Eu penso que a proposta do CDS/PP para o mesmo artigo entrou antes.

Presidente: Entrou antes até ser substituída. A partir do momento em que foi substituída passou da primeira para a última.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito obrigado.

Presidente: Posso então colocar à votação a proposta de alteração do BE para o art°. 4°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para o artº. 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PP para o artº. 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 4°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4°. foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o art°. 5°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5°. foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artº. 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o mesmo artigo, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do CDS/PP para o artº. 6°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 6º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 7º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 8º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o art°. 9°., do PCP. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artº. 9º., apresentada pelo CDS/PP, PSD, BE e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 9º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Já que não existem propostas de alteração, posso colocar à votação em conjunto dos art^os. 10°. ao 13°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o art°. 14°. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o art°. 15°., do BE. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 15°., da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 16º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 17º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do art°. 18°., apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 18º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 19º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o art°. 20°., do BE. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 20°. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 21º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 22º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o art°. 23°., do BE. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo artigo, apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 23º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artsº. 24º. e 25º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 26º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento dum artº. 26º.- A apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o art°. 27°. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento dum artº. 27º.- A, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artº. 28º.da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artº. 29º.da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como ficou patente nesta votação, o PS mais uma vez votou sozinho este concurso de professores, aprovou sozinho este concurso de professores.

Mais ninguém entendeu nesta casa a razão pela qual se passou dum concurso anual para um concurso de 4 em 4 anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Achamos que a periodicidade deste concurso não serve as necessidades do sistema regional açoriano, não serve as reais necessidades das escolas e muito menos dos alunos.

Aliás, ficou bem patente que nenhum dos grupos e representações parlamentares desta Assembleia foi capaz de perceber a razão pela qual se passa de 4 para 1 ano.

Posto isto, este é um concurso, como disse no início, que não tem a ver com o nosso modelo de concurso, não tem a ver com a nossa filosofia e, portanto, nesta declaração mais uma vez reafirmamos uma posição absolutamente contrária ao facto de os concursos passarem a ser, no futuro, de 4 em 4 anos.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou contra este regulamento do concurso pelos motivos que tive oportunidade de expor ao longo das minhas intervenções no âmbito deste assunto.

Gostava de referenciar também que do ponto de vista político considero que isto é uma extraordinária derrota do PS e do Governo Regional, porque a poucos meses de terminar a Legislatura, aprovar um regulamento de concurso, tirar efeitos práticos na próxima legislatura, aprovar sozinho, só lembra a um partido acabado, a um Governo acabado, sem futuro.

Mais, levanta um problema político de enorme relevância também para os restantes, que é um partido que a poucos meses de terminar a legislatura (na próxima legislatura não teremos, com toda a certeza, maiorias absolutas) mostra esta intransigência, esta forma de impor a todo o outro universo político, ao universo sindical e a todo o conjunto de professores . Mesmo que existam 700 assinaturas, não interessa, se existirem 2 100 assinaturas continuam surdos para a sociedade civil. Esta forma de concluir esta Legislatura é politicamente ruinosa.

Penso que os senhores devem tirar todas as consequências políticas do que aqui sucedeu.

Terminam esta Legislatura, no âmbito da educação, completamente sozinhos como começaram.

Isso tem consequências políticas tremendas, porque mostra que não têm capacidade para negociar com os agentes sindicais, com os professores, com os outros partidos políticos, uma matéria em que é fundamental existirem acordos, em que é fundamental existirem convergências. Isto enfraquece politicamente o Governo Regional, enfraquece o PS perante todos os agentes do sistema educativo, porque a mensagem que aqui fica – a poucos meses, aprovando uma

legislação que só terá aplicação na próxima Legislatura – é: não temos capacidade para negociar; não temos capacidade para ceder; não temos capacidade para conseguir efectuar convergências numa área que é tão fundamental, em que em todos os Países se tentam fazer amplas convergências.

Aqui, o PS recupera aquela velha frase: orgulhosamente sós, aqui estamos! Orgulhosamente sós até o barco afundar!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é o Canto do Cisne!

Deputado Costa Pereira (PSD): Não é! É a orquestra do Titanic!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do Deputado Paulo Estêvão não estou nada preocupado com o desgaste que o PS tenha. Quanto mais desgaste o PS tiver, melhor será para a democracia açoriana.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que em relação ao Sócrates já se arrependeram!

O Orador: Portanto, essa preocupação não partilho com o Deputado Paulo Estêvão.

Relativamente ao diploma que acabou de ser aprovado e que incompreensivelmente foi trazido a esta câmara ele introduz alterações substantivas, designadamente, o facto de o concurso deixar de se realizar anualmente para se realizar de 4 em 4 anos, uma situação que não é perceptível por ninguém, uma vez que os quadros estão perfeitamente estabilizados.

Portanto, o facto de se manter a anualidade dos concursos permitiria não só a mobilidade do pessoal docente entre os quadros, de escola, de unidade orgânica, mas também o recrutamento conforme as necessidades e o ajustamento anual dos quadros de pessoal docente.

Portanto isto ficou por perceber.

Por outro lado, o PS acabou por não estar recetivo, nem às propostas que foram feitas pelos seus interlocutores representantes do pessoal docente, nem recetivo

a algumas propostas que foram aqui feitas pelos diferentes partidos da oposição, com exceção do maior partido da oposição, que mais uma vez optou por não trazer aqui nenhum contributo ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Demos em comissão. Estava distraído!

O Orador: ... para se perceber o que é que pretende em termos do modelo de concurso para o pessoal docente na RAA, mas digamos que isso também não é uma grande novidade, o PSD só tem propostas fora deste plenário.

Não houve recetividade nenhuma por parte do PS em atender àquilo que são visões diferenciadas e que se calhar mais perto da realidade que é vivida no setor, do que aquela que o Governo Regional aqui nos trouxe.

De facto, Sra. Secretária da Educação e Formação é incompreensível que estas alterações que V. Exa. veio aqui trazer, não vêm acrescentar nada em termos da estabilidade dos quadros das escolas, não vem acrescentar nada em termos do emprego. Aliás, V. Exa. poderia ter aproveitado esta oportunidade para dar um contributo importante para o combate à precariedade no trabalho e também ao desemprego docente, ajudando assim, o discurso oficial do partido que integra.

V. Exa. optou por este caminho, para nós é incompreensível.

Penso que os docentes que acompanharam este debate perceberam perfeitamente que é uma imposição do PS que não ajuda nem o ensino, nem sequer é compatível com o discurso oficial que Vs. Exas. têm vindo a fazer relativamente às questões do emprego.

Por outro lado mantêm na estrutura dos concursos algumas perversões, como sejam, as prioridades regionais e as prioridades por três anos. Mantêm essas perversões que eventualmente, embora não seja essa a minha opinião, podem ter contribuído em determinada altura para a estabilidade do corpo docente, mas hoje deixaram de fazer qualquer sentido. Não faz nenhum sentido manter essas perversões no concurso de recrutamento e mobilidade dos professores e educadores da RAA.

É lamentável que V. Exa. aqui tenha trazido um diploma com estas características.

Deveria ter procurado melhorá-lo, mas não, acrescentou-lhe mais fatores penalizadores para os já penalizados trabalhadores da educação.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP votou contra este novo regulamento do concurso do pessoal docente por três ordens de razão:

Primeiro, porque o regulamento que existia era para nós um bom regulamento e sempre o reconhecemos. Por isso não percebemos a necessidade da sua alteração.

Em segundo lugar, porque introduz uma injustiça tremenda, que já foi aqui vastas vezes referida, que é ultrapassagem administrativa por parte de dois docentes que integram o QZP, àquela que deve ser a lógica da colocação por concurso por graduação profissional e que obviamente não podemos pactuar com ela, porque é inadmissível em democracia, ainda para mais numa das poucas carreiras da administração pública em que o acesso era feito até agora, regra geral, com transparência e com critérios definidos e sem qualquer tipo de objeção e contestação.

A partir de agora essa contestação ficará obviamente instalada.

Finalmente pela razão principal que é a precipitação, que quanto a nós constitui, o facto de o concurso passar a ser quadrienal.

Não se percebe, continuamos a não perceber depois do debate, porque obviamente faz tábua rasa daquela que é a nossa especificidade regional, a nossa insularidade e afetará certamente o desempenho de muitos docentes com impactos negativos naquilo que todos nós não queremos que aconteça, que é aquilo que a Sra. Deputada Catarina Furtado já hoje referiu aqui. O que realmente interessa são os nossos alunos e o futuro desta Região.

Estamos convictos que isto será um novo fator de instabilidade instalado nas escolas, que este mal-estar que se instala, não será benéfico para ninguém e

deste ponto de vista não será um contributo bom e válido para a educação nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Registar apenas que no caso concreto deste diploma a razão da força funcionou, mas a força da razão esteve completamente ausente, seja do debate, seja da respetiva votação.

Na realidade nós esperamos bem que os professores, os educadores, a comunidade escolar no seu todo, saibam retirar deste mau exemplo, aqui ocorrido com este diploma e com esta alteração do regime concursal dos nossos professores, as respectivas conclusões.

Há uma que é inevitável e que eu sugiro: é a inflexibilidade...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

A Oradora: ... do Governo e do partido maioritário para atender a razões e a argumentos que nem sequer têm nada a ver com o espectro partidário, são apenas uma questão de bom senso e de não retirar justiça àquilo que até em termos relativos um diploma até a tinha.

Esta inflexibilidade, que se confunde com arrogância, não fica bem ao PS. Muito obrigada.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS votou favoravelmente este diploma, porque o PS quando está convicto não tem receio de estar só, porque tem a certeza que está acompanhado pelos açorianos que lhe conferiram a responsabilidade de governar nesta Região.

É essa responsabilidade que nos foi conferida que às vezes nos faz ter que tomar decisões que não são fáceis, mas que são essenciais, decisões que são tomadas independentemente do tempo em que elas ocorrem.

Deputado João Costa (PSD): Orgulhosamente!

Deputado Costa Pereira (PSD): O Salazar também era assim!

A Oradora: Não podemos aqui estar a fazer previsões astrológicas relativamente ao desfecho das eleições de Outubro, mas não é por haver eleições em Outubro que deixamos de fazer o que tem que ser feito.

Não é por haver eleições que nós deixamos de agir, deixamos de governar com a mesma responsabilidade de sempre.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: É por isto que estamos convictos que os açorianos que até agora nos deram o seu voto, a sua confiança, o repetirão em Outubro.

Muito obrigada.

Deputados Berto messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos Petição n.º 18/2011 – "para o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores", apresentada por Vítor Nelson Garcia da Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Peço ao autor do relatório o favor de o apresentar.

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO "PARA O AUMENTO DO ACRÉSCIMO AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES"

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Em 28 de Setembro de 2011, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição de um grupo de cidadãos, intitulada "Para o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores, cujo 1.º subscritor é Senhor Vitor Nelson Garcia da Silva.

Como pressupostos a Petição considera que: a deterioração das condições sociais a nível nacional, o aumento do custo de vida e um rendimento médio substancialmente inferior aos congéneres nacionais, têm vindo a contribuir para um agravamento das dificuldades dos trabalhadores com rendimentos mais baixos na Região Autónoma dos Açores.

O Subscritor entende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve debater estas questões e pronunciar-se no sentido de:

- Propor um aumento do acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida de 5% para 7,5%, para os trabalhadores por conta de outrem, mantendo a sua indexação à Retribuição Mensal Mínima Garantida nacional.

CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do art. 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela lei n.º 43/90, de 19 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de Março e n.º 15/2003, de 14 de Junho. A apreciação na Comissão Permanente de Economia, exerce-se no âmbito do n.º 4 do art. 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem como justificação, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, a fragilidade do tecido social açoriano; o custo de vida agravado pela insularidade; o facto do rendimento médio por trabalhador ser inferior nos Açores; a percentagem de trabalhadores nos Açores que auferem a remuneração mínima mensal garantida; a percentagem de trabalhadores não qualificados no mercado laboral dos Açores e o incumprimento do Governo da República em relação ao aumento do salário mínimo nacional.

Nestes termos, a presente petição propõe um aumento do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida que, "mantendo a sua indexação à Retribuição Mínima Mensal Garantida nacional, possa repor alguma justiça relativa nas remunerações dos trabalhadores açorianos, bem como contribuir para atenuar as consequências do aumento do custo de vida sobre as camadas sociais mais fragilizadas."

A Comissão deliberou ouvir em audição o primeiro subscritor da Petição Senhor Vitor Nelson Garcia.

A Comissão Permanente de Economia não solicitou pareceres aos parceiros sociais, tendo em conta, que o tinha feito recentemente, no mesmo âmbito, aquando da discussão da Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º11/2011— Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional. (Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril). (anexam-se os mesmos pareceres a deste relatório)

Audição do primeiro Subscritor da Petição realizou-se na Delegação da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada e em videoconferência com a delegação, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 31 de Outubro de 2011.

O 1.º Peticionário começou por salientar que era da vontade de centenas de trabalhadores açorianos que os dirigentes sindicais apresentassem, no Parlamento Regional, uma Petição, no sentido de aumentar o acréscimo ao salário mínimo nacional nos Açores.

Segundo o peticionário, a alteração proposta deve-se ao facto de nos Açores, em média, os trabalhadores ganharem menos 100 euros do que no continente, estando, por isso, muito mais susceptiveis às medidas de austeridade provindas do continente, bem como à subida da inflação.

Na opinião do Senhor Vitor Garcia, tal alteração poderia ter repercussões positivas nos restantes escalões de remuneração, permitindo a muitos açorianos viverem mais dignamente.

O Deputado do PSD, António Marinho, salientou que, muito recentemente, a Comissão Permanente de Economia apreciou um Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP, de âmbito igual ao da petição em discussão. Neste sentido, referiu, "o PSD adopta, em coerência, a posição que tomou no passado, de ser contra ao objecto desta petição, pois considera que um aumento do acréscimo à remuneração mensal mínima nacional, poderá aumentar, ainda mais as dificuldades das empresas açorianas, podendo levar, inclusive, a um aumento do desemprego".

Na opinião do Deputado existem outras formas, nesta altura, de proteger as famílias, sem passar pela alteração do nível acréscimo da Remuneração Mensal Mínima Garantida na Região Autónoma dos Açores, que tem características essencialmente estruturais.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina referiu que o seu partido mantinha a posição tida aquando da discussão da proposta do PCP.

O Deputado reconheceu que existe um diferencial de rendimento entre os trabalhadores do continente e os açorianos, tendo, contudo, referido que aumentar o acréscimo da remuneração mensal mínima nacional, em vez de criar uma "pequena almofada para as famílias", poderia levar a um aumento do desemprego e à extinção de postos de trabalho.

O Deputado referiu que nesta altura de crise, o aumento pretendido, pode por em causa o tecido empresarial, nomeadamente em áreas como o turismo, a restauração, comércio tradicional e construção civil.

Na opinião do Deputado, por muito que fosse favorável ao espirito da proposta, a situação de crise em que vivemos, faz com que não seja aconselhável proceder a alterações remuneratórias administrativamente.

O Deputado do PS, José do Rego, começou por referir que a principal característica do desemprego actual, é as baixas qualificações dos trabalhadores, tendo salientado que nos Açores este fenómeno é acentuado, pois dos 7300 desempregados, mais de 50% não têm mais do que o 1.º ciclo.

Neste sentido, o Deputado salientou a importância dos programas Valorizar e Reactivar na melhoria da qualificação dos desempregados açorianos.

O Deputado referiu que "apesar ser sempre desejável proporcionar um aumento do rendimento de quem recebe o salário mínimo na região, a verdade é que, a economia regional, não comporta, neste momento este aumento.

O Deputado afirmou ainda que "aceitar aumentar, neste momento, o Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, poderá levar a mais empresas em dificuldades e a mais desemprego."

O Deputado do BE, Mário Moniz, referiu que o BE é favorável à pretensão da petição, "por considerar que o crescimento económico, como a direita quer fazer crer, não se faz à custa dos baixos salários e do corte de direitos sociais." Neste sentido, o Deputado salientou que o pequeno aumento pretendido, poderá proporcionar aos trabalhadores, uma diferença no atenuar das suas dificuldades e uma dignidade acrescida no exercício do seu trabalho. Na opinião do Deputado è falso, que este aumento para 7,5% do acréscimo da Retribuição Mínima Mensal Garantida nacional, possa trazer mais desemprego.

CAPÍTULO IV PARECER

A Comissão após as audições efectuadas, conclui que:

1. O País ainda recentemente foi forçado a recorrer à ajuda externa (BCE, UE e FMI) para conseguir financiamento à economia portuguesa;

- 2. Tal ajuda foi concedida tendo por base um "memorando de entendimento" que terá de ser cumprido pelo Estado Português;
- 3. Nesse "memorando" constam várias medidas que contribuirão para a diminuição da despesa pública e, consequentemente, do actual défice orçamental;
- 4. Entre essas medidas inclui-se:
- a. Congelamento de salários na função pública e de pensões até 2013 (excepto para as pensões mais reduzidas);
- b. Comprometer-se que, durante a duração deste programa, qualquer aumento do salário mínimo só terá lugar se justificado pela evolução económica e do mercado de trabalho, e após acordo no quadro da revisão do programa.
- 5. O salário mínimo em Portugal Continental a vigorar desde 1 de Janeiro de 2011 é de 485€, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro;
- 6. O Governo da República, no diploma referido no ponto anterior (cf. n.º 2 do artigo 1.º), comprometia-se a proceder à avaliação do impacto deste valor (485€), nos meses de Maio e de Setembro, com o objectivo de que o salário mínimo nacional atinja os 500 euros no ano de 2011.
- 7. Nos Açores, face ao disposto em legislação própria (Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril), existe um acréscimo de 5% ao montante acima referido (485€), o que significa que desde 1 de Janeiro de 2011 o salário mínimo regional seja de 509,75€;
- 8. A difícil conjuntura europeia, nacional e regional em que vivemos, que proporciona enormes dificuldades às empresas nos Açores, não aconselha que se amplifique o custo da massa salarial através do aumento do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, podendo inclusive, prejudicar a competitividade destas ou até por em causa postos de trabalho.
- 9. A Petição por ser subscrita por mais de trezentos subscritores, (1134), deverá subir a Plenário nos termos regimentais.
 - O parecer foi aprovado por maioria, com os votos a favor dos Deputados do PS, PSD e CDS/PP e com o voto contra do Deputado do BE.
 - O Relator, Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José de Sousa Rego

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para saudar os peticionários, naturalmente que exerceram um direito que é importante em termos de cidadania, mas lembrar também, como aliás o Sr. Deputado Francisco César, como relator, já teve oportunidade de referir, que trata-se de uma questão que já foi aqui abordada ao nível do Plenário da Assembleia Legislativa, a propósito dum Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PCP.

Na altura aquilo que falámos e que aliás tivemos oportunidade de expressar na altura da audição do primeiro peticionário em sede de comissão, o acréscimo ao salário mínimo nacional é uma questão essencialmente do domínio estrutural e, portanto, consideramos que não é correcto nem adequado proceder a revisões que têm a ver essencialmente com matérias de natureza conjuntural.

Mais do que isso, naturalmente que estes 5% que existem há mais de uma década não são por acaso, têm a ver com a compensação dos custos de insularidade da Região e de uma aproximação entre os níveis salariais praticados a nível da Região, neste caso ao nível da remuneração mínima mensal garantida e a nível nacional.

Portanto só algo de natureza estrutural, poderia justificar e passar dos 5% para os 7,5, quem sabe para os 8%, para os 6% ou para os 7%.

Mas há algo que consideramos ainda mais importante neste momento e muito mais importante até já por números conhecidos depois da apresentação desta petição em setembro passado.

Neste momento aquilo que é mais importante nos Açores e não só, é salvaguardar o emprego das pessoas.

Não é fundamental neste momento esta questão que vem considerada nesta petição. Acima de tudo o que nós temos é que zelar para que se consiga suster a destruição do emprego, que se tem vindo a verificar ao longo dos tempos mais recentes. Por isso não seria correcto, não seria adequado, que penalizássemos as empresas ou as pressionássemos, no sentido de elevar dentro da sua estrutura de custos, os custos relativamente ao pessoal. Isso iria colocar em risco a manutenção do nível de emprego que é assegurado por quem efectivamente tem capacidade de gerar emprego que são as empresas.

Por esses motivos e saudando os peticionários, embora compreendendo a razão que assiste a estes peticionários, compreendendo no fundo que também estamos aqui no sentido de tentar conseguir que existam formas de melhorar a qualidade de vida dos açorianos e isso passa também por assegurar rendimentos superiores.

Concretamente na base daquilo que é referido nesta petição, seria fazê-lo duma forma que não é a adequada ao actual momento vivido na economia açoriana e provavelmente porque não seria através da mexida num mecanismo de caráter estrutural, o método adequado de proceder ao aumento dos rendimentos dos açorianos.

Por esse mesmo motivo, compreendendo as razões dos peticionários, não nos parece que seja esta a medida adequada para tomar num momento como este. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutimos esta petição no exato dia em que milhares de trabalhadores, por todo o país e também expressivamente nos Açores, se manifestam pela exigência de uma política diferente para o nosso país e para a nossa Região.

Temos um Governo, na república e na região, surdo às queixas e aos apelos dos portugueses, cego em relação às consequências desastrosas da sua política e olimpicamente imune a qualquer reflexão lógica sobre o que está a fazer ao

país, teimando numa receita errada de que colhemos agora os amargos frutos, que objetivamente alimenta e legitima a contestação social com a sua atitude.

Esmagados pela imposição de sacrifícios sobre sacrifícios, que servem apenas para afundar ainda mais o país no abismo da recessão e da dívida, não restou outra alternativa aos trabalhadores portugueses do que erguerem-se e transformarem o seu descontentamento em protesto ativo, reclamando a soberania que em democracia é sua e apenas sua, e exigindo a inversão da política de submissão aos ditames da troika.

Esta exigência vai muito para lá da reivindicação laboral ou da reclamação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Trata-se, verdadeiramente, de uma questão de salvação nacional, travando a destruição do país, das suas condições sociais e infraestrutura económica que, a mando do FMI, PSD e CDS-PP, com o frequente apoio do PS, se encarregam de executar. Esta é verdadeiramente uma Greve para salvar Portugal e os Açores da ruína!

E este clamor crescente desta contestação, a afirmação desta urgência por tantos milhares de portugueses é já demasiado grande para ser ignorada, sob pena de se comprometer todo o sentido real da democracia: o Poder do Povo. Oiçam o Povo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E se a Greve Geral aponta um rumo para salvar o país, o mesmo se pode dizer desta petição, já que coloca, com toda a propriedade, a necessidade urgente de inverter o rumo de desvalorização dos salários que tem sido seguido nos últimos anos.

Já o repetimos aqui muitas vezes – e havemos de o fazer quantas vezes forem necessárias: A economia portuguesa terá, e tem, muitos problemas, mas salários altos de mais não são de certeza um deles!

Portugal tem dos mais baixos salários a nível europeu. O mesmo se passa com o Salário Mínimo, no qual Portugal está verdadeiramente na cauda da Europa, apenas ultrapassando algum dos países da Europa de leste e a Turquia.

E, bem atrás do comum dos trabalhadores portugueses, vêm os açorianos, que recebem em média menos 100 Euros.

É um fato conhecido que, na nossa Região, a abrangência do salário mínimo é enorme, mercê das baixas qualificações mas, sobretudo, de uma continuada política de baixos salários.

A crise que atravessamos nos Açores, o aumento brutal do desemprego, os encerramentos de empresas, demonstram que não pagar às pessoas, não pôr dinheiro na mão das famílias acaba necessariamente por ter custos, custos elevados que os açorianos e as empresas açorianas estão a pagar. Aliás, apenas entre ontem e hoje o grupo INSCO, ligado aos supermercados Continente, anunciou que vai despedir 40 trabalhadores nos Açores.

Este é o preço que pagamos!

Este é o custo da desvalorização do poder de compra das famílias!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para inverter esse rumo, é para aliviar esse terrível preço que pagamos pela recessão, que esta Petição, tal como PCP também propôs em Outubro passado, propor aumentar a percentagem do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo.

E, a percentagem que propõe, faz todo o sentido. Aumenta-la dos 5% para os 7,5% é a forma de repor os valores que são devidos aos trabalhadores desde que o então Governo do PS rasgou o compromisso assumido em Concertação Social de aumentar o salário mínimo nacional para os 500 Euros. É, também por isso, uma medida justíssima e acertada!

Houve, nos Açores, ao longo dos últimos anos um aumento da produtividade e da riqueza gerada, como expresso na percentagem do PIB per capita nacional. Ainda bem. Folgamos. Agora, não podemos aceitar que esse aumento de riqueza não reverta também para os trabalhadores açorianos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já sei que me vão falar, uma vez mais, como sempre, nas dificuldades das empresas. E é justamente disso que eu estou a falar também!

O problema são as vossas palas ideológicas que transformam esta discussão num diálogo de surdos!

O problema é que quando se trata de apoiar diretamente os lucros, para os senhores, tudo são facilidades e urgências, sem olhar a meios, tudo por esse

desígnio que vos move de transferir os recursos públicos para a esfera privada. Mas quando se trata de fazer algo por quem trabalha, pelo Povo que efetivamente nos elegeu, então tudo são dificuldades, todas as portas estão fechadas. Para os trabalhadores nunca há orçamento!

O problema é que os senhores não conseguem perceber que cada Euro que a Região e as empresas investirem no bem-estar das famílias reverterá, acrescentado, para as vendas de cada uma das empresas e para o conjunto da economia regional, de forma sustentável, justa e equilibrada!

Tenham a coragem de sair da trincheira ideológica, senhores Deputados e pensem nos Açores, pensem no futuro e apoiem esta pretensão dos peticionários!

Por razões regimentais, o PCP não pode, neste momento repetir a proposta que aqui trouxemos em Outubro passado. Mas fica aqui o solene compromisso de que na próxima sessão legislativa o voltaremos a fazer sem falta.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para fazer alguns considerandos sobre a petição que é trazida a plenário para apreciação.

Em primeiro lugar saudar os peticionários para esta iniciativa, como todas as que têm entrado nesta Assembleia, porque de facto é uma forma de fazer cidadania activa e qualquer tipo de forma de cidadania activa, do nosso ponto de vista, é sempre positivo na participação duma sociedade democrata e duma sociedade que defende valores que todos devemos contribuir para que eles sejam efectivos.

O CDS já fez referência, na altura, quando o PCP trouxe uma proposta muito semelhante à que é proposta aqui nesta petição, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode dizer qual!

O Orador: ... de que perante tantas dificuldades que efetivamente as empresas estão a passar, esta é uma realidade, com uma taxa de desemprego a situar-se em cerca de 16%.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E a aumentar!

O Orador: E com tendência para aumentar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Porque as pessoas não têm dinheiro!

O Orador: A fragilidade dum tecido empresarial, em áreas tão sensíveis como a construção civil, como o comércio tradicional e se formos entrar mais especificamente, na restauração, na própria área do turismo, leva-nos a que se mais argumentos não houvesse nesta fase para defender a ideia de que não é possível propor este aumento numa fase dessas em que a preocupação deve ser exatamente de proteger as pessoas e as famílias nessa situação de empregabilidade, não podemos concordar que nesta fase se faça este aumento deste acréscimo.

Para mais, temos os tais compromissos assumidos com esta entidade internacional que, aliás, foi assinada pelo PS e depois foi executada mais tarde pelo atual Governo na República.

Isto também tem que ficar claro porque alguns não podem invocar que, na altura, para termos a tal assistência financeira, houve a necessidade de assumir um conjunto de compromissos e de responsabilidades e depois quando esta mesma força deixou de ter a governação nas suas mãos não pode assobiar para o lado e dizer que não faz parte deste mesmo compromisso.

Quanto ao Sr. Deputado Aníbal Pires tinha aqui uma pequena consideração para fazer, mas uma vez que se ausentou da sala, vou abster-me de a fazer.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos entre mãos uma petição que solicita um acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida de 5%, para 7,5%.

O BE saúda os peticionários por duas razões: por um lado pelo acto cívico a que dão corpo com esta petição em concreto e, por outro lado, pelo seu conteúdo.

Sobre o seu conteúdo eu gostaria de tecer algumas considerações.

Nós consideramos o conteúdo desta petição uma justa reivindicação dos trabalhadores e porquê? Porque os trabalhadores são, no nosso País, agora, hoje, exatamente os mais penalizados pelas medidas de austeridade que apenas têm colhido recessão. quem o diz não é o BE, são as entidades internacionais que fazem estudos e publicam preto no branco, títulos como este: " a crise em Portugal está a ser paga pelos mais pobres". Em troca de quê? Em troca de ontem termos tido títulos de primeira página que nos dizem o seguinte: "o défice do subsector do estado atingiu os 799 milhões de euros em Fevereiro, ou seja 191% a mais, - repito 191% a mais - do que no mês homónimo de 2011.

No nosso País são os pobres que pagam a crise, quando este pagamento não está a dar resultado absolutamente nenhum.

Saudamos também estes peticionários porque nós consideramos o conteúdo desta petição fundamentalmente um grito de revolta dos trabalhadores açorianos e uma revolta justa, porque é uma revolta contra o discricionarismo e contra a má-fé.

Eu explico porquê. Porque temos um Governo da República que se escuda na impossibilidade legal de rasgar os contratos que tem estabelecido com os poderosos deste país. Falo na Lusoponte, falo da EDP, falo nas Parcerias Público Privadas. Tão poderosos que até mesmo são capazes de despedir membros desse mesmo Governo, como o Secretário de estado na Energia.

Para esses é impossível rasgar um contrato que seja, a lei não deixa, a justiça não deixa. É impossível!

Com os trabalhadores deste País, com os aposentados deste País, com os funcionários públicos deste País e desta Região, todos os contratos têm sido rasgados, um a um.

O Engenheiro José Sócrates rasgou? Rasgou sim senhor e os senhores incineraram.

O Governo de Passos Coelho e o Governo de Paulo Portas incineraram o resto do papelinho que sobrava e, portanto, não têm moral nenhuma para vir dizer, porque os senhores não alteraram em nada essa política, bem pelo contrário, continuaram a penalizar apenas e só quem trabalha no nosso País.

Não venham com a conversa de que não há dinheiro, porque há sempre dinheiro para uns e falta sempre para outros.

Não venham com a conversa de que as empresas não podem pagar. As empresas não podem pagar porque os trabalhadores não podem comprar, porque a classe média deste País está a desaparecer porque não compra, porque não tem dinheiro no bolso. As empresas não podem pagar porque não vendem.

Aliás, os senhores já perceberam isto há muito, muito tempo, mas nós percebemos também quais são os interesses que estão a ser servidos.

Portanto como toda a nossa vida recente demonstra, baixar salários, tirar direitos aos trabalhadores, confiscar subsídios, é exatamente o contrário do que deveria ser feito, como combate ao desemprego, para o aumento da produtividade e para que haja uma economia que finalmente comece a levantar cabeça.

É por todas estas razões e outras que saudamos a iniciativa da CGTP. Exatamente hoje convocou uma geral, que dá voz à indignação que perpassa por todo o país e pela nossa Região também.

Esta indignação, Sras. e Srs. Deputados, é ainda maior quando nós ouvimos por exemplo um dos assumidos candidatos, se for eleita como Deputada para esta Casa, a liderar o Governo Regional, dizer que se for eleita para Presidente do Governo Regional, fará a valorização e a dignificação dos funcionários públicos dos Açores.

Que bom que era se isto fosse verdade!

Mas aquilo que esta candidata se esqueceu de dizer é que ao longo dos anos tem aprovado, e continua a aprovar, as políticas que tiraram nos últimos dez anos, aos funcionários públicos desta Região, 30% do seu poder de compra.

Haja vergonha! Haja decoro nas promessas que se fazem e nas políticas que se defendem e que se representam nesta Região.

Portanto, não é possível dignificar e valorizar os funcionários públicos quando se defendem as políticas que lhes tiram o poder de compra, quando se

confiscam os salários, quando se confisca o subsídio de férias e de natal, em nome de coisa nenhuma, ou seja em nome de quem já tem tudo e não precisa de mais nada.

Esta petição tem ainda mais valor, porque Sras. e Srs. Deputados a hipocrisia, o ataque permanente e o confisco permanente à dignidade de quem trabalha, às vezes consegue ser mais redundante do que a própria falta de pão em cima da mesa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não foi o Sócrates!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não foi o Sócrates mas foi para pagar dívidas dele!

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Não, não foi! Não esteve atento à leitura do relatório!

A Oradora: Por isso estes peticionários são dignos de todo o nosso respeito, de toda a nossa capacidade prepositiva e eu desafio o PS: Sras. e Srs. Deputados do PS, um bocadinho de socialismo na Região, 11 euros e meio de socialismo é quanto este peticionário pede para cada trabalhador. Onze euros e meio!

Deputado Francisco César (PS): Que demagogia!

A Oradora: Não será barato o socialismo nesta Região?

Deputado Francisco César (PS): Isso é demagogia, mas é barata!

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar os peticionários que participaram nesta petição, exercendo um direito cívico que com muito gosto analisamos em comissão.

Tal como já havíamos anunciado sobre uma iniciativa do PCP, tinha a mesma intenção dos peticionários, que se resumia ao aumento de 5 para 7,5% da diferenciação da retribuição mínima mensal garantida, vigente na RAA.

Importa realçar que muitas das medidas que têm dificultado a vida dos trabalhadores, também têm dificultado a vida das empresas.

Os custos com pessoal representam um valor bastante elevado na estrutura de custos de muitas das nossas empresas.

A retribuição mínima mensal garantida nos Açores é hoje de 509,75€.

Esta retribuição nos últimos 5 anos sofreu um aumento de 26%. Gostaria de relembrar que em 2007 era 385€. Este aumento tem representado um grande esforço para muitas das nossas empresas, em especial para as pequenas empresas que têm um valor acrescentado muito pequeno.

Lembro que alguns dos despedimentos têm sido nessas empresas da restauração e outras de serviços, em que o valor acrescentado é muito baixo, em que o salário mínimo tem para estas empresas um valor muito significativo nos seus custos.

Basta ver uma pequena livraria, algumas empresas de serviços em que esta margem dos 11,5€ que a Sra. Deputada fala, que os socialistas arrumam na gaveta. Não é o Governo. Nós podemos impor às empresas, mas as empresas têm que ter condições para poder pagá-lo.

Algumas grandes superfícies, como foi apontado pelo Sr. Deputado do PCP, onde estão a haver alguns despedimentos ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Por falta de géneros!

O Orador: ... quando discutimos esta matéria, já estão a sofrer os problemas de consumo que nós vimos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Só faltava essa!

O Orador: Portanto, as dificuldades das empresas são hoje mais do que nunca verificadas através dos números do desemprego, que são do nosso conhecimento e que levaram a que o governo, em concertação com os parceiros sociais, propusesse um conjunto de medidas de apoio às empresas no domínio da manutenção do emprego ou da criação de novos empregos ou do financiamento das próprias empresas.

Por isso o nosso discurso está à volta das empresas e não como o Sr. Deputado do PCP ou a Sra. Deputada do BE, nos impõem.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): As empresas têm que transacionar bens e produtos. Por isso é necessário a economia recuperar!

O Orador: Portanto a nossa atenção tem que estar centrada nas nossas empresas, na manutenção dos empregos, na criação de novos empregos, no aumento da competitividade e da produtividade das empresas, porque sem empresas não há emprego sustentável em qualquer Região ou em qualquer País.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar saudar os peticionários por este exercício de cidadania e, em segundo lugar, referenciar que mantenho exatamente a mesma opinião e os mesmos argumentos que apresentei aquando da iniciativa do PCP exatamente sobre o mesmo assunto e com o mesmo tipo de argumentos.

Portanto é isto que tenho a referenciar, mantenho essa interpretação, mantenho aquilo que defendi naquela altura.

Muito obrigado.

Presidente: Está esgotado regimentalmente este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Passamos o seguinte: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009 – "Elevação de Lagoa a cidade"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me em nome do PS apresentar esta iniciativa que naturalmente atendendo ao momento e ao simbolismo é uma iniciativa que procurarei solenizar aqui nesta tribuna.

Hoje é um dia de orgulho e celebração da nossa Autonomia!

A Vila da Lagoa vai ser elevada à categoria de cidade, por iniciativa desta Assembleia, num processo despoletado pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, que fez questão de ouvir a população e as entidades representativas de várias áreas da sua vivência colectiva.

Admitimos que, para alguns, nesta fase de ataque ao Poder Local feito por Lisboa, não seja o mais politicamente correcto concluir este processo de elevação a cidade.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito bem!

O Orador: É por isso oportuno relembrar que a elevação de uma vila à categoria de cidade é apenas uma distinção simbólica de um determinado grau de desenvolvimento e organização de uma comunidade. Não implica aumento de despesa pública em nenhum dos três níveis de organização do Estado.

Mesmo assim seria mais confortável para esta bancada arrumar este assunto na gaveta, alegando argumentos falaciosos de poupança e de contenção. Não têm faltado exemplos deste espírito temerário pelo País fora.

Mas a História nos fará a justiça. No futuro mais ou menos longínquo, ninguém questionará a mais-valia desta elevação, como, hoje, ninguém contesta a decisão desta Assembleia ter elevado Ribeira Grande e Praia da Vitória a cidades.

Também neste caso, é evidente que deverá haver mais vida para além dos argumentos da austeridade, que, muitas vezes, servem para cercear ambições, para coarctar sonhos e para limitar aspirações de quem quer ver a sua terra evoluir e ser reconhecida por isso.

A elevação da Lagoa a cidade não é um mero capricho de alguns, mas, sim, o cumprimento de uma competência desta Assembleia que responde afirmativamente às solicitações justas de uma população.

A Lagoa será, assim, a sexta cidade dos Açores. Cresceu por mérito próprio, desenvolveu-se em várias áreas, criou condições de vida para os lagoenses e soube gerar poder de atractividade para captar mais população, criando novas centralidades.

A Lagoa soube sair da sombra de Ponta Delgada, encontrar o seu caminho e desenvolver-se em áreas que criam riqueza para o concelho e, consequentemente, para os Açores. O estatuto de cidade apenas confirma o que todos reconhecem.

Situado na costa Sul da Ilha de São Miguel, entre Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, o concelho da Lagoa tem uma história rica e regista um notável percurso de desenvolvimento económico, social, cultural e político. No século XVIII, a população cresceu consideravelmente, enquanto a sua economia prosperou com a cultura e exportação da laranja.

Surgiram, no século XIX, as fábricas de cerâmica e de destilação do álcool, sendo a indústria incrementada mais tarde com as novas fábricas de óleo, sabão e rações, acentuando a vocação industrial do concelho.

Relativamente à sua população, e de acordo com os sensos de 2011, o Concelho da Lagoa tem 14.430 habitantes residentes, mais 2,2% do que em 2001, enquanto a área da Vila – freguesias de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Cruz – soma 9.063 habitantes. O escalão etário entre os 0-25 anos continua a ser superior à média regional, enquanto o de 65 e mais anos é inferior à referida média. A Lagoa é, assim, uma terra de juventude e de futuro.

O tecido empresarial do concelho continua a crescer, bem como o seu sector terciário, que emprega cerca de 58% da população ativa.

A economia lagoense assenta nas atividades ligadas à agricultura, produção animal, silvicultura, pescas, indústrias extrativas e transformadoras, produção e distribuição de eletricidade, construção civil, comércio, reparação automóvel, alojamento e restauração, transporte, armazenagem e similares, atividades financeiras, imobiliárias e de alugueres, administração pública, educação, saúde e ação social e outras atividades de serviços coletivos.

O Concelho tem sabido criar condições de atração de importantes investimentos regionais que têm contribuído decisivamente para o seu crescimento e desenvolvimento. Um desses investimentos mais representativos é o Parque Tecnológico de São Miguel – NONAGON. Uma infraestrutura da sociedade do conhecimento, de grande arrojo e ambição, que projeta o Concelho e a Região para o um novo futuro.

A futura cidade cumpre ainda os indispensáveis requisitos legais em termos de: saneamento básico; instituições de interesse coletivo; instalações socioculturais

de relevo; e conta ainda com um movimento associativo, de cariz cultural e desportivo, que projeta o nome dos Açores a nível nacional.

A Lagoa começa, igualmente, a apresentar progressos no sector turístico com a dinamização das infraestruturas da Caloura – um dos paraísos balneares dos Açores -, a animação na baía do porto de pescas, Complexo Municipal das piscinas e praia da Baixa d'Areia, a promoção de visitas de quintas tradicionais, dos Conventos da Caloura e dos Franciscanos. Conta ainda com um sector da restauração de grande dinamismo e qualidade.

Nas áreas da saúde e da educação, o Concelho está dotado de serviços e infraestruturas de qualidade. Na área do ambiente, é característico o relevo e a vegetação do concelho, de grande riqueza e geodiversidade. Apresenta dois territórios bem diferentes, o maciço da Serra de Água de Pau, a nascente, e o Complexo Vulcânico dos Picos, a poente.

O feriado municipal da Lagoa festeja-se a 11 de Abril, data da comemoração da sua elevação a Vila e sede de Concelho.

Para além do património histórico, religioso e do desenvolvimento da sua economia, prestamos aqui homenagem a todos os lagoenses, desde o tempo do povoamento. Foi o trabalho árduo, valoroso e continuamente renovado pela coragem, que fizeram do concelho da Lagoa um dos mais atrativos dos Açores, com uma serena mas forte identidade e ligação à terra.

Deixamos aqui também uma justa e simbólica homenagem a todos aqueles que tiveram, ao longo do período da democracia portuguesa, a responsabilidade impar de dirigir os destinos coletivos da comunidade lagoense, nomeadamente: o Sr. José Guerreiro de Almeida, o Professor Leonel da Rosa da Silveira, o Sr. Raulino da Silva Anselmo, o Coronel Ângelo Manuel Albergaria Pacheco, o Engenheiro Luís Alberto Meireles Martins Mota e, cumprindo o atual mandato, o Engenheiro João António Ferreira Ponte.

Foram todos grandes presidentes de câmara, independentemente do partido pelo qual foram eleitos.

O devir histórico da nova cidade açoriana de Lagoa começa com o povoamento da ilha de S. Miguel.

Os primeiros lagoenses fixaram-se no local onde se situa hoje a Igreja de Santa Cruz. Outros seguiram mais para oeste, para a baía onde se construiria mais tarde o Porto dos Carneiros. Outras famílias ainda preferiram estabelecer-se a leste, em Água de Pau.

Cedo deram frutos o bom clima, a abundância de água e solos férteis, aliados à coragem, determinação e vontade de prosperar destas gentes. A atividade económica desenvolveu-se com êxito na pesca, criação de gado, cultivo de pastel, trigo, vinha e mais tarde a laranja.

Construíram-se casas, igrejas e fortificações para a defesa de pessoas e bens, atendendo também à riqueza que o concelho possuía. O espaço territorial do atual concelho da Lagoa oferecia todas as condições de subsistência, que se traduziram num rápido crescimento demográfico.

A Lagoa foi elevada a Vila e sede de concelho em 1522, altura em que, segundo Gaspar Frutuoso, teria 300 fogos e 1600 habitantes.

O que estamos a cumprir, hoje, nesta Casa, é o percurso da História dos Açores, materializando em lei a evolução da Lagoa e dando-lhe uma dignidade pela qual muitas gerações de lagoenses lutaram e que por essa razão a merecem inteiramente.

A elevação a cidade não é, por isso, o culminar de um processo. É, antes, o ponto de partida para um novo patamar de desenvolvimento que a Lagoa merece e saberá assumir.

Caberá, agora, às suas forças vivas, às entidades públicas e privadas, a toda a sociedade civil, aprofundar este novo estatuto, tendo sempre presente o seguinte desígnio: A melhoria das condições de vida de todos os lagoenses e de quem, por opção, escolheu este concelho para viver.

Ser cidade não é apenas um estatuto, assinala também um estimulante desafio que, sabemos, será vencido.

Caberá agora a cada um dos lagoenses dar o melhor que sabe e pode para que esta História, quando for tempo de ser escrita, diga que esta Assembleia cumpriu a sua obrigação.

E esta bancada do PS/Açores tem o maior orgulho em estar do lado certo da História. Não temos a mínima dúvida quanto a isto!

Parabéns à nova cidade da Lagoa e saudações a toda a comunidade lagoense.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação parlamentar do PCP vai dar o seu voto favorável a esta iniciativa e quero começar por apresentar os meus parabéns a todos os lagoenses que passarão a ser habitantes de uma cidade.

Gostaria de enunciar aqui os fundamentos desta nossa posição de apoio a esta proposta.

Desde logo não representa qualquer aumento da despesa. Por outro lado verificou-se um consenso alargado entre os representantes da população do concelho da Lagoa.

Por outro lado abre a possibilidade da Câmara Municipal da Lagoa se candidatar a fundos e programas europeus desenhados especificamente para cidades ou que venham a ser desenhados especificamente para cidades.

Finalmente é um sinal de afirmação, é um sinal de política importante, de reconhecimento e afirmação das competências autonómicas da Região.

Permitam-me até, Sras. e Srs. Deputados, dizer-vos que a aprovação desta proposta neste exacto momento é em muitos sentidos e ainda que simbolicamente, uma posição desafiadora em relação às imposições da Troika.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, caras e caros lagoenses :

Passaram mais de 30 anos desde que nesta Assembleia se debateu e se aprovou a elevação da Praia da Vitória e da Ribeira Grande à condição de cidades Açorianas.

Com Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta, Ribeira Grande e Praia da Vitória, a Vila de Lagoa passará agora a ser a sexta cidade Açoriana, projetando mais longe o seu nome, a sua singularidade e especificidade própria.

Localizada entre Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, a sua posição privilegiada tornou-a, desde muito cedo, ponto de paragem de todos aqueles que, pelas mais diversas razões, viajavam entre aquelas vilas, o que impulsionou decisivamente o crescimento de Santa Cruz.

Precisamente onde se situa hoje a Igreja de Santa Cruz fixaram-se os primeiros fundadores, junto de uma pequena lagoa, que mais tarde daria o nome à própria Vila de Lagoa.

Com o aumento da população verificado ao longo do séc. XV, o povoado desenvolve-se para Oeste, aproveitando o acesso ao mar que a baía desde essa altura proporciona e que é conhecido como Porto dos Carneiros.

Em direção a Leste fixaram-se várias famílias, encantadas com a qualidade das terras e deslumbradas pelo excelente curso de água, que daria o nome a Água de Pau, sede de Concelho, elevada a Vila em 1515, por Carta Régia de D. Manuel I, para alegria e gáudio de todos os Pauenses.

Mais tarde, a 11 de Abril de 1522, por Carta Régia de D. João III, a Lagoa era elevada a Vila, sendo na altura muito prezada pela qualidade agrícola dos seus solos.

Predominavam as culturas do pastel, do vinho e do trigo e no porto desenvolvia-se uma importante atividade, desde a pesca e comercialização do pescado até à exportação de trigo.

Com o envio da laranja para a Europa, Lagoa e Água de Pau prosperam e intensifica-se a construção de moradias, capelas e solares.

Do ponto de vista arquitetónico, a Lagoa possui um valioso património, rico em exemplares dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Com destaque para Santa Cruz, o Convento dos Franciscanos e a Igreja Matriz, ocupam hoje lugar de relevo, não esquecendo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia com esse mesmo nome, e diversas ermidas, como são exemplo a de Nossa Senhora dos Remédios e a de Nossa Senhora do Cabo.

Já em pleno séc. XIX aparecem na Vila de Lagoa as fábricas de cerâmica e do álcool e mais tarde surgem as fábricas de sabão, de rações e de óleo vegetal.

Desde os finais do séc. XX até ao presente o setor terciário constitui-se como o primeiro gerador de emprego, esperando-se que o desenvolvimento turístico ganhe maior expressão e importância na economia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fizemos todo um percurso cujo início remonta ao tempo do povoamento da ilha.

A tenacidade, a persistência, o espírito de sacrifício e a vontade em superar as dificuldades sempre foram timbre do nosso Povo e a Lagoa tem entre os seus, verdadeiros exemplos de vida que se evidenciaram nas mais diferentes áreas da vida social.

Porque é também tempo de lembrarmos os obreiros dessa caminhada, é justo que relembremos aqui algumas personalidades que devem, aqui e agora, servir de autênticas referências e de verdadeiros exemplos a seguir.

Francisco Carreiro da Costa, que se distinguiu como historiador e etnógrafo;

Manuel José Tavares Canário, que se distinguiu como músico e compositor Açoriano;

Filomeno da Câmara Melo Cabral, médico e Reitor da Universidade de Coimbra;

Francisco d' Amaral Almeida, empreendedor na área social que também introduziu o cinema na Lagoa,

Padre João José do Amaral, pedagogo e 1º Reitor do Liceu de Ponta Delgada; Maria Isabel da Câmara Quental, poetisa;

Herculano Amorim Ferreira, homem das ciências e grande impulsionador do Serviço de Meteorologia;

Manuel Augusto do Amaral, professor e poeta;

João Leite Bettencourt, químico e industrial;

Numídico Bessone Borges de Medeiros, que se evidenciou na escultura;

Luís da Luz Gouveia, artista cerâmico;

Padre Simão Leite Bettencourt, que se evidenciou como homem da Filosofia, da Teologia e do Direito Canónico;

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não nos trouxe para aqui só socialista! Muito bem, Sr. Deputado Rui Ramos!

O Orador: João do Rego Borges, grande benemérito Lagoense;

Jorge Amaral, agraciado com a Ordem de Grande Oficial da Educação, que também desenvolveu uma intensa atividade social;

José Pereira Botelho, médico e investigador;

José Pereira Botelho Riley, poeta e Magistrado Judicial;

Teófilo Frazão, músico e compositor;

José Augusto Martins Vieira, industrial e comerciante e tantos, tantos outros que muito contribuíram para que a Lagoa seja hoje aquilo que é.

Chegou pois o tempo e é também esta a hora de lhes dedicarmos a todos a elevação da Vila de Lagoa a cidade, reconhecendo o seu esforço de vida e o seu exemplo, que nos enche de orgulho a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do ponto de vista formal a Lagoa cumpre todos os requisitos legais para o efeito.

Deputado Berto Messias (*PS*): Esqueceu-se de referir o atual Presidente de Câmara!

O Orador: Possui uma população superior a 7 000 habitantes; mais de 60% da população ativa está afeta aos setores secundário e terciário; apresenta um adequado desenvolvimento económico-social; possui instalações socioculturais de relevo, bem como de ensino e de saúde; é servida por vias de comunicação adequadas; possui instituições de interesse coletivo; e está dotada do indispensável saneamento básico.

Cumpre assim aquilo que a Lei exige e terá o apoio do Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Lagoa tem passado, presente e sobretudo tem um futuro que importa alcançar e acautelar...

Este é o tempo de nos unirmos em torno desse futuro, fazendo da diversidade das opiniões a riqueza do pensamento, capaz de forjar o engenho e o desenvolvimento que todos os Lagoenses legitimamente almejam alcançar.

Façamos da cidade de Lagoa uma oportunidade; a oportunidade de chegarmos mais longe, mais à frente, a oportunidade de projetarmos, de darmos a conhecer aquilo que de melhor sabemos fazer.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Façamos dessa oportunidade um meio, uma forma de chamarmos a nós mais pessoas, de potenciarmos o nosso comércio, a nossa indústria, a nossa restauração, os nossos equipamentos turísticos e de lazer e com isso estaremos a engendrar caminhos, soluções para superar estes momentos mais difíceis que muitos de nós experimentamos neste tempo de dificuldades...

Aproveitemos agora a oportunidade para participarmos decisivamente no nosso futuro coletivo, pois o futuro da Lagoa será inevitavelmente aquilo que nós, Lagoenses, formos agora capazes de fazer...

Viva a Lagoa

Viva os Açores

Viva todo o Povo Açoriano

Muito obrigado

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Todas as outras cidades foram aplaudidas por unanimidade, menos esta. Tal tristeza!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Foram os primeiros a não aplaudir!

Deputado Mark Marques (PSD): O Deputado San-Bento tinha uma cargazinha!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Nesta questão pela reportagem televisiva e pela rádio também, que também

efetuou um trabalho junto da população local, para já fica a ideia que grande

parte da população desconhece o que aqui está a suceder.

Depois, muitos não estão devidamente informados, não compreendem quais as

vantagens e desvantagens e é um daqueles momentos em que parece que a

classe política está a falar sozinha, uns com os outros e a população está

bastante desligada do que está a suceder.

Portanto, hoje é um dia festivo para a Lagoa, mas há uma percentagem muito

apreciável da população e isso ficou bastante transparente através de órgãos de

comunicação social, que tem um desconhecimento absoluto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É uma referência!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Presidência, estou a dizer-lhe isto, talvez

não seja o discurso politicamente correto, mas é aquilo que acho que é a

realidade, ou seja, não considero que a população tenha sido envolvida

devidamente neste processo e é algo que penso que ficou evidente através do

trabalho que a comunicação social fez.

Em segundo lugar, queria referenciar o seguinte: há muita falta de informação

em relação às vantagens pelo facto de ser cidade ou ser uma vila.

Por exemplo Cascais ou Sintra recusaram ser cidades porque consideravam que

por motivos, por exemplo, turísticos, de identidade, preferiam continuar a ser

vilas. A verdade é esta.

Portanto, quais são, do ponto de vista objetivo, as vantagens de ser cidade? Do

ponto de vista económico, nenhuma!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não se mede

assim!

O Orador: A questão é esta.

Podem dizer: é uma honra. Mas como já se viu uns querem, outros não.

Em Cascais e em Sintra não quiseram ser cidade. Consideraram que isso não lhes trazia nenhuma vantagem e que não fazia nenhuma diferença.

Lamento estar a estragar aqui a festa mas de facto acho que é uma questão que não é decisiva para o dia-a-dia das pessoas, é uma questão que passou ao lado de grande parte da população da Lagoa e em que de facto existe um défice de informação muito grande.

De qualquer das formas a posição do PPM, uma vez que se reúnem as condições legais e que os órgãos autárquicos legítimos têm essa pretensão, não somos nós que vamos inviabilizar essa pretensão e votaremos a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar esta intervenção por fazer uma saudação especial a todos os lagoenses, pela forma como sempre souberam defender, durante vários séculos de tradição, a história do seu concelho e o contributo que deram para o seu desenvolvimento.

Queria também dizer que, da análise que é feita ao diploma em apreciação, o mesmo cumpre os requisitos legais e o concelho da Lagoa, nomeadamente, a área, a malha da qual irá fazer parte a futura cidade da Lagoa, tem alguns desses equipamentos que a lei exige para que a mesma seja cidade.

Também queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não está a estragar a festa de ninguém por ter feito a intervenção que fez, por ter feito os alertas que fez.

Vir para a tribuna e fazer um discurso, seja cor-de-rosa, seja amarelado, alaranjado com a mistura do cor-de-rosa, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Uma grande leitura cromática tem o Sr. Deputado!

O Orador: ... não tira as preocupações, não tira as necessidades que o concelho da Lagoa hoje enfrenta e as dificuldades que o mesmo tem na actual conjuntura sob o executivo do PS.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não partidarize isso, Sr. Deputado. Trata-se da elevação de uma vila a cidade!

O Orador: Queria dizer ao próprio Presidente da Câmara da Lagoa que se contradiz ao longo dos tempos.

Vou relembrar algumas das intervenções que o Sr. Presidente da Câmara teve, nos últimos seis, sete anos, sobre o seu próprio concelho e o futuro do seu próprio concelho, em que dizia o seguinte, por exemplo, em 2005: "não faremos um dormitório de Ponta Delgada. Ponta Delgada é que se arrisca a ser o dormitório da Lagoa".

Em 2010, afirma o mesmo Presidente de Câmara: " muita gente vive na Lagoa e trabalha em Ponta Delgada".

Isto pode significar simples palavras, mas isso tem uma interpretação política e de atuação do próprio executivo camarário, é que não foi capaz de transformar a Lagoa na apetência e na criação de mais emprego para os seus municípios e esse crescimento populacional do próprio concelho foi feito à custa de um dormitório de Ponta Delgada.

Isso tem que ser dito porque é este o sentimento da população da Lagoa. Não estamos a dizer nenhuma mentira e é o próprio sentimento do Sr. Presidente de Câmara da Lagoa.

Em 2010, o Sr. Presidente de Câmara da Lagoa diz o seguinte: ele próprio e a Câmara Municipal sempre tiveram uma posição favorável à elevação de Lagoa a cidade.

O mesmo Presidente de Câmara, cinco anos atrás tinha afirmado o seguinte: "daqui a seis, sete anos (exatamente do momento presente) esperamos ter uma boa vila, com melhor qualidade de vida para os seus habitantes e uma forte dinâmica das suas empresas e não desejamos chamar cidade a uma boa vila".

Portanto, são essas as contradições do Sr. Presidente de Câmara, são essas as dúvidas existenciais do Sr. Presidente de Câmara e tem sido a atuação que o próprio executivo camarário tem tido no próprio concelho, que levou a que tomasse essas tomadas de posições em tempos diferentes.

Aquilo que falhou ao Sr. Presidente de Câmara da Lagoa foi uma verdadeira visão estratégica no concelho da Lagoa e para a cidade da Lagoa, nesse caso concreto ainda para a atual vila da Lagoa, porque a vila da Lagoa hoje tem um grande constrangimento, nem é uma vila virada para o mar e é uma vila que se esqueceu de virar para dentro e o seu Presidente de Câmara e o executivo camarário, preocupam-se mais em apreciar as novas variantes que existem a circundar o próprio concelho, quando se deveriam preocupar com aquilo que é mais importante, que é com as pessoas, com as empresas e com a sociedade dentro do próprio concelho.

Não é em vão, quando a preocupação das pessoas do concelho vai para questões muito concretas, como a questão do desemprego, da pobreza.

Relembro que em 2009, quando este projeto entrou aqui na Assembleia, cerca de 10% da população residente estava associada ao RSI no concelho da Lagoa. Esses são dados que de facto preocupam e devem preocupar alguém que diz que o seu concelho atingiu níveis de desenvolvimento, como nunca atingiu.

Portanto, nós, CDS, somos frontais em relação a essas matérias.

Vir para aqui fazer um discurso de que está tudo feito e que a Vila da Lagoa é elevada a cidade é elevada a cidade porque tem todos os equipamentos e mais alguns e tem um nível de vida superior a muitos lugares aqui nos Açores, não é verdade.

Os habitantes da Lagoa sabem que não é verdade e por isso têm demonstrado publicamente o pouco entusiasmo em relação à elevação da sua vila a cidade.

De qualquer das formas, e termino já Sr. Presidente, nesta primeira intervenção, dizer que, para responder ao repto dum Sr. Deputado do PS, o CDS não é contra, porque o CDS não é contra os lagoenses.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, não é? Parecia!

O Orador: Esta vai ser mais uma falácia e o futuro irá encarregar-se de nos dar razão, a falácia que o Sr. Presidente da Câmara da Lagoa anuncia que o Governo não faz determinados investimentos no concelho da Lagoa pelo facto de não ser cidade, é uma chantagem que está sendo feita. Isto não corresponde à

verdade, nem à realidade dos factos. Esta situação de não investir na Lagoa porque não é cidade, nós também não concordamos e o futuro irá dar-nos razão. De qualquer das formas, e como eu disse, saudamos os lagoenses, esperamos que elevação desta vila, da Vila da Lagoa a cidade traga efetivamente aquilo que os lagoenses esperam do Governo Regional e do próprio executivo camarário, que ponha o concelho o Lagoa exatamente na rota dos principais concelhos dos Açores e em termos de notariedade também, por que não do país.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que para o Grupo Parlamentar do BE, é igualmente prestigiante e dignificante viver numa vila, numa freguesia ou numa cidade, ou seja, esta pretensão de que só quando se vive numa cidade é que se tem prestígio e dignidade é qualquer coisa que até ofende os próprios açorianos e açorianas que na sua esmagadora maioria vivem em freguesias e em vilas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Esta era a primeira questão que eu gostava de deixar claro. Evidentemente, que sendo aspiração dos lagoenses e das lagoenses, viverem numa cidade e transformar a sua vila numa cidade e que ela seja considerada uma cidade, o BE não tem nada contra isso, pelo que este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PS, no sentido da elevação da Lagoa a cidade, merecerá o nosso voto favorável.

Mas a metodologia utilizada não tem o nosso voto favorável.

Sras. e Srs. Deputados, vou explicar-lhes porquê.

Quando nós vamos à Lagoa e ouvimos as pessoas, percebemos duas coisas: uma grande parte não faz a mínima ideia do que é isso de subir a cidade...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

A Oradora: É verdade, Sr. Secretário. O problema é que é verdade. Não fazem a mínima ideia do que é isso de subir a cidade, o que é que ganha com isso ou o

que é que eventualmente perde com isso e, por outro lado, há discordâncias. O que é que isto quer dizer, do nosso ponto de vista?

Que a metodologia utilizada não foi suficientemente democrática, ou seja, a auscultação e a informação, como foi dito pelo Sr. Engo. João Ponte, em sede de comissão, não só às instituições do concelho que se manifestaram favoráveis a esta pretensão em reuniões realizadas, ainda que não tenha sido dado conhecimento público dessas reuniões. Bom, não chega! Auscultar uma população é um bocadinho mais do que reunir um pouco às escondidas com determinado número de instituições.

Deputado José do Rego (PS): Às escondidas, não!

A Oradora: Não é às escondidas. Eu reformulo.

Sr. Deputado José do Rego, agradeço a observação, eu reformulo. Às escondias no sentido de ser o contrário de publicamente. Não é às escondidas no sentido pejorativo.

É no circuito fechado, pequeno e do qual a maior parte da população está completamente ausente.

Portanto, a única crítica que o BE tem, e assume-a, é à metodologia utilizada que deixou de fora uma larga maioria de lagoenses, que não fazem ideia do que se está a passar, nem sequer sabem se hão-de concordar ou hão-de discordar, porque estão desinformados.

Ora há uma figura utilizável em situações como esta, que se chama referendo local.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Bem me parecia que era aí que queria lá chegar!

Deputado Berto Messias (*PS*): É inconstitucional! Neste caso é! Quer nas freguesias, quer na elevação a cidade!

A Oradora: É Sr. Secretário, tínhamos que lá chegar.

Ouvir as pessoas tem duas vantagens: legitima e dá força a este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PS, ter ouvido as pessoas reforçava-o e legitimava-o mais e informa quem não está informado. Isto é que é a democracia.

Independentemente disso, a maior parte dos lagoenses que foram ouvidos (não é todos, é os que foram ouvidos) manifestaram-se no sentido de que esta pretensão, este sonho, esta expetativa fosse realizada, não é com certeza o Grupo Parlamentar do BE, que vai pôr em causa essa pretensão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, começando por dizer que o Governo Regional não sente nem o incómodo do Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre esta questão, nem quer cometer o despropósito de fazer uma intervenção semelhante à do Sr. Deputado Pedro Medina sobre este assunto e apesar de não votar nesta Casa este diploma, ou qualquer outro, associa-se simbolicamente com muita satisfação à aprovação deste Decreto e por essa via à elevação da vila de Lagoa a cidade.

A questão coloca-se no seguimento da vontade manifestada pelas instituições representativas dos lagoenses, instituições democraticamente eleitas pelos lagoenses, que são na conjugação das várias forças políticas representadas, a vontade institucional dos lagoenses.

Portanto, no seguimento de todo este processo de formação de vontade, que começa no povo e termina nesta casa, chegou-se a esta conclusão que é tão só, e simbolicamente, passar uma vila que tem dimensão, que tem pujança, que tem importância, que tem atividade económica, que tem peso no contexto regional, a cidade.

Não me parece que daí possa decorrer nenhuma das consequências assustadores que alguns grupos ou representações parlamentares, quiseram fazer crer. Parece-me que é um momento sim de se celebrar o facto desta casa poder corresponder à vontade das instituições da Lagoa, que é, nem mais nem menos, do que a materialização política da vontade dos lagoenses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é uma intervenção surrealista!

O Orador: Portanto é neste sentido que o Governo Regional se associa a este momento, desejando aos lagoenses os maiores sucessos no futuro e à cidade da

Lagoa um futuro e um desenvolvimento próspero porque isso será também garantia de que os Açores evoluirão num sentido de maior progresso.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não contava fazer mais nenhuma intervenção sobre esta matéria porque pensei que a minha intervenção sobre este assunto tivesse sido absolutamente esclarecedora, mas pelas referências que foram feitas pelo Sr. Secretário da Presidência, sou obrigado a repetir aquilo que disse há pouco.

Há duas condições que são fundamentais para poder votar a favor: que reúna as condições legais e todo o corpo reúna as condições legais; que os órgãos autárquicos que são os legítimos representantes da população estejam de acordo. Aí também parece-me evidente.

Essas são as duas condições que considero que são relevantes para decidir sobre o meu sentido de voto.

A outra questão é alertar as pessoas para não ser vendido gato por lebre, ou seja, dizer aqui neste discurso que ser cidade não significa ter nenhuma condição de qualificação do ponto de vista financeira, ou de ter condições de vida melhores. Ser cidade não significa ter isso, pelo contrário, dei o exemplo de Cascais e de Sintra, que são orgulhosas vilas e só são vilas e continuam a ser vilas porque essa foi a sua decisão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sintra é uma cidade!

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, peço desculpa mas acaba de cometer uma enorme ignorância

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então vamos confirmar!

O Orador: Sintra é uma vila, é a vila portuguesa mais conhecida. Pelo amor de Deus! Não tenha nenhuma dúvida sobre essa situação.

Mas compreendo a sua ignorância, do ponto de vista geográfico. Mas isso também não é relevante.

A questão aqui é alertar as pessoas que não há nenhuma vantagem em relação ao seu quotidiano, em relação às condições que passam a ter da Lagoa passar a ser cidade.

Não há nenhuma vantagem!

Nem os órgãos autárquicos, nem nenhum político venha dizer que é um grande trunfo eleitoral, porque é preciso verificar que os trunfos eleitorais significam melhorar a qualidade de vida das pessoas, significa resolver o problema das pessoas. Isso é que preocupa as pessoas.

Portanto, há aqui uma decisão. Condições legais, existem? Existem vontade por parte dos órgãos autárquicos? Existe.

Existe vontade do parlamento em respeitar estes dois itens? Existe, mas da minha parte também existe a obrigação, a seriedade de dizer: isto não traz nenhuma vantagem do ponto de vista material.

É bom que as pessoas tenham essa consciência, para que não sejam criadas expetativas: somos cidade, já temos condições muito melhores e vão ser-nos atribuídos mais fundos.

É preciso dizer às pessoas que isso não significa nada disso e portanto que é uma opção: umas vezes as localidades optam por ser cidades, outras vezes optam - mesmo preenchendo os requisitos mínimos para serem elevados a cidades - por permanecer vilas.

No caso de Sintra o Sr. Secretário da Presidência está enganado.

Era isto que tinha a dizer, penso que ficou referenciado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida mas que deve ser feita em nome da justiça.

Queria deixar aqui uma palavra aos colegas que trabalharam na comissão eventual que conduziu este processo e que aliás, aproveito aqui para fazer um parêntesis, gerou alguma perturbação no início da apresentação deste ponto, que foi da minha responsabilidade.

Mas eu queria felicitar o Sr. Deputado Pedro Gomes e o Sr. Relator António Pedro Costa.

Foi um gosto trabalhar convosco. Foi um trabalho sério, empenhado e democrático, é bom que se diga. Os senhores prestigiaram a nossa iniciativa e este Parlamento. Isso tem que ser aqui reconhecido.

Queria também estender aos outros colegas esta referência porque penso que nós dignificamos este momento histórico.

Por último Sr. Deputado Rui Ramos, permita-me felicitá-lo, permita-me dizerlhe que o senhor fez uma excelente intervenção e eu pessoalmente muito humildemente tenho orgulho em ter partilhado aquela tribuna neste debate com um Deputado que fez uma intervenção como a sua.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O senhor esteve à altura deste grande momento, à altura do momento histórico da nossa autonomia e infelizmente não posso generalizar essas felicitações a todos os colegas que usaram da palavra e lamento isso.

Tenho dito.

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Tem três artigos.

Creio que posso colocar à votação em conjunto.

Não havendo oposição, assim vou fazê-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Efectivamente a partir de hoje, não formalmente, mas com a nossa ação material os Açores ganharam mais uma cidade, que seja uma feliz cidade e que seja para o bem de todos nós e para o bem dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Vamos retomar os nossos trabalhos às 18 horas e 45 minutos.

(Eram 18 horas e 19 minutos).

Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 55 minutos).

Presidente: Vamos reiniciá-los com o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 11/2012 – "Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Dou a palavra para justificar o pedido de urgência à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência deste nosso Projeto de Resolução é simples de explicar e penso que também é simples de entender.

Todos nós sabemos que tem, nos últimos tempos, havido denúncias reiteradas e reafirmadas pelos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras deste tipo de instituições no sentido de que nestas instituições não se cumpre com a obrigatoriedade do salário mínimo regional e, portanto, existem em várias delas retribuições mensais abaixo desse valor legalmente estipulado.

Também temos todos conhecimento de que tem havido da parte dos representantes destes trabalhadores e trabalhadoras apelos reiterados ao Governo Regional, na pessoa inclusive do seu Presidente, no sentido do Governo cumprir e fazer cumprir este desiderato.

Sendo assim, pensamos que é urgente que esta câmara tome uma posição e se pronuncie, duma forma pública e duma forma clara, sobre as ilegalidades que andam à solta em algumas instituições, umas tuteladas pelo Governo Regional, outras não, mas qualquer uma delas está obrigada a cumprir a lei que existe nesta Região e no todo nacional.

Muito obrigada.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo passemos à substância, ou seja, à resolução propriamente dita.

Para apresentar a resolução tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apresentar o nosso Projeto de Resolução no sentido de solicitar uma fiscalização concreta, célere e objetiva, sobre a aplicação da retribuição mínima

mensal garantida nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e nas Misericórdias da nossa Região, trazendo à nossa memória alguns dos considerandos tecidos no nosso próprio Projeto de Resolução.

Começaria por lembrar a todos e a todas que a retribuição mínima mensal é o mais baixo valor que pode ser pago pelo tempo e esforço na produção de bens e de serviços.

Continuaria a lembrar que nos termos do nº. 1 e nº. 3, do artº. 273º., do Código do Trabalho, é garantido aos trabalhadores uma retribuição mínima mensal e que constitui contra ordenação muito grave a violação deste disposto.

Continuaria, lembrando também, que o histórico da retribuição mínima imposta por lei, surge como forma de contrariar a proliferação de condições de trabalho pouco dignas e sem uma retribuição justa, visando a proteção dos trabalhadores contra a exploração da sua força de trabalho.

A retribuição mínima insere-se por isso num contexto de política redistributiva, visando a redução da pobreza, com o objetivo de providenciar estabilidade e crescimento económico.

Na RAA, no ano de 2000, foi criado um regime jurídico de atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, no valor de 5% a conceder aos trabalhadores por conta doutrem.

"A criação deste regime tal como o regime do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, visava — estou a citar uma nota da Vice-Presidência do Governo, no ano de 2009 — por um lado atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade e, por outro, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas, por uma faixa da população residente nos Açores, traduzindo-o numa medida de justiça social".

Ora, esta afirmação, absolutamente justa e verdadeira no ano de 2009, hoje em Março de 2012, tem uma acuidade, uma intensidade e uma verdade ainda maior do que no ano de 2009.

Considerando, como dizia há pouco, as denúncias vindas a público de que esta retribuição mínima mensal, não está de facto a ser cumprida em algumas destas instituições, sendo ou não tuteladas pelo Governo Regional, o nosso Projeto de Resolução propõe duas coisas muito simples:

Primeiro: que a Inspeção Regional do Trabalho, proceda no prazo máximo de 30 dias, à inventariação nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, de todas as situações que não cumpram com o pagamento da retribuição mínima mensal garantida pela legislação em vigor;

Segundo: que deste levantamento seja emitido um relatório público, com o resultado dos atos da ação inspectiva, ao fim dos 30 dias e com a obrigatoriedade de cumprimento imediato da legislação em vigor para todas as situações identificadas.

Terminaria dizendo que por uma feliz coincidência nós ainda há pouco apreciámos nesta câmara uma petição que pugnava pelo acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida de 5% para 7,5%.

Foi dito que era absolutamente impossível atendendo à situação de crise vivida pela grande maioria das nossas empresas, mas Sras. e Srs. Deputados, não sendo possível haver um aumento, o que tem que ser absolutamente obrigatório é que haja o cumprimento da lei, porque não são só as empresas que estão em causa. As empresas não existem vazias. As empresas existem porque existem trabalhadores e trabalhadoras dentro delas, que têm que ser recompensados com o mínimo de dignidade e respeito pelo seu trabalho.

Esta recompensa tem que ser feita pelas nossas empresas, independente das dificuldades que todos nós reconhecemos, mas que são exatamente iguais às dificuldades que os trabalhadores e trabalhadoras, nesta Região como no todo do nosso País, atravessam neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo votado favoravelmente a urgência e a dispensa de exame em Comissão relativamente a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do BE, o Grupo Parlamentar do PS, manifesta agora o seu desacordo com esta iniciativa, tanto no que respeita à exposição do motivo, quanto ao conteúdo da sua parte resolutiva e passaria a explicar porquê.

Em primeiro lugar gostaria de refutar as afirmações e/ou insinuações constantes da exposição de motivos de que direitos constitucionais estarão suspensos ou esquecidos e de que o Governo Regional estará a assumir uma posição ambígua, ou de recuo, quanto a uma decisão que tem obrigação de assumir.

Para este Grupo Parlamentar, para o Governo Regional, o atual contexto económico e financeiro não conduz à revogação, à redução ou à limitação de direitos.

Para este Grupo Parlamentar, para o Governo Regional o contexto atual só intensifica a determinação com que se prossegue a defesa destes direitos e o reforço das medidas de justiça social.

Assim, e contrariamente ao referido na iniciativa em análise, não existe qualquer ambiguidade, não existe qualquer recuo ou hesitação na RAA, na implementação da remuneração mínima mensal em vigor na região, com um acréscimo aprovado nesta Assembleia, referente à remuneração nacional em nenhum sector de atividade, incluindo a prestação de apoios sociais.

Foi, aliás, por iniciativa do Governo Regional que se aprovaram regras claras que disciplinam a relação entre a Administração Pública Regional e as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Misericórdias, parceiros imprescindíveis do Governo Regional, na prestação de apoios sociais que sem prejuízo do estabelecido no Estatuto destas mesmas instituições, salvaguardam uma eficaz articulação entre o Governo Regional e as referidas instituições.

Refira-se, a título de exemplo, a aprovação do regulamento dos acordos de cooperação, dos contratos de cooperação, entre a administração regional e estas instituições, onde se especifica de forma clara a obrigação de ambas as partes e mais recentemente a aprovação do Código de Ação Social dos Açores, que reitera a definição dessas obrigações recíprocas, assim como introduz

mecanismos de cooperação que garantam uma mais eficaz gestão dos recursos em causa.

A intervenção do Governo Regional, no âmbito da articulação com as IPSS, tem-se pautado por princípios de corresponsabilização e de rigor em todas as suas vertentes, desde o serviço prestado aos cidadãos, ao apoio assegurado pela Administração Regional e também ao cumprimento das obrigações inerentes à celebração dos acordos de cooperação, incluindo, entre outros, o cumprimento das respetivas obrigações para com os seus trabalhadores, designadamente os decorrentes do Código de Trabalho e da Convenção Coletiva do Trabalho aplicável às IPSS e Misericórdias da Região.

Assim, o Governo Regional, no âmbito da cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, como é sua obrigação, procede à verificação do cumprimento do disposto nos acordos de cooperação, bem como da demais legislação aplicável, facto que aliás se assume como condição para a manutenção dos respetivos contratos de cooperação ou para a celebração de novos contratos.

Controla-se também aquilo que diz respeito ao cumprimento do estabelecido no Código de Trabalho e na Convenção Coletiva de Trabalho e não posso deixar de considerar curiosa a recomendação do BE, quando consultando o sítio eletrónico da Inspeção Regional do Trabalho se pode constatar a existência de relatórios de atividade de acesso livre a qualquer cidadão.

Consultando, por exemplo, o relatório referente ao ano de 2010, percebe-se que a Inspeção Regional de Trabalho já faz exatamente aquilo que o BE propõe.

Em 2010, por exemplo, foram efetuadas 2135 visitas inspetivas: 1628 por iniciativa própria e 507 por solicitação externa, abrangendo 18 283 trabalhadores.

Importa aqui referir que as atividades de apoio social, prestadas por Instituições Particulares de Solidariedade e Misericórdias, surgem como o terceiro setor mais visitado com 296 visitas, logo a seguir à construção civil e ao setor da hotelaria e restauração.

Através do referido relatório ficamos também a saber que no âmbito da ação 1 que se reporta a "condições mínimas da prestação de trabalho na qual se insere o cumprimento das remunerações legais e convencionais" estavam planeadas 700 visitas e foram efetuadas 925, abrangendo um total de 6 530 trabalhadores.

O setor das actividades de apoio social recebeu um total de 159 visitas, superado apenas pela construção civil com 188 visitas.

Nesta ação foram elaboradas 723 notificações, levantados 29 autos de notícia e realizados apuramentos num montante de 1 142 604,73€, sendo que 104 887,63€ reportavam-se a apuramentos referentes a IPSS e Misericórdias.

Constata-se assim que a Inspeção Regional do Trabalho tem vindo a desenvolver as suas competências e atribuições, no sentido de promover, controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais, respeitantes às relações e condições de trabalho por iniciativa própria ou perante reclamações ou denúncias; que a área de atividade referente à prestação de apoios sociais tem merecido nos últimos anos uma incidência da atuação da Inspeção Regional do Trabalho, suplantada apenas pela construção civil e pela hotelaria e restauração e que da atuação da Inspeção Regional do Trabalho resultou a exigência de regularização salarial, sob pena de intervenção coerciva.

Os relatórios referentes à atuação da Inspeção Regional do Trabalho, neste, como noutros setores de atividade, são públicos.

Assim, também a componente resolutiva desta iniciativa merece o nosso voto desfavorável.

A defesa dos trabalhadores em matéria salarial, como noutros aspetos e em particular na análise desta iniciativa no que se reporta aos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, não é em nosso entender tarefa que se concretize por empreitada, que se fiscalize durante trinta dias, produzindo um relatório, obrigando à correção das irregularidades e que se dê essa tarefa por concluída.

Esta estratégia pode ser eficaz para tranquilizar consciências, mas não para salvaguardar direitos.

Em nosso entender, esse objetivo implica um acompanhamento, uma fiscalização sistemática, contínuos, como tem vindo a acontecer na Região por via dos órgãos inspetivos, assim como os mecanismos de acompanhamento da execução dos contratos de cooperação, como já referi.

Estamos certos que os dirigentes e os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social sabem bem distinguir os discursos ocos de conteúdos e as promessas de quem, no conforto da sua posição, pode prometer o sol, a lua e as estrelas e a opção de uma governação que tem investido na diversificação dos quadros de pessoal, na salvaguarda dos postos de trabalho e na dignificação das respetivas carreiras.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução é claro e cristalino, tão claro e cristalino que quase que se dispensa que se intervenha em relação a ele.

Trata-se de propor que se investiguem denúncias de incumprimento da lei.

A nós, compete-nos entre outras coisas zelar pelo cumprimento da lei e não nos demitimos dessa função, porque desse ponto de vista também nos parece que o Projeto de Resolução é equilibrado e da mais elementar justiça, porque Sras. e Srs. Deputados, apesar do que disse a Sra. Deputada Nélia Amaral, e eu percebo o sentido da sua intervenção, se há denúncias há que investigá-las, porque o valor da nossa rede de equipamento social e dos serviços que presta é inestimável.

É inaceitável que haja trabalhadores nesta rede que possam eventualmente estar a auferir retribuições mensais abaixo do que está legalmente estipulado.

Desse ponto de vista se elas não existirem, ótimo! Se o que a Inspeção Regional do Trabalho tem feito, prova que elas não existem e que as denúncias são infundadas, ótimo! Mas obviamente que se está aqui a sugerir o que já é feito, não há razão nenhuma, até para que a maioria se oponha a este Projeto de Resolução.

Do nosso ponto de vista ele é equilibrado, ele é claro, é cristalino. Trata-se de investigar denúncias de ilegalidade e obviamente, de forma alguma, nos poderemos opor a ele.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Efetivamente, em 2009 as organizações sindicais pediram-me em audiência para verificar esta situação que estava a ocorrer e que estava a ser denunciada pelos trabalhadores, naturalmente sindicalizados, às suas organizações.

No decorrer dessa denúncia a Secretaria Regional deu instruções à Inspeção Regional do Trabalho para investigar esta situação.

Então, desde o último semestre de 2010, fez-se uma ação conjunta, junta das IPSS e das Misericórdias, para controlo da aplicação da legislação laboral, designadamente salário mínimo e outras cláusulas de expressão pecuniárias, previstas no contrato coletivo de trabalho que regulamenta a atividade, tais como: diuturnidades, subsídio de alimentação e promoções.

Na sequência desse trabalho que foi feito, até de uma forma exaustiva, em todas as ilhas do nosso arquipélago e a todas as instituições (ainda está a decorrer, faltam cerca de 50, no universo de todas as nossas valências) foi feito um apuramento salarial no montante de 422 066,58, abrangendo cerca de 1022 trabalhadores.

Este trabalho foi inclusivamente com a verificação das comparticipações da segurança social. Foi uma inspeção conjunta entre Inspeção do Trabalho, Inspeção da Segurança Social e os técnicos de zona da Segurança Social.

Exatamente porque nós estávamos, como também os Srs. Deputados sabem, a fazer um trabalho exaustivo de avaliação dos acordos de cooperação/funcionamento, para detetar o custo por utente e para avaliar todo este processo teríamos que verificar a situação dos trabalhadores das IPSS, que registados nos nossos registos são cerca de 4000, não obstante as instituições

terem mais trabalhadores, porque há instituições que contratam e suportam

esses encargo à sua conta e risco.

Também como Vs. Exas. sabem a comparticipação resulta de duas

componentes: da componente das famílias, que é cerca de 14% e da

componente da comparticipação do Estado em termos de acordos

cooperação/funcionamento.

Portanto caros e caras Srs. Deputados, nós de facto estamos a cumprir.

A Inspeção do Trabalho tem feito tudo o que está ao seu alcance.

De facto, a construção civil diz sempre que é o setor onde nós andamos sempre

a avaliar mais, mas agora diz a União das IPSS e das Misericórdias e as

organizações patronais, que não andamos sempre em cima deles. Mas é

exatamente para zelarmos e cumprirmos com a contratação em vigor.

O relatório de 2010 está disponível, como bem disse a Sra. Deputada Nélia

Amaral e o de 2011 está praticamente pronto, mas posso dizer-vos que

relativamente a 2011 a avaliação foi cerca de 634 trabalhadores e um

apuramento de 275 453€ e que nos dois primeiros meses deste ano, continuando

o trabalho que temos vindo a realizar, até 29 de Fevereiro foram apurados cerca

120 trabalhadores, um montante de 41 665€.

Portanto há área onde de facto tem havido um trabalho muito próximo, porque

nós queremos que as instituições zelem pelos interesses que estão estabelecidos

na cooperação. Efetivamente é isso que temos vindo a fazer e eu queria dar

conta a esta câmara desse trabalho, porque não me parece que seja importante

agora vir o BE propor esta Resolução, porque esse trabalho está a ser feito e,

como vai ser público o relatório de 2011, vão verificar que o que eu aqui disse é

absolutamente verdade. Nós estamos a zelar pelo interesse desses trabalhadores

e dessas pessoas que têm um papel fundamental na nossa sociedade e que

merecem que as suas retribuições sejam cumpridas, como no resto da nossa

sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos

138

(*) **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD tem uma especial atenção pelo trabalho meritório que as IPSS e as Misericórdias sedeadas nos Açores desenvolvem em prol das necessidades sociais de muitos e muitos açorianos.

A Sra. Secretária disse que o relatório de 2010 está pronto, ...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Já está disponível!

O Orador: Está disponível.

... o de 2011 está quase pronto.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Está pronto. Não está é ainda disponível!

O Orador: Agora a verdade é que nos chegam também a nós informações de que efetivamente existem situações dessa natureza.

O que se pede ao nível deste Projeto é efectivamente que se faça essa inventariação e que o resultado deste relatório público seja cumprido no prazo de 30 dias, a menos que o relatório de 2011 não esteja pronto em 30 dias.

Eu acho que não há problema absolutamente nenhum, aliás porque o Projeto de Resolução é claríssimo: que todos nós tenhamos acesso às situações em que a legislação não se está a cumprir e que a tutela nesse caso obrigue essas instituições a cumprir aquilo que a legislação permite.

Não sei qual o problema em não aprovar este Proposta de Resolução, tanto mais que segundo aquilo que aqui foi dito, este relatório estará quase pronto.

Trata-se apenas de fazer cumprir aquilo que está aqui em apreço e portanto o PSD votará favoravelmente este Projeto de Resolução do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada às vezes para resolvermos este tipo de situações temos que chegar a Roma, mas o que lhe quero dizer é que todos os caminhos vão dar a Roma e isto é possível. É possível resolver de diversas formas.

Quero dar-lhe os parabéns por ter apresentado esta iniciativa.

O que aqui descreve é verdade. Este é um problema que é urgente atacar.

A Sra. Deputada tem toda a razão nisto e muito mais do que nisto: velhotes que são maltratados; existência de pressão psicológica; pressão sobre os bens das pessoas, tentando explorar...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Se sabe disso, deve denunciar!

O Orador: Tantas e tantas situações que ouvimos das pessoas, cuja investigação não se faz, gente desprotegida que não tem voz para se proteger e que é tantas vezes abusada.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Deve denunciar!

O Orador: Isto é totalmente verdade, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada teve a coragem de trazer este assunto aqui e da parte do PPM tem todo o apoio, porque tem toda a razão. Tem toda a razão em relação às questões que aqui levanta, o que é necessário é fazer um levantamento exaustivo porque estas situações existem. A Sra. Deputada ouviu-as com certeza e eu também as ouvi.

Tenho a certeza que existem e que não estão a ser resolvidas com a celeridade que é necessária. Há quem queria meter a cabeça na areia. É evidente que é um problema de quem tem essa atitude, de quem não quer resolver as coisas e de quem não se quer meter com gente influente e gente poderosa.

A Sra. Deputada decidiu tocar na ferida. Tem toda a razão! Teve essa coragem, tem todo o apoio do PPM nesse sentido.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): O que é que os maus tratos aos idosos tem a ver com as remunerações dos trabalhadores!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então denuncie!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já denunciei!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta do BE, já aqui foi dito, e digamos que é fácil de constatar que esta iniciativa faz sentido, independentemente até de podermos considerar a exequibilidade dela por via de uma decisão do parlamento. Mas isso é outra questão.

Aquilo que está ali corresponde por inteiro à verdade e já percebemos que o PS vai reprovar a proposta do BE, mas isso não resolve o problema de quem não recebe a retribuição mínima mensal garantida. Esta posição do PS, não resolve. Portanto, aquilo que é expetável e que é esperado, quer por esta câmara, quer pelos trabalhadores que não recebem a retribuição mínima mensal garantida, quer ainda outros trabalhadores das IPSS, como sejam por exemplo os técnicos superiores que não estão equiparados à administração pública e que fazem esse trabalho, aliás são contratados pelas IPSS, trabalham para o Governo Regional e ganham como escravos, estes trabalhadores ficam à espera que depois desta recusa da bancada do PS, vejam o seu problema resolvido, já que não acatam esta recomendação que o BE aqui nos trouxe.

É isso que os trabalhadores das IPSS esperam de V. Ex^a., Sra. Secretária e da bancada do PS.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é a bancada, é o banco!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, os trabalhadores da IPSS sabem perfeitamente o que é que podem esperar do Grupo Parlamentar do PS e do Governo.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Podem esperar pouco!

A Oradora: O Governo nunca lhes prometeu o que não tem feito nos últimos anos!

A atuação do Governo tem correspondido aos compromissos assumidos publicamente em manifestos eleitorais, em programas eleitorais e em programas do Governo.

Sei bem que há outros partidos, outras forças parlamentares que têm feito outras promessas, mas esse não é um problema deste Grupo Parlamentar. Esse é um problema dos grupos parlamentares e dos partidos que têm feito essas promessas.

Durante muitos anos nesta casa, todos os anos se discutiu a equiparação dos trabalhadores das IPSS. Esse foi um processo que já está ultrapassado.

Julgo que os trabalhadores das IPSS, como tive oportunidade de dizer na minha primeira intervenção, sabem muito bem que a prioridade do Grupo Parlamentar do PS e a prioridade do Governo, neste momento, é a manutenção de postos de trabalho, é a revisão das valências, é a análise da demografia, é a reconversão eventualmente ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é o cumprimento da lei!

A Oradora: Eu não disse isso Sra. Deputada Zuraida Soares. Eu não disse que não era o cumprimento da lei, antes pelo contrário na minha primeira intervenção eu refutei as insinuações e as alegações que constam da exposição de motivos, dizendo precisamente que para este Grupo Parlamentar é fundamental que se cumpra a lei.

Aquilo que eu disse e repito é que não é numa empreitada de 30 dias que se faz com que se cumpra essa lei.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem que ser!

Estão cá há 3 anos e nada foi resolvido!

A Oradora: Foram resolvidos vários casos. Eu citei os números referentes a 2010, que são aqueles aos quais eu tenho acesso e que toda a gente tem acesso.

A Sra. Secretária Regional já teve oportunidade de citar o número de trabalhadores que viram a sua situação resolvida no ano de 2011 e o número de trabalhadores que viram a sua situação resolvida nos primeiros 2 meses do ano de 2012.

Não é numa empreitada de 30 dias que se resolve essa situação. Foi isso que eu quis dizer na minha primeira intervenção e reassumo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho que lamentar a linguagem que o senhor utiliza. Os velhotes dos lares de idosos, as pessoas idosas merecem-nos todo o

respeito e eu gostaria que essa tivesse sido a última vez que o senhor utilize nesta câmara esse tipo de linguagem.

Se o senhor tem informação de casos de pessoas idosas que estão a ser coagidas, que estão a ser pressionadas, que estão a ser maltratadas, é sua obrigação na qualidade de cidadão proceder à denúncia dessas situações.

Da mesma forma que qualquer um de nós que tenha conhecimento dum trabalhador duma IPSS, dum restaurante, duma empresa de construção civil, dum escritório de advogados, dum gabinete de arquitetos, seja lá do que for, que não esteja a cumprir a legislação laboral, tem o dever de o denunciar.

Fiz referência, na minha primeira intervenção, ao número de denúncias que estão a ser fiscalizadas, Sra. Deputada, com recursos aos órgãos próprios para o efeito.

Tive oportunidade de referir os dados que constam no relatório de 2010, quantas ações, quantas fiscalizações foram feitas em função de denúncias recebidas pela Inspeção Regional do Trabalho.

É esse o processo que tem que continuar a ser feito, que o Governo tem vindo a desenvolver e que em nosso entender tem que continuar a fazer.

Presidente: Tem a palavra a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O governo não disse aqui que não teve essas denúncias. Tanto as teve que imediatamente deu instruções, e não agora, há dois anos, à Inspeção Regional do Trabalho para fazer esses apuramentos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma empreitada de 900 dias!

A Oradora: Srs. Deputados o que eu disse está registado porque a essas instituições, as que não regularizaram, foram levantados processos contra ordenacionais, que estão a decorrer.

O que eu também disse foi que nesses dois anos o apuramento salarial foi de 422 000€ a cerca de 1022 trabalhadores.

Portanto, se não houvesse razão para dar aqui estes números, eu não vinha agora rebuscar números para estar aqui a falar de coisas que os senhores naturalmente iriam verificar que não era assim.

Isto é a mais pura das verdades.

Os nossos trabalhadores e as IPSS sabem, até porque alguns dos senhores já me abordaram, noutras ocasiões a perguntar: mas na minha IPSS (porque alguns também são dirigentes de IPSS, e muito bem) eu tive este problema! Eu, naturalmente que disse: pois, nós temos que cumprir a lei!

Foi isso que foi feito. Ninguém está aqui a pôr em causa as denúncias que os senhores também estão a levantar. Essas denúncias foram feitas e em primeira mão pelas organizações sindicais e nessa altura foi feito um acompanhamento, até como vos disse, com as duas Inspeções: da Segurança Social e da Inspeção Regional do Trabalho. Os apuramentos foram estes que eu acabei de dizer.

Se isto não tivesse sido feito eu não viria para aqui agora lançar números porque não estou habituada a fazer isso, nem perante os Srs. Deputados, nem perante os cidadãos açorianos.

Portanto é esta a pura das verdades.

Sr. Deputado Aníbal Pires, já que se falou na questão dos técnicos superiores, eu preocupada com essas questões, mandei fazer um levantamento, porque vi há poucos dias a líder do maior partido da oposição, numa sessão pública dizer que se fosse Governo iria equiparar os técnicos das IPSS à função pública. Fiquei perplexa. De facto um técnico superior da função pública ganha agora 995,51€ e um das IPSS, um licenciado ganha 1 007,19€. Se tirarmos a esse montante o subsídio de férias e o subsídio de natal que os trabalhadores da função pública perderam, vejam lá quem é que fica a ganhar ou a perder.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esse argumento não vale!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Nélia Amaral, não lhe admito a si, nem a ninguém, qualquer tipo de censura, em relação à linguagem que utilizo, ou ao vocabulário que utilizo, a menos que esse vocabulário seja desapropriado.

A questão "velhotes", se verificar esta expressão no dicionário quer dizer "homem velho mas bem disposto". É só isto que quer dizer e tem uma conotação afetiva.

Deputada Nélia Amaral (PS): E essa era a conotação que o senhor queria dar?

O Orador: A senhora não me venha dizer que é a última vez que utilizo essa expressão ou deixo de utilizar. É tão simples como isso.

Os tempos da censura já acabaram e a denúncia que eu aqui fiz foi uma denúncia que repito em qualquer local: há velhotes perseguidos! Há velhotes pressionados em relação aos bens que possuem! Há salários que não estão a ser pagos!

Essa denúncia e esse reconhecimento são aqui feitos, e portanto não admito nenhum tipo de censura, quantas vezes forem necessárias.

Deputada Nélia Amaral (*PS*): E fica-lhe muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era, naturalmente, para intervir neste debate, mas fui obrigado a fazê-lo quando a Sra. Deputada Nélia Amaral faz um apelo a que as pessoas façam denúncias.

Sra. Deputada Nélia Amaral, em democracia não devia ser preciso as pessoas fazerem denúncias.

Deputada Nélia Amaral (PS): Em democracia é possível fazer denúncias!

O Orador: Em democracia, quando um cidadão apresenta uma queixa e não uma denúncia, essa queixa deveria ser atendida pela administração.

Não me refiro a membros do Governo, a nenhum deles. Refiro-me a membros da administração pública e referi-me a alguns titulares de cargos políticos, de chefias, da chefia intermédia ...

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor não está a falar do projeto de resolução em causa!

O Orador: ... que efetivamente em vez de fazerem caso da queixa ou da denúncia... Um cidadão não devia ter necessidade de a fazer, até tem receio de a fazer, porque pode sofrer represálias. Isto é sentimento na sociedade açoriana. Quando os cidadãos vêem na vida política regional que um partido, ou um titular de um cargo político, quer seja do CDS, do BE, do PSD, ou de qualquer outro partido, denuncia situações porque tem que as denunciar no exercício do seu dever, o que é que acontece? Levam com um processo de difamação. É isso que acontece e isso tem sido prática de alguns membros do PS.

Essa é que é a realidade e é isso que atemoriza os cidadãos.

Muito obrigado.

Deputada Hernâni Jorge (PS): São questões pessoais!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sinceramente é com tristeza que o digo, mas vou dizê-lo.

A prestação do PS relativamente ao debate deste Projeto de Resolução seria hilariante, se não fosse lamentável.

Estou a dizer isto com a maior das sinceridades.

Começaria pela Sra. Deputada Nélia Amaral, a quem reconheço inteligência e capacidade para fazer muitíssimo melhor do que aquilo que fez.

Vou dizer-lhe uma coisa, Sra. Deputada, o discurso mais oco que foi feito nesta câmara durante o dia de hoje foi exatamente o seu, a propósito deste Projecto de Resolução.

Não foi o meu, nem sequer o conteúdo do nosso Projeto de Resolução.

Deputada Nélia Amaral (PS): Tenho direito à minha opinião.

Eu não disse que era o seu!

Se a senhora enfiou o barrete foi porque quis!

A Oradora: Foi oco, foi falacioso e foi deselegante, características que normalmente a Sra. Deputada não costuma trazer para esta câmara.

Lamentavelmente, vá-se lá saber porquê, talvez à míngua de argumentação foi por aí que a senhora entrou.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Digo-lhe mais: quando a senhora acusa o nosso discurso de oco ...

Deputada Nélia Amaral (PS): Já lhe disse que não era o seu!

A Oradora: ... de fazer uma acusação ao Governo Regional, de estar a ter um comportamento ... não precisa falar no ar, Sra. Deputada! Basta ler aquilo que consta da substância e eu leio-lhe, sem nenhum tipo de ambiguidade, de subterfúgio e nada oco, bastante recheado: "o Governo Regional não pode ter sobre esta matéria uma posição ambígua, no recuo de uma decisão que tem a obrigação de assumir".

Diz o nosso Projeto de Resolução, digo eu aqui novamente e repeti-lo-ei em qualquer sítio: não pode nem deve, Sras. e Srs. Deputados, porque se não, não está a cumprir a lei.

Depois, disse a Sra. Deputada Nélia Amaral que o PS aprovou tudo o que era bem nesta Região, mas Sra. Deputada, não chega, não chega aprovar, é preciso depois criar as condições para que aquilo que foi aprovado seja levado à prática e sobretudo é preciso fiscalizar e punir quando aquilo que foi aprovado não é cumprido.

Isso não é só aprovar, é muito mais para além do aprovar.

Eu gostaria de perguntar a esta câmara se na realidade podemos tirar a conclusão que os representantes dos trabalhadores ainda a semana passada (não foi em 2009, não foi em 2010, não foi em 2011, foi em março de 2012, este mês) voltaram novamente a denunciar, a situação de incumprimento no pagamento do salário mínimo, seja nas IPSS, tuteladas pelo Governo Regional, seja nas Misericórdias não tuteladas pelo Governo Regional.

Portanto isto não foi em 2009, foi agora, a semana passada. O que é que isto quer dizer? Que por muitas ações inspetivas que tenham sido feitas, relatório aliás que a Sra. Deputada Nélia Amaral trouxe com um pormenor bastante acentuado, essas ações não querem dizer coisa nenhuma, porque a realidade é que hoje o problema continua.

A Inspeção de Trabalho pode inspecionar o que quiser, quantas vezes quiser, mais uma vez não chega, é preciso depois tomar atitudes. É preciso depois obrigar ao cumprimento nas instituições que não o estão a fazer.

Isso a semana passada não estava feito.

A pergunta que eu deixo a esta câmara é: estarão os representantes dos trabalhadores a mentir? Virão para a comunicação social, para a opinião pública fazer uma denúncia com uma gravidade destas? Mentindo?

O BE não acredita. O BE acredita na denúncia dos representantes dos trabalhadores.

O BE conhece pessoas, como se calhar quase todos nós dentro desta câmara conhecemos, que não recebem o salário mínimo regional dentro das instituições onde trabalham, que não recebem as suas diuturnidades, que não recebem algumas das coisas a que têm direito.

Portanto não vale a pena taparmos o sol com a peneira e dizermos: a Inspeção Regional do Trabalho está a funcionar e portanto não podemos fazer mais nada. Podemos!

Podemos publicitar os resultados dessa inspeção e obrigar no momento e a cada momento, não é de 2009, é hoje, é amanhã e é depois de amanhã, as instituições a cumprirem aquilo a que estão obrigadas.

Agora, também vale a pena acrescentar uma outra coisa, é que as instituições desta natureza, tuteladas pelo Governo Regional, muitas vezes confrontam-se com o problema de não ter dinheiro dos protocolos que são assinados com o Governo, para cumprirem as suas obrigações para com os seus trabalhadores. Esta também é outra questão e aqui não há Inspeção Regional do Trabalho que valha, porque aqui quem está a incumprir e quem não está a fazer aquilo que está obrigado a fazer é o Governo Regional e no caso é a tutela, porque não dá às IPSS as verbas necessárias, no mínimo, para elas cumprirem com as suas obrigações laborais, para com os seus trabalhadores.

Mais, põe muitas destas instituições no dilema de ou pagar umas coisas e não pagar outras, ou ter dinheiro para determinado tipo de necessidades e não ter

para outras. Todos nós sabemos que isto é verdade, seja no partido da maioria, seja no Governo Regional, seja noutro partido qualquer.

Portanto, para concluir, o partido maioritário acabou mais uma vez de dar uma lição de boa-fé, de vontade de fazer cumprir a lei, de respeito pelos trabalhadores desta Região, de respeito pelas decisões que ele próprio tomou, enquanto maioria, de instituição do salário mínimo regional, tudo em nome de uma coisa: defender o Governo Regional, salvar o Governo Regional, não fazer uma crítica, um pedido, uma nodoazinha.

Lamentável, Sras. e Srs. Deputados, porque isso é sinónimo, para os trabalhadores e trabalhadoras desta Região, de falta de coragem em defender aquilo que tem que ser defendido, mesmo que seja contra o Governo do PS.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar a Sra. Deputada Zuraida Soares, agradecer as palavras que me dirigiu, obviamente, na parte em que são simpáticas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não vai chamar de ocas!

A Oradora: Não, Sra. Deputada, eu já disse duas ou três vezes em aparte e vou dizê-lo agora para que fique registado no diário de sessão. Eu não disse, na minha intervenção que o discurso do BE, a este propósito, era oco.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse, disse!

A Oradora: Não disse, não senhora! Posso ler as minhas notas, a senhora pode pedir a transcrição do diário da sessão.

Eu disse que os trabalhadores, os dirigentes das IPSS – e vou efetivamente procurar as minhas notas – que tinha a certeza que saberão extinguir os discursos ocos de conteúdo ...

Não disse de quem eram, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Era do lado!

A Oradora: Sra. Deputada Zuraida Soares, por mais que a Sra. Deputada queira, e efectivamente estamos a discutir uma iniciativa do BE, mas há-de convir que a Sra. Deputada não é a única e o BE não é o único Grupo Parlamentar, que dentro desta Assembleia ou fora dela tem abordado estes assuntos.

Na minha intervenção não me limitei, não disse que o discurso oco era do BE. Se a Sra. Deputada enfiou o barrete, enfiou-o porque quis. Se ele lhe serve, pois que fique com ele.

Deputada Zuraida Soares (BE): É de quem?

A Oradora: Sra. Deputada, quando discutimos aqui o mês passado o Código de Ação Social, eu fiz um conjunto de citações a propósito da líder do Grupo Parlamentar do PSD ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não se pode falar. É proibido. Olhe o protesto! **A Oradora:** ... que demonstravam exatamente aquilo que penso acerca desse discurso. É um discurso bonito, cheio de chavões que quando espremido não cai uma gota de água.

Deputada Zuraida Soares (BE): A quem é que se referia?

A Oradora: Eu acabei de referir Sra. Deputada, eu acabei de esclarecer a quem é que me referia quando fiz a referência do discurso oco.

Lamento se a Sra. Deputada (mais uma vez peço desculpa pela expressão) enfiou o barrete, mas neste caso não era dirigido a si.

Se lhe serve e se entende ficar com ele, pois fique e que lhe faça bom proveito.

Reafirmo Sra. Deputada Zuraida Soares aquilo que disse.

Contrariamente ao que está expresso, ao que está registado na declaração de intenções, ou na exposição de motivos do Projeto de Resolução, não há qualquer ambiguidade por parte do Governo Regional, não há qualquer ambiguidade por parte deste Grupo Parlamentar, na prossecução na defesa do salário mínimo regional.

Ao contrário de outros nós não revogamos direitos, nós não reduzimos direitos, nós não eliminamos esses direitos adquiridos.

Se alguma coisa nos distingue nesta discussão, Sra. Deputada Zuraida Soares, é a forma como o Grupo Parlamentar do BE acha que se defendem esses direitos e que eu intitulei de uma empreitada de 30 dias e a forma como nós achamos que esses direitos devem ser salvaguardados.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Não é em 30 dias que nós conseguimos nem identificar as situações de infração e muito menos assegurar que 30 dias depois dessa empreitada, não tenhamos novamente instituições a incorrer em situações de infração.

Aquilo que nós defendemos é que essa fiscalização tem que ser continua, tem que ser sistemática, tem que haver um acompanhamento prolongado no tempo.

Lamento Sra. Deputada, quando a senhora diz que aquilo que tem vindo a ser feito, não quer dizer coisa nenhuma (essas ações que eu referi quando fiz a exposição pormenorizada referente ao relatório de 2010) então tenho que convidar a Sra. Deputada a dizer isso aos mais de mil trabalhadores de IPSS e de Misericórdias, que viram por via dessas ações, as suas situações salariais regularizadas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é demagogia!

A Oradora: Não é demagogia não senhora!

Aquilo que a senhora diz que tem que ser feito hoje, amanhã e depois ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sim, sim. Todos os dias!

A Oradora: ... é precisamente contradizer o conteúdo do Projeto de Resolução que a senhora apresenta, que é dizer que se faça em 30 dias. Aquilo que nós defendemos é que se faça efetivamente todos os dias, com recursos aos órgãos competentes para o efeito.

Deputada Benilde Oliveira (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora tem esse jeito próprio de falar a esta câmara, demonstrando muita emoção, mas eu falo com razão e com a verdade e o que eu disse aqui é absolutamente a verdade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que desmentiu?

A Oradora: A senhora que até é uma profissional de uma IPSS, sabe perfeitamente ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ninguém desmentiu!

A Oradora: Não, a senhora tentou dizer que a Inspeção Regional do Trabalho não estava a exercer as suas obrigações, o que eu não posso deixar passar aqui nesta câmara, porque os trabalhadores da Inspeção Regional do Trabalho saem todos os dias do seu local de trabalho, fiscalizam as instituições, como fiscalizam as empresas, fazem os apuramentos e levantam processos contra ordenacionais para que as instituições e as empresas cumpram os seus deveres.

Como a Sra. Deputada bem sabe muitos desses processos quando não são resolvidos a bem vão para Tribunal ...

Deputada Zuraida Soares (BE): São é poucos!

A Oradora: ... e é o Tribunal de Trabalho que tem competência exatamente para obrigar as instituições e as empresas a cumprir lei.

Tenho que aqui dizer que não posso admitir que me venha aqui dizer nesta câmara que a Inspeção Regional do Trabalho não está a zelar pelos interesses e pelos objetivos que norteiam a sua atuação. Isso não posso deixar passar!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que disso isso?

A Oradora: Foi a senhora que disse que eles não estão a fazer e que agora em 90 dias fariam aquilo que fazem...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é manobra.

Os trabalhos não recebem o salário mínimo regional!

A Oradora: Sra. Deputada, é evidente que há sempre instituições e empresas que não cumprem as suas obrigações, por isso é que a Inspeção levanta as coimas e obriga-os nos termos da lei a cumprirem com a lei. Mas isso vai acontecer sempre, porque há boas e más instituições, há boas e más empresas.

Agora, isso não desresponsabiliza a Inspeção Regional do Trabalho e os inspetores desse departamento de exercerem as suas competências e de cumprirem com os seus deveres.

Se eu lhe dei resultados, se há um que não está disponível mas passará a estar porque o relatório de 2011 está pronto, se lhe dei até ao cêntimo o montante do levantamento que foi feito de cada trabalhador, identifiquei-lhe os trabalhadores por ano e disse do que é que esses trabalhadores vieram a ser ressarcidos, pelo amor de Deus! Qual é então o interesse de uma Resolução a aconselhar ao Governo, uma coisa que o Governo está a fazer?

Nós não funcionamos bem em tudo. Sabemo-lo! E corrigimos quando não estamos bem.

Se não fosse de facto as organizações sindicais nos terem alertado para essa situação, é evidente que as transferências que são feitas por duodécimos, mensalmente, a instituição pode ou não pagar. É evidente que se não se verificar não se faz os apuramentos.

Qual é a razoabilidade de uma Resolução que vem aconselhar o Governo para fazer uma coisa que já faz?

Deputada Zuraida Soares (BE): Se faz, faz pouco ou faz mal!

A Oradora: Pelo amor de Deus! Sejamos sérios!

Oh, Sra. Deputada, como é que faz pouco, se fez no decurso deste processo ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos trabalhadores ficaram de fora?

A Oradora: Eu disse-lhe que neste momento – nem sequer omiti esse dado – falta-nos fazer a verificação de 50 valências, que já fizemos praticamente a totalidade. Estamos a falar de 10 a 15% das valências, que nestes dois anos conseguimos regularizar isso sem irem parar ao Tribunal de Trabalho, em termos de negociação com as instituições, com o esforço que o Governo fez em repor alguns montantes porque há instituições que de facto tinham dificuldades financeiras, e têm, e há outras que não têm, que por exemplo nem sequer cumprem com as suas obrigações e há outras que são zelosas do seu interesse.

Está aqui um Deputado que representa uma dessas instituições e que sabe muito bem que todos os meses o Governo zela por cumprir os seus compromissos.

Portanto não está aqui em causa que a Inspeção Regional do Trabalho não tenha vindo durante estes anos a fazer aquilo que lhe compete, até com muita intensidade, exatamente porque foi denunciado ao Governo essa situação.

Não vejo agora razoabilidade nenhuma... se não lhe desse estes números, se o Governo omitisse estes números, se não estivesse aqui a falar verdade, eu até poderia compreender uma atitude dessas e aceitá-la-ia. Posso ter no universo das nossas inspeções umas que produzem menos trabalho, mas neste caso em concreto foi uma área em que o Governo tem zelado porque inclusivamente (não serve este palco para afirmar isso), há também instituições que não cumprem com o seu dever para com a segurança social e os impostos.

Foi nesse cruzamento que nós fizemos que verificámos essa situação.

Portanto não é legítimo que muitas vezes o BE venha aqui, a ferro e fogo, defender os funcionários públicos, isto e aquilo e agora numa atitude incompreensível que esteja a denegrir a atividade da Inspeção Regional do Trabalho.

Isso não posso admitir, porque não corresponde à verdade.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, não queria entrar em grande polémica consigo, mas julgo e gostaria de ser esclarecido sobre este assunto, porque a Sra. Secretária enunciou aí valores do rendimento mensal dos técnicos superiores das IPSS e dos técnicos superiores da administração pública e eu gostaria que a Sra. Secretária Regional, se fosse possível, é claro, me estabelecesse aqui a diferença, a que é que se refere? Setecentos e qualquer coisa euros ganharão os estagiários. Por exemplo, um técnico superior de 3ª. classe ganha então os tais mil e qualquer coisa, bruto, que dá os novecentos e tal.

Não sei se a Sra. Secretária se estava a referir exatamente aos mesmos níveis de carreira ou se por acaso se estava a referir a situações diferenciadas.

A questão que se coloca aqui é esta: os técnicos superiores das IPSS e das Misericórdias dos Açores dizem, afirmam, é do conhecimento geral, que há 14 anos que o Governo Regional os está a descriminar. Esses 14 anos têm a ver com a equiparação dos educadores de infância, etc.

Portanto, é evidente que os técnicos superiores das IPSS e das Misericórdias não fazem esta afirmação duma forma gratuita. Certamente não serão militantes do PCP, não serão dirigentes do PCP, são trabalhadores das IPSS e das Misericórdias dos Açores e sentem-se descriminados porque entretanto têm colegas, com habilitação superior, que foram equiparados em determinada altura, e bem, e entretanto estes técnicos, consideram que estão a ser descriminados porque não são equiparados à carreira da administração pública regional.

Por outro lado, Sra. Secretária, como muito bem sabemos, o Governo Regional está a utilizar a mão-de-obra destes técnicos, utilizando as IPSS para os contratar, aliás apenas para fazer passar por lá o equivalente à sua massa salarial, mas depois eles acabam por trabalhar nos departamentos do Governo, sendo funcionários das IPSS.

Portanto isto ainda justifica mais que aqueles técnicos sejam equiparados à carreira da administração pública.

Sra. Secretária, não quero entrar em controvérsia, até porque estamos a chegar à hora do jantar e não vale a pena ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Se calhar vale. Os trabalhadores merecem! **O Orador:** Eu sei que merecem.

Eu há pouco dirigi-me à Sra. Secretária de uma forma um pouco exaltada e não queria de maneira nenhuma deixar essa ideia.

Gostaria, agora que de uma forma mais *low profile* pudesse a Sra. Secretária responder às minhas dúvidas que não são propriamente existenciais, mas que são reivindicações dos técnicos superiores das IPSS e das Misericórdias dos Açores, que afirmam que estão a ser descriminados pelo Governo Regional dos Açores e acho que isso não ficará bem ao Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Não sendo existenciais as suas dúvidas não têm a ver exatamente com o objeto desta Resolução.

Sras. e Srs. Deputados, temos várias inscrições, estamos a aproximarmo-nos da nossa hora regimental, vamos ficar por aqui. Continuaremos amanhã com a agenda pelas 10 horas da manhã.

Entretanto aproveito para lembrar que à 20 horas e 15 minutos, no átrio desta Assembleia será lançado um livro, estão Vs. Exas. todos convidados.

Muito obrigado. Boa noite. Até já ou até amanhã.

(Eram 19 horas e 59 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos Entrados

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Regula a organização do tempo de trabalho de condutores independentes em atividades de transporte rodoviário, transpondo a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2002,

relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário - MEE - (Reg. DL 132/2012).- n.º 197/IX

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 26.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: Comissão para Acompanhamento e Promoção de Medidas

Conjunturais de Combate ao Desemprego - n.º 16/2012

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar o Voto de Protesto - II Fórum da Cultura Taurina

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 03 – 19.

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução – "Comissão para Acompanhamento e Promoção de Medidas Conjunturais de Combate ao Desemprego" - n.º 16/2012

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20.

4 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relato e emissão de parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões –

<u>Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica – COM (2011)</u>

782 - (AR)

Proveniência: Subcomissões de Política e Economia

Entrada: 2012 – 03–21.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco